

CCOPAB

e Operações de Paz

COMANDO DE OPERAÇÕES TERRESTRES

1ª DIVISÃO DE EXÉRCITO

V.1 - N.1 - 2017 - ISSN: 2595-6965



PERSPECTIVAS, REFLEXÕES E LIÇÕES APRENDIDAS



CCOPAB

Centro Conjunto para
Operações de Paz de Brasil
SERGIO VIEIRA DE MELLO

CCOPAB

e Operações de Paz

COMANDO DE OPERAÇÕES TERRESTRES

1ª DIVISÃO DE EXÉRCITO

V.1 - N.1 - 2017 - ISSN: 2595-6965



PERSPECTIVAS, REFLEXÕES E LIÇÕES APRENDIDAS



CCOPAB

Centro Conjunto de
Operações de Paz do Brasil
SERGIO VIEIRA DE MELLO

REVISTA: CCOPAB e Operações de Paz: perspectivas, reflexões e lições aprendidas

PRODUÇÃO: Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB)

DIRETOR GERAL: Coronel Marco Antônio Estevão Machado

EDITOR: Tenente Coronel R1 Carlos Alberto de Moraes Cavalcanti

DESIGNER GRÁFICO: Agência 2A Comunicação

FOTOGRAFIA: Cabo Lopes

COLABORADORES: Tenente Coronel Miguel Fernando Iturralde Maia
Major Daniel Mendes Aguiar Santos
Major Fábio Gomes Barbosa
Capitão Alexandre Shoji
Capitão Diego Pinto Alencar
Capitão Edmar Souto Abreu Lima
Capitão João Maurício Dias Lopes Valdetaro
Capitão José Augusto B. Vieira Neto
Capitão Gustavo do Nascimento Martorelli
Capitão de Corveta Leonardo Melo Pereira
Bruna Rohr Reisdorfer
Capitão Marcus de Andrade Monteiro de Barros

CCOPAB e Operações de Paz: Visões, Reflexões e Lições Aprendidas é uma revista anual do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil. Esta publicação não se responsabiliza por ideias e conceitos emitidos em artigos científicos, que expressam apenas o pensamento dos autores, não representando necessariamente a opinião do Conselho Editorial da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir os artigos.

Comando de Operações Terrestres
1ª Divisão de Exército

Av Duque de Caxias, 700 - Vila Militar - Rio de Janeiro - RJ
Cep: 21615-220 - Tel.: +55 (21) 2457-0515 / +55 (21) 2457-0787
Fax: +55 (21) 2457-4950 - comsoc@ccopab.eb.mil.br

Ano: 2017

Sumário


- A República Centro-Africana, sob a ótica de observadores militares brasileiros no biênio 2016-2017 07
Alexandre Shoji, Diego Pinto Alencar e Edmar Souto Abreu Lima
- Apoio de Cooperação Civil-Militar (CIMIC) em Combate: uma proposta 27
João Maurício Dias Lopes Valdetaro
- “Operações Psicológicas nas assistências humanitárias pós furacão Matthew” 55
Cap José Augusto B. Vieira Neto e Cap Gustavo do Nascimento Martorelli
- O processo de seleção, preparo, avaliação e certificação do contingente brasileiro (tripulação do navio e Estado-Maior) da Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (FTM-UNIFIL) 71
Leonardo Melo Pereira
- *In a Larger Freedom*: revisitando as perspectivas para reforma da organização das Nações Unidas (ONU) no século XXI 105
Daniel Mendes Aguiar Santos, Fábio Gomes Barbosa, Bruna Rohr Reisdoerfer, Miguel Fernando Iturralde Maia
- A comunicação social como facilitadora da paz 135
Marcus de Andrade Monteiro de Barros

Prefácio

Esta terceira edição da Revista CCOPAB e Operações de Paz: perspectivas, reflexões e lições aprendidas se coloca como mensageira de reflexões e boas práticas que possam somar ao trabalho de nossos capacetes azuis. Os autores ainda possuem o desafio de apresentar novos dados das operações de paz correntes.

Os artigos abrangem temas como: A República Centro-Africana, sob a ótica de observadores militares brasileiros no biênio 2016-2017; Apoio de Cooperação Civil-Militar (CIMIC) em combate: uma proposta; Operações Psicológicas nas assistências humanitárias pós furacão Matthew; O processo de seleção, preparo, avaliação e certificação do contingente brasileiro (tripulação do navio e Estado-Maior) da Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (FTM-UNIFIL); *In a Larger Freedom*: revisitando as perspectivas para reforma da Organização das Nações Unidas (ONU) no século XXI; A Comunicação Social como facilitadora da paz.

O CCOPAB espera que os artigos selecionados possam contribuir para a difusão dos temas nos diferentes níveis – Estratégico, Operacional e Tático. E continuaremos buscando a excelência nas futuras publicações.

AUTORES 
Alexandre Shoji
Diego Pinto Alencar
Edmar Souto Abreu Lima

A República Centro-Africana, sob a ótica de observadores militares brasileiros no biênio 2016-2017

*Alexandre Shoji, Diego Pinto Alencar e
Edmar Souto Abreu Lima¹*

RESUMO: Este artigo tem como objetivo reunir a experiência e os pontos de vista distintos de três observadores militares, brasileiros, integrantes da Missão Integrada da Organização das Nações Unidas para Estabilização da República Centro Africana (MINUSCA), que cumpriram missão no biênio de 2016-2017, desdobrados em locais diferentes, de forma a contribuir para um entendimento geral da atual situação do país e perspectivas futuras. Desse modo, serão abordados aspectos como: questões referentes ao Mandato da Missão; Proteção de Civis; grupos armados e suas ideologias; violência e crimes; Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR); além de um panorama do Processo de Paz na região.

PALAVRAS-CHAVE: República Centro Africana. Observador Militar Brasileiro. Organização das Nações Unidas.

1. INTRODUÇÃO

A República Centro-Africana (RCA) está entre os países com os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixos do mundo. Tal situação é materializada na miséria e no caos político e social que, atualmente, o país vivencia, despertando a atenção de instituições internacionais, particularmente, a Organização das Nações Unidas (ONU).

.....
¹Os autores foram observadores militares na República Centro Africana no período 2016-2017.

Como o nome já diz, o país, com capital em Bangui, está localizado na porção central da África, fazendo fronteira com Chade, Sudão, Sudão do Sul, República Democrática do Congo, Congo e Camarões. Seu território tem, aproximadamente, 623 mil Km², com uma população de cerca de 6 milhões de habitantes. Sua língua oficial é o francês, além do dialeto local, o Sango, que é falado por quase toda a população.

A RCA é uma ex-colônia francesa que se tornou independente em 1960. Desde então, o país passou por diversos momentos de crises que afetaram o seu desenvolvimento.

Em 1976, o presidente, Jean-Bédél Bokassa, declarou-a império e a si próprio imperador. Após denúncias de atrocidades, ele foi deposto em 1979, e o país voltou a ser República. A instabilidade política persistiu e, em 1981, o general André Kolingba tomou o poder. O governo civil foi restaurado em 1986, com Kolingba ainda presidente. Houve reivindicações por eleições multipartidárias e o Movimento Democrático pela Renovação e Evolução na África Central (MDREC) foi constituído. Uma conferência constitucional fracassou em 1992 e o líder do MDREC foi aprisionado. Em 1993, ocorreram eleições livres, vencidas no segundo turno por Ange-Félix Patassé, ex-primeiro-ministro do governo Bokassa (WIKIPEDIA, 2018). Em 2003, um golpe de Estado depôs Patassé, e o líder rebelde François Bozizé assumiu o poder. Dois anos depois, ele organizou eleições presidenciais e as venceu em segundo turno. Em 2013, Bozizé foi deposto por um novo golpe, após a coalizão rebelde Seleka assumir o controle da capital e forçar a fuga do ex-presidente para a República Democrática do Congo. (BOAS, 2014)

Após a fuga de Bozizé, em 2013, o Conselho de Segurança da ONU (CSNU), aprovou a Missão de Apoio Internacional Africano na

RCA (MISCA), com a União Africana (UA), a fim de consolidar a paz. No entanto, a missão fracassou por falta de componentes civis.

No final de 2013, por solicitação da RCA, a França, com o presidente François Hollande no poder, desencadeou a Operação Sangaris, com cerca de 2000 soldados franceses para auxiliar na estabilização do país. Essa operação durou até 30 de outubro de 2016, quando a França anunciou seu término, devido a vários problemas ocorridos no período, principalmente referente a exploração e abuso sexual, envolvendo soldados franceses e centro-africanas.

Em 15 de setembro de 2014, por meio da Resolução do Conselho de Segurança 2149, a ONU decidiu estabelecer a Missão Multidimensional de Estabilização Integrada das Nações Unidas na RCA (MINUSCA). Desde então, o Brasil tem enviado oficiais das forças armadas para cumprir missão de Observador Militar e Oficial de Estado-Maior (*Staff*), de forma a contribuir com o processo de paz na região.

2. A QUESTÃO POLÍTICA

A República Centro-Africana é presidencialista. Seu atual presidente é Faustin Archange Touadéra. Democraticamente eleito, o presidente Touadéra está no cargo, desde 30 de março de 2016, após um período de transição com o fim do domínio da coalizão rebelde Seleka e a assunção de presidentes interinos: Alexandre-Ferdinand Nguendet (Janeiro de 2014) e Catherine Samba-Panza (Fevereiro de 2014 à Março de 2016).

O atual cenário político centro-africano pode ser entendido a partir da existência de quatro atores básicos: a MINUSCA/ Comunidade Internacional, o governo democraticamente eleito, grupos armados/facções identificadas como “Anti-Balaka” (majoritariamente

cristãos) e grupos armados/facções identificadas como “Ex-Seleka” (majoritariamente muçulmanos). Ambos os ramos de grupos armados possuem expressiva influência no país e são apoiados por suas correlatas parcelas da população centro-africana.

O governo eleito há cerca de dois anos, fortemente apoiado pela MINUSCA/Comunidade Internacional, está tentando impor-se ao longo do território do país, tarefa que desenvolve com muita dificuldade devido a pouca representatividade de instituições do Estado, principal causa da grande influência dos grupos armados que suprem o vácuo de poder deixado pelo Estado.

Outro fator que cabe ressaltar no cenário político, são as tentativas frustradas de acordo de paz entre os grupos armados, tendo como o mais relevante, o Acordo de Paz de Santo Egídio, assinado em 19 de junho de 2017, em Roma.

Nesse sentido, observa-se que poucos grupos aderem efetivamente as cláusulas existentes nos tratados, o que dificulta o processo de paz. Muitos analistas e instituições, que acompanham o conflito na RCA, acreditam que a consolidação da paz na região só seria alcançada por meio de ações coercitivas, efetivas condenações judiciais pelos crimes cometidos e eficaz desenvolvimento do Programa de DDR.

Sendo assim, pode-se afirmar que a RCA vive um momento de incertezas no campo político, com possibilidade de agravamento em decorrência de alguma ação por parte dos grupos armados existentes, o que caracteriza o país como politicamente instável.

3. O CAOS DE 2013

No final de 2012, o presidente François Bozizé solicitou apoio da França e dos Estados Unidos da América (EUA) para afastar o grupo

de rebeldes muçulmanos, Sélékas, recém-criados, que tentavam tomar o poder, porém não foi atendido de imediato.

Sem o apoio dessas potências, em março de 2013, os Sélékas, liderados por Michel Djotodia, tomam a capital, Bangui, levando o presidente Bozizé a fugir do país.

Com a difícil situação econômica da RCA, Djotodia não teve recursos para manter a aliança que havia formado para sustentar o grupo. Sendo assim, os Sélékas passaram a saquear a população local, causando uma grande insatisfação, principalmente nas comunidades cristãs existentes na região. As comunidades de maioria cristã formaram, então, milícias para combater o grupo rebelde de maioria muçulmana.

Após isso, o país entrou em um caos marcado por conflitos entre cristãos e muçulmanos que, até o momento, viviam de forma pacífica. As regiões mais atingidas foram o noroeste e a capital, com maior diversidade étnica e onde se encontra o poder do país. Desde então, relatos de assassinatos, tortura e destruição de casas e locais de cultos passaram a ocorrer. Tal situação, fez com que o Conselho de Segurança da ONU (CSNU) por meio da Resolução 2127, de 5 de dezembro de 2013, aprovasse por unanimidade a criação da missão de paz da União Africana, batizada MISCA. A França, então, iniciou a Operação Sangaris, com cerca de 2000 militares para atuarem junto com a MISCA. A Resolução estabeleceu um mandato de 12 meses e autorizou o uso de “todas as medidas necessárias” para reestabelecer a ordem. As tropas francesas e africanas lutaram lado a lado para cessar os confrontos entre os grupos, mas a violência continuou e no início de janeiro de 2014 já se havia contabilizado cerca de mil mortos (CAMPOS *et al.*, 2016).

4. GRUPOS ARMADOS, IDEOLOGIAS

A República Centro Africana (RCA) possui uma variedade de grupos armados, divididos basicamente entre os muçulmanos, Ex Sélekas, e os cristãos, Anti Balakas, além de subdivisões lideradas por diferentes etnias.

4.1. Ex-Séleka:

Este grupo armado muçulmano foi criado em setembro de 2012 e teve por finalidade retirar do poder o ditador François Bozizé, que se manteve no governo da RCA de 2003 a 2013. Liderado por Michel Djotodia, os Sélekas participaram brevemente do governo nacional sob a administração de Bozizé, mas diante de desavenças, se retiraram e derrubaram o então presidente da RCA, em 24 de março de 2013. No entanto, uma vez no poder, os Sélekas rapidamente perderam sua credibilidade e respeito junto ao povo centro africano diante das atrocidades e violações dos direitos humanos perpetrados pelo grupo.

A dissolução dos Sélekas foi anunciada por Djotodia, em 14 de setembro de 2013. Diante desse fato os remanescentes passaram a utilizar o prefixo “ex”. A maioria dos ex-rebeldes deixaram a capital Bangui deslocando-se para as demais províncias da RCA. No entanto, combatentes ainda armados, formaram facções como a Frente Popular para o Renascimento da República Centro-Africana (FPRC) e o Reagrupamento Patriótico para a Renovação da República Centro Africana (RPRC), com grande atuação na parte leste do país. Ademais, alguns milhares permaneceram com armas em determinadas localidades na capital Bangui. Até final de 2017, esses grupos ainda tinham o controle, de fato, de todo o território leste e de parte da área central do país.

Essas facções originárias dos Ex-Sélekas, de uma forma geral, eram mais estruturadas. Esse fato se dava por possuírem uma

disposição hierárquica respeitada ao longo de toda a RCA. Seus combatentes costumam utilizar uniformes e são bem treinados.

4.2. Anti-Balakas:

Esse grupo armado cristão, disperso ao longo da RCA, teve sua origem nos primórdios da década de 1990. Voltado inicialmente à defesa de pequenos vilarejos no nordeste da RCA, atuava contra criminosos como um grupo de vigia e autodefesa. Os Anti-Balakas vieram a preencher o vazio de seguridade gerado pela falta de instituições de segurança do Estado. Diante da brutalidade e o excesso de violência por parte dos Sélekas, no final do ano de 2013, os Anti-Balakas passaram a se impôr buscando justiça e a proteção da maioria cristã do povo centro africano.

Após o caos e a crise humanitária que varreu o país no ano de 2013, parte dos Anti-Balakas permaneceram na Capital Bangui e outra migrou para as demais províncias da RCA. Em 2016 e 2017, milícias dos Anti-Balakas encontravam-se distribuídas, principalmente, na parte norte e central do país, onde foram travados diversos conflitos contra facções dos Ex-Sélekas pela disputa do poder, como nas cidades de Bambari e Kaga Bandoro.

Este grupo caracteriza-se por ser menos organizado que os Ex-Sélekas, havendo ainda, uma cadeia hierárquica que, no entanto, muitas vezes é desrespeitada por líderes Anti-Balakas em cada província. Essa falta de comprometimento pelos líderes provincianos se dá pela imposição de sua vontade, buscando acima de tudo a conquista do poder local. Para isso compactuam com grupos de bandidos locais, como ocorreu em 2016, entre Anti-Balakas e o grupo de criminosos chamado Balawane, na cidade de Paoua ao noroeste do país, no intuito de expulsar elementos Ex-Séleka dessa localidade por meio de torturas e assassinatos de muçulmanos. Os Anti-Balakas

possuem, ainda, em sua heterogênea composição: camponeses, bandidos locais e crianças.

Durante o trabalho de campo realizado pelos observadores militares brasileiros, percebeu-se que um combatente Anti-Balaka nada mais é do que um cidadão que resolveu “pegar em armas”. A ausência de uniformes e a falta de treinamento é outra marcante característica desse grupo.

5. O OBSERVADOR MILITAR DA ONU (UNMO) E O MANDATO DA MISSÃO

O mandato da MINUSCA, dentre suas diversas tarefas, tem como principal meta garantir a proteção de civis. Para isso teve, em 15 de novembro de 2017, a sua duração estendida por mais um ano, além do aumento da quantidade de tropas naquele país, no intuito de proporcionar uma maior capacidade nessa proteção de civis.

Nesse contexto, a missão do observador militar se constitui, de forma imparcial e neutra, de fiscalizar a implementação do mandato da missão em campo. Para se aproximar o máximo possível do *status* neutro e imparcial, os observadores desenvolvem seu levantamento de informações desarmados. Inúmeras equipes de observadores são espalhadas no terreno, patrulhando diariamente sua Área de Responsabilidade (AOR) interagindo com líderes de vilarejos, autoridades locais, comerciantes, combatentes e ex-combatentes. Por meio dessa atividade o UNMO cria uma consciência situacional em relação a segurança da localidade, bem como busca informações relacionadas ao mandato, a fim de compor o relatório diário.

O relatório da equipe de observadores é organizado pelas tarefas do mandato da missão, tais como a promoção e proteção dos Direitos Humanos (DH), além das medidas para a manutenção de um ambiente



seguro e estável, a fim de possibilitar o desdobramento da assistência humanitária e das atividades de apoio ao desenvolvimento. A formatação do relatório possibilita a transmissão da informação de uma forma organizada e direta, possibilitando uma maior compreensão por parte das autoridades com capacidade decisória na missão.

A presença de um UNMO francófono em cada equipe de observadores foi imprescindível para o trabalho em campo. A fluência na língua inglesa, é requisitada pelas Nações Unidas para o ingresso na missão, mas acaba não sendo eficiente no trabalho de campo, considerando que uma ínfima parcela da população centro africana domina o inglês. No entanto, em províncias no interior do país não é raro o contato com aldeões que não dominam a língua francesa, havendo nesses casos a necessidade do apoio de intérpretes que dominem o dialeto local, o Sango, e que façam, ainda, uma confiável tradução para o francês ou inglês. Cabe destacar que o contato com a população, mesmo que pela utilização de algumas palavras do dialeto



Observadores Militares brasileiros recebendo a Medalha da ONU das mãos do Representante Especial do Secretário Geral, Senhor Parfait Onanga-Anyanga.

Foto: Valéria Rizzo

local, construía uma relação de confiança e facilitando a coleta de informações e denúncias.

O acompanhamento da implementação do mandato pode, eventualmente, ser comprometido por questões de segurança, dependendo das ameaças. O fato do UNMO operar desarmado, obriga que patrulhamentos

a longas distâncias ou em determinadas regiões, sejam realizados sob a proteção de tropas da MINUSCA. A falta de blindagem nos veículos da equipe de observadores, mesmo sob escolta, pode ser um fator limitador para atravessar áreas instáveis ou furar um bloqueio de um grupo armado. Uma situação que retrata bem esse cenário ocorreu em janeiro de 2017, quando uma equipe de observadores em deslocamento para a cidade de Bocaranga, região noroeste do país, escoltada por tropas do Bangladesh foi alvo de uma emboscada do grupo Anti-Balaka. Os observadores tiveram que se refugiar dentro do veículo blindado do Bangladesh, que foi fortemente atacado, vindo a perder um soldado bangladês.

6. PROTEÇÃO DE CIVIS

A Proteção de Civis (POC) é uma tarefa de grande importância e seu andamento deve ser avaliado diariamente pela equipe de observadores. Todas as informações relacionadas a esse tema são abordadas no relatório diário da equipe de UNMO, abordando assuntos como, conflitos armados, crimes, agitações civis, ameaças à população e atividades relacionadas à proteção da criança.

A manutenção da segurança da população civil é a missão de maior relevância para a MINUSCA, além de ser uma das mais complexas de se executar. A grande extensão do território a ser patrulhado, o efetivo insuficiente de tropas, a grande carência de assistência humanitária e as estradas deterioradas, principalmente no período de chuvas, são fatores que compõem parte da complexidade da POC pelo componente militar da missão.

Os conflitos armados ainda existentes na RCA são um dos principais causadores de vítimas civis. Essa violência deve-se, parcialmente, ao não atendimento pelo atual presidente Faustin-



Archange Touadéra, das demandas de representação política e de anistia, oriundas dos grupos armados.



Civis fugiram de suas residências, buscando proteção nos muros do Quartel General em Bria.

Foto: Arquivo pessoal Capitão Alencar.

A região leste do país, majoritariamente dominada por Ex- Sélekas, foi palco de sangrentos conflitos em outubro de 2016. Esse embate, gerado por diferenças étnicas e disputa de poder, se deu na cidade de BRIA, aproximadamente 580 quilômetros da Capital Bangui, entre combatentes do grupo FPRC e RPRC, respectivamente de etnia

Runga e Goula, contra elementos do grupo Unidade para a paz na República Centro Africana (UPC) de etnia Peuhs. Os confrontos resultaram em mais de setenta mortes nos primeiros dias de conflito, obrigando a população local a criar um campo de deslocados nas adjacências da base da MINUSCA em busca de proteção.

7. VIOLÊNCIA E CRIMES

A violência, como em grande parte dos países com baixo índice de desenvolvimento, é fácil de se identificar, sendo exposta ao observador militar diariamente.

Na Capital, do contato com o povo centro-africano, casos de violência doméstica, violência no trânsito e agressões entre comerciantes eram reportados em relatórios diários. O relato de violência doméstica muitas vezes era filtrado por lideranças

locais, que não desejavam que assuntos considerados “familiares” fossem expostos à ONU ou à militares da ONU.

Como as violências oriundas de brigas em trânsito ou em regiões comerciais eram itinerantes e ocasionais, a ação policial para coerção de se restringia ao patrulhamento ostensivo das principais vias, o que pouco colaborava para a coibição de tais atitudes.

No interior, o perfil da violência mostrava-se mais complexo. Com a baixa densidade populacional e vilarejos isolados, a presença do Estado ou da ONU no interior era direcionada para as crises de segurança, deixando algumas regiões somente com presença ocasionais, o que favorecia a escalada da violência até tornar-se crime.

Dos crimes, geralmente homicídio, investigados pelos Observadores Militares, geralmente eram motivados por uma qualquer pequena desavença, mas potencializado por diferenças étnicas ou religiosas. Sob os olhos de um grupo de observadores militares, discussões a respeito de uma moto supostamente roubada, com um julgamento, sem defesa, feito pelo chefe da vila, levou a declarada retaliação contra todos da mesma religião acusado. Dias de horror foram instaurados no Sudeste do País.

Mas os crimes não aconteciam somente entre os centro-africanos, a comunidade internacional composta por funcionários da ONU, de ONGs e de OI também estavam sujeitos às agressões e crimes. O furto ou assalto eram predominantes, principalmente na capital. De casas invadidas e viatura de Organização Humanitária roubada, à assalto à mão armada ou como batedor de pertences, a capital era farta. Funcionários internacionais tendo a porta do carro aberta por saqueadores e furtos de passaporte com oferta de resgate era uma



característica marcante da região do Quilômetro Zero, conhecido como PK0 ou marco Zero da cidade.

A violência como consequência de um acidente de trânsito entre dois nacionais era possível de se mediar, no entanto já fora construído um sentimento negativo quando havia um veículo ONU envolvido. Era comoção local total, a área era cercada de populares e isso funcionava como estopim para agressão seguida de saque, um risco iminente para os internacionais envolvidos.

Os observadores militares não eram imunes à essas violências. Com os observadores militares brasileiros, casos como um sequestro relâmpago por Ex-Seleka, salvo por uma camisa da seleção brasileira guardada no porta-luvas, uma viatura perseguida e apedrejada por manifestantes, salva por manobras evasivas e tensas situações ao se deparar com *Check Point* de grupos armados insatisfeitos com a ONU, salvo pela flexibilidade nata brasileira e pela paixão africana pelo futebol canarinho, marcam momentos que ressaltam a violência contra internacionais.



À esquerda, em Bangui, manifestantes perseguiram a viatura dos observadores militares, atirando pedras e facões.

Foto: Arquivo pessoal Capitão Alexandre Shoji



Viatura ONU utilizada por UNMO, alvejada em emboscada.

Foto: Arquivo pessoal Capitão Diego Pinto Alencar.

No período do desdobramento na missão, não houve morte de observador militar por ação dos grupos armados, no entanto, militares de Contingentes do Marrocos, Camboja e Egito foram mortos e vários outros feridos em combate.

Em conversa com lideranças e chefes de bairro, depois de conquistar a devida confiança, muitos assumiam que os crimes ou a violência dirigida à atores internacionais era motivada pela percepção que estes ali estavam para roubar suas riquezas, desfilar em carros luxuosos, comer em restaurantes caros e por fim, não ajudar em nada o processo de paz e desenvolvimento. O que minava a confiança na segurança pública, era saber que vários, mesmo os que trabalhavam conosco, era simpatizantes dessa ideia força em relação aos internacionais.

8. DESMOBILIZAÇÃO, DESARMAMENTO E REINTEGRAÇÃO

Desarmamento, Desmobilização e Reintegração é comumente abreviado como DDR, valendo a sigla também para o inglês. O objetivo do processo DDR é contribuir para a segurança e a estabilidade em ambientes pós-conflito para que a recuperação e o desenvolvimento possam começar (ONU, 2018). O processo de DDR é complexo, pois envolve dimensões políticas, militares, de segurança, humanitárias e socioeconômicas, no entanto a relação do observador militar com essa atividade é tática.



A atividade de DDR é direcionada exclusivamente para ex-combatentes ou pessoas ligadas à atividade de apoio ao combate. Tal informação parece simples de disseminar, mas a maioria da população que se retratava aos observadores militares tentava se eleger ao processo de DDR simplesmente por ter posse de uma arma, muitas vezes armas de caça artesanais. A promessa de receber dinheiro, estudo e trabalho ao entregar uma arma, era tentadora e um sonho para muitos, que logicamente viam nisso uma grande oportunidade.

A desinformação da população era o berço para os oportunistas. Ao iniciar o projeto piloto do processo de DDR na Capital, rumores de que armas velhas estariam sendo comercializadas para um grande número de pessoas, com a promessa que dessa forma fariam jus a ingressar no processo de desarmamento, começaram a chegar para os observadores militares através de suas conexões ao longo da cidade. Por mais que esse rumor fosse reforçado, quando da participação no projeto piloto, com a observação de diversas armas artesanais depositadas, até o fim da permanência na missão, nada havia sido comprovado.

A equipe terminou o tempo de missão ainda nos primeiros passos do processo de DDR. Os envolvidos de diversas agências, experimentados nessa atividade, conduziam com extremo profissionalismo e fluência, o que foi alvo de comentários positivos dos elementos das Forças Armadas e da Polícia Centro Africana envolvidos no processo, o que serviria de motivação e reforço positivo para as expectativas de desenvolvimento do processo de paz.

9. O PROCESSO DE PAZ

O Processo de Paz, apoiado pelo Mandato da ONU, legitimou as eleições presidenciais com auditoria internacional, elegendo Faustin-Archange Touadéra. A ONU por sua vez buscava proteger a

população civil, proteger e promover os direitos humanos e fortalecer o Estado constituído. Estes três desafios se mostraram extremamente complexos e exigiam um grande esforço político da MINUSCA para que fossem realmente implementados.

Uma das principais tarefas do Componente Militar no processo de paz era a proteção de civis. O combate contra agressões dos grupos antagônicos Ex-Seleka e Anti Balaka aos civis era constante, e que por não possuírem uma estrutura de comando bem definida, as mediações e negociações eram realizadas de forma descentralizada e em pequenas localidades. Ações paramilitares de um ou de outro ora causavam baixas como efeito colateral de suas manobras ora eram ataques deliberados contra não combatentes de uma ou outra religião, nesse contexto a força intervia pelo fogo em prol da proteção de civis.

A ausência do Poder do Estado para proteger a população abria margem para a criação de grupos de autodefesa, que nada mais era que uma seleção de voluntários ou ex-combatentes com armas de fogo ou armas brancas, visando proteger a própria comunidade das ameaças externas, sendo inclusive tutelada pelo líder da vila ou bairro (Mocondi). Esses grupos eram receosos e pouco confidentes com o processo de DDR e muitas vezes não tinham interesse em se desarmar, pelo menos não enquanto não tivessem a proteção do estado. Na mente da população local a grande questão era se valeria a pena desarmar-se e perder a capacidade de autodefesa, o que apesar de ser humanamente compreensível, não contribuía para o processo de paz.

O processo de pacificação e DDR com os grupos armados enfrentava grandes obstáculos. Organizar um desarmamento bilateral após um suposto acordo era um grande desafio. A liderança de um ou

outro grupo poderia estar de acordo, mas quase sempre não havia apoio pleno das diversas facções de cada grupo. Os combatentes usufruíam de um *status* que lhes permitiam extorquir, matar, julgar e cometer crimes, o que fazia do desarmamento e da paz algo não tão interessante.

A porosidade das fronteiras Centro Africanas somadas a precária infraestrutura viária e os insuficientes meios de monitoramento, tornavam o controle do movimento e do rearmamento dos grupos armados uma missão de complexa execução. Tais fatos constituem grandes desafios para a consolidação do processo de paz.

Na capital, o presidente era venerado pela maciça maioria o que colaborava para uma relativa estabilidade. Os questionamentos populacionais marcantes eram a cerca dos casos de corrupção no governo, da inatividade de demais membros da Assembleia Nacional, da percepção de ineficiência da ONU para estabelecer a paz no interior e dos constantes rumores sobre tropas da ONU favorecendo grupos armados de um ou outro posicionamento religioso.

No centro neurálgico do país, destaca-se ainda a rivalidade entre muçulmanos e cristãos, com pouca interferência das etnias nas instabilidades. Bairros eram divididos, e possuíam predominância ora de uma religião, ora de outra. Existia uma crença popular que muçulmanos atendidos por médicos cristãos eram assassinados e vice-versa, o que limitava a possibilidade de atendimento médico nos hospitais da Capital e não colaborava para a convivência harmoniosa. Projetos para erradicar tais rivalidades foram lançados com sucesso em alguns Distritos da capital, onde a convivência harmoniosa já podia ser observada, colaborando para construção de uma imagem que a paz entre os povos era possível.

No interior, a disputa por terras ricas em minerais preciosos é, muitas vezes, mascarada por um plano étnico ou religioso, o que consiste em uma grande barreira para o processo de paz. As áreas de mineração são de difícil acesso por estradas e dominadas por um ou outro grupo armado. As cidadelas no entorno dessas áreas de mineração sofrem com a violência indiscriminada e pouco podem contar com a presença do estado para lhes proporcionar segurança.

A disputa dos grupos armados pelo controle dos principais eixos de transporte da RCA é outro fator que não colabora com o processo de paz. A montagem de barreiras e a exigência de pedágios é a melhor fonte de renda para os grupos armados, posto que roubar a população pobre não é muito eficiente para o seu propósito.

10. CONCLUSÃO

A MINUSCA, uma missão relativamente nova, ainda tem diversos desafios a serem superados e um longo processo de paz a ser desenvolvido.

A estabilização política é um fator chave para a eficaz reestruturação do governo, assim como a supressão das atividades paramilitares. A ONU, através do Mandato da MINUSCA, ratifica a necessidade da estabilização do conflito em todos os níveis, a fim de criar condições de promover o desenvolvimento e exterminar a crise humanitária.

A POC, a promoção do DH, o funcionamento eficaz do processo de DDR, o trabalho integrado das agências da ONU para o desenvolvimento da RCA e para expansão do suporte humanitário e, a ação diuturna dos soldados da paz em prol da manutenção de um ambiente seguro e estável, são ferramentas essenciais para a

construção da tão sonhada real independência centro-africana, da paz e da prosperidade da *Beafrika* (RCA em Sango).

O sucesso da missão, no entanto, jamais será possível sem o alinhamento das lideranças opostas em prol da paz, delegando à ultimo plano questões religiosas, étnicas, políticas e acima de tudo, econômicas.



REFERÊNCIAS

BOAS, Morten. **The Central African Republic - a history of a collapse foretold?** *Policy Brief*, v. 1, n. 1. Oslo: Norwegian Peacebuilding Resource Centre, Jan. 2014, p.1-3.

CAMPOS, L M C L; SANTOS, J T; VIEIRA, N G A; e SILVA, Y V R. **O Conflito na República Centro-Africana**. Série Conflitos Internacionais. Observatório de Conflitos Internacionais da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) / UNESP. 2016.

WIKIPEDIA. **República Centro-Africana**. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/República_Centro-Africana>. Acesso em: 22 de janeiro de 2018.

UNITED NATIONS. **DDR**. Disponível em <http://www.unddr.org/what-is-ddr/introduction_1.aspx> Acesso em: 22 de janeiro de 2018.

UNITED NATIONS. **MINUSCA Mandate**. Disponível em <<https://www.un.org/press/en/2017/sc13068.doc.htm>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2018.

AUTOR 
João Maurício Dias Lopes Valdetaro

Apoio de Cooperação Civil-Militar (CIMIC) em Combate: uma proposta¹

*João Maurício Dias Lopes Valdetaro**

RESUMO: As características dos conflitos no século XXI demandam um exército cada vez mais evoluído. Neste sentido, novas tendências aparecem a todo o momento no campo de batalha e o Exército Brasileiro (EB) encontra-se em constante busca para adaptar-se ao combate moderno. No atual teatro de operações, o planejamento, levando em conta as considerações civis, tende a obter um maior sucesso, pois adquire maior aceitação da população, legitima as ações e entende o campo humano. No entanto, não existe uma doutrina de Assuntos Cívicos e Cooperação Civil-Militar (CIMIC) consolidada no EB. Desta forma, o presente trabalho, utilizando uma pesquisa bibliográfica adicionado a entrevistas com especialistas, busca apresentar uma proposta de apoio da capacidade CIMIC para a Força Terrestre Componente (FTC), do EB, desdobrada em combate, buscando sugerir o ideal de doutrina; subordinação; composição e características do operador CIMIC; e treinamento. Tudo isso adaptado à realidade, possibilidades e particularidades do EB.

PALAVRAS-CHAVE: Cooperação Civil-Militar. CIMIC. Assuntos Cívicos.

.....
¹Artigo adaptado do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais por término da Pós-Graduação em Operações Militares.

*Capitão da Arma de Engenharia. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2007; especialista em Coordenação Civil-Militar (CIMIC); aluno do Curso de Cooperação Civil-Militar da OTAN, realizado em Portugal, 2014; instrutor de intercâmbio com o Centro de Treinamento para Operações de Paz do Canadá do Curso de Operador de CIMIC realizado na Indonésia, 2015; coordenador do Estágio de Coordenação Civil-Militar do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), entre 2013 e 2016; e pós-graduado em Operações Militares pela EsAO em 2017.

1. INTRODUÇÃO

Decisões no nível político-estratégico sempre influenciaram conflitos. Desta forma, guerras são declaradas por lideranças não necessariamente militares e por consequência, tropas acabam desdobrando-se nos mais diversos teatros de operações.

Porém, a mudança da conjuntura geopolítica fez com que os campos de batalha evoluíssem, passando a se aproximar ou, até mesmo, englobar áreas totalmente habitadas e densamente povoadas, transformando a forma de agir das tropas.

Assim, essa interação civil-militar cresceu de importância, onde o entendimento do ambiente de atuação passou a colaborar para o ganho da confiança daquela população, bem como legitimar as ações realizadas, conforme afirma Pinheiro (s.d):

As atuais campanhas [...] deixam evidente, de forma incontestável, que a natureza das ações desenvolvidas [...] exige **comandantes**, em todos os escalões, **capacitados a avaliar o impacto dos fatores não-militares nas operações**. Cada vez mais, torna-se impositivo o domínio de conhecimentos específicos sobre as culturas, percepções, valores, crenças e interesses, bem como os seus reflexos nos processos de tomada de decisões de indivíduos e grupos. Todo esse acervo deve ser avaliado em conformidade com a estrutura social, língua, cultura, poder e exercício da autoridade, e os interesses vitais da sociedade em questão. (PINHEIRO, s.d, p.1).

Além disso, diversos atores passaram a destacar-se no teatro de operações: organismos internacionais, regionais e locais; organizações não-governamentais e imprensa; dentre outros. Como consequência, as considerações civis, que por sua vez, consistem na “[...] influência das agências, instituições e lideranças civis,

da população, da opinião pública, do meio ambiente e de infra estruturas sobre o espaço de batalha [...]”(BRASIL, 2017, p.2-21), passaram a ser levadas em conta pelo Exército Brasileiro (EB) como fator de decisão do exame de situação do planejamento do comandante tático, como nos mostra o manual EB-MC-10.223: Operações (2017):

O exame de situação, metodologia concebida para a solução de um problema militar, em qualquer nível, é sustentado pelo estudo de aspectos relevantes que são organizados e orientados por determinados fatores. As partes constitutivas dessa metodologia são os fatores da decisão, isto é, elementos que orientarão o processo decisório. Os principais fatores da decisão são: missão, inimigo, terreno e condições meteorológicas, meios, tempo e **considerações civis**. (BRASIL, 2017, p. 2-20, grifo nosso).

A fim de estabelecer esta interação com esses outros atores e por consequência realizar o levantamento das considerações civis, tropas mundo afora variam o modo como realizam tal atividade. Fruto disso, alguns questionamentos surgem no momento da realização do planejamento de emprego dessas frações: qual seria a forma mais eficaz e eficiente em termos de quantidade de militares empregados e suas características, treinamento e subordinação, além da doutrina a ser utilizada?

A constante mudança das características dos conflitos determina que o EB se mantenha em constante estudo, evolução e acompanhando doutrinas empregadas com sucesso por outros Exércitos.

No contexto das considerações civis, Pinheiro (s.d) afirma que:

A dimensão psicossocial é, incontestavelmente, a essência dos Conflitos Armados da atualidade. Tal fato ganha ainda maior relevância num momento em que as informações são transmitidas ao vivo e a cores, em tempo real. Nesse contexto, a introdução das Considerações Civas/Terreno Humano nos Fatores da Decisão do Estudo de Situação do Comandante, procedimento adotado pela grande maioria dos exércitos do mundo ocidental, é plenamente justificada, sendo encarada pelas **Forças Armadas mais capacitadas do planeta como uma evolução indispensável à sua eficiência operacional nos complexos cenários em presença.** (PINHEIRO, s.d, p. 6).

No entanto, a doutrina de CIMIC nas Forças Armadas brasileiras ainda é incipiente. Isso faz com que militares no exercício de funções relacionadas ao tema, principalmente em Operações de Paz (Op Paz) sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), necessitem apoiar-se em conhecimentos externos à doutrina terrestre, ou mesmo empíricos, sem base doutrinária nacional. Nesse sentido, a adoção de uma doutrina CIMIC – moldada para a realidade, necessidades e particularidades do EB – contribuirá de maneira significativa para a questão de padronização, treinamento e emprego dessas tropas. Por isso, é necessário que uma proposta de forma de apoio da capacidade CIMIC para uma FTC em um contexto de emprego em combate seja apresentada, visando ainda subsidiar futuros estudos a partir desta mesma linha de pesquisa.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Cooperação Civil-Militar, Coordenação Civil-Militar ou Assuntos Civas?

Em uma primeira fase de estudo, faz-se necessário entender qual o significado do termo Cooperação Civil-Militar. Diferentes países

adotam doutrinas distintas e por consequência, empregam suas equipes de formas variadas. Neste trabalho iremos dar enfoque maior nas doutrinas mundialmente consolidadas, sendo elas: Doutrina de Coordenação Civil-Militar da ONU (UN CIMIC), Doutrina de Cooperação Civil-Militar da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e Doutrina de Assuntos Cíveis do Exército Americano. Abordaremos, também, como o assunto é tratado atualmente no âmbito do EB.

2.2. Coordenação Civil-Militar da ONU

A interação civil-militar nas Missões de Paz sob a égide da ONU remonta desde as primeiras operações estabelecidas pela Organização. Elementos civis sempre se fizeram presentes nas áreas afetadas e esse mútuo entendimento de atribuições, consequentemente, tornou-se necessário.

Com o fim da Guerra Fria, o número de missões multidimensionais² aumentou, missões estas que contavam com um Componente Civil bem mais encorpado e com mais tarefas a serem desempenhadas. Por mais que os Componentes de cada missão fossem bem definidos, a interdependência entre os mesmos também era comumente evidenciada. O Componente Militar, normalmente responsável pela manutenção de um ambiente seguro e estável não conseguia resolver o problema daquela região sozinho. Também era necessário um investimento nas áreas de

.....
²Missões de Paz multidimensionais são missões estruturadas por uma série de componentes composto por uma série de componentes, incluindo militares, policiais civis, assuntos políticos, estado de direito, direitos humanos, humanitários, reconstrução, informações públicas e gênero. Há também uma série de áreas, como suporte de missão e segurança e segurança do pessoal, que permanecem essenciais para a manutenção da paz, independentemente do mandato de uma determinada missão (tradução nossa). (ONU, 2003, p. vii).

desenvolvimento e direitos humanos, que por consequência geraria uma estabilidade para a população afetada e como reflexo uma melhora nas condições de segurança. Desta forma, o Componente Militar se beneficiaria das ações do Componente Civil.

O oposto também ocorria. Logo, nas áreas onde a segurança não estava completamente estabelecida, o Componente Militar garantiria a segurança de todos, até mesmo para que agências humanitárias conseguissem realizar seu trabalho.

Nesse contexto de apoio mútuo, a fim de padronizar o entendimento dentro da Organização, a ONU estabeleceu alguns parâmetros e realizou publicações. As mais recentes, em vigor, são: *Civil-Military Coordination in UN Integrated Peacekeeping Missions (UN-CIMIC)* de 2010 e o *United Nations Civil-Military Coordination Specialized Training Materials (UN-CIMIC STM)* de 2014.

Sendo assim, a ONU (2010) define CIMIC como:

UN Civil Military Coordination (UN-CIMIC) is a military staff function in UN integrated missions that facilitates the interface between the military and civilian components of the mission, as well as with the humanitarian, development actors in the mission area, in order to support UN mission objectives.³ (ONU, 2010, p. 14-15).

Estabelecendo como tarefas básicas:

Civil-Military Liaison and Information Sharing: [...] act as the first point of entry to the military component of the mission for

.....
³UN-CIMIC é uma função de estado-maior militar, em uma missão integrada da ONU, para facilitar a interface entre os componentes civil e militar da missão, bem como com atores humanitários e de desenvolvimento na área da missão, para apoiar os objetivos da missão da ONU (tradução nossa).

police and civilian partners, if no relation has been established previously. [...] should ensure that their military components are aware of benefits and sensitivities when working with police and civilian partners, especially with the humanitarian actors (UN-CMCoord) based on their knowledge and training on key principles in interacting with these partners. [...] interaction with the police and civilian partners should be based on an agreed appropriate framework/process that would ensure the transparent flow of information, taking into consideration the confidentiality and care in handling sensitive information. [...]

Civil Assistance: [...] Provide support to ensure a coordinated mission response to requests for assistance from humanitarian and development actors. [...] Facilitate the interaction between the Mission and the local civilian population and authorities, in relation to Community Support Projects undertaken by the military components.⁴ (ONU, 2010, p. 6-7).

Assim, podemos concluir que a Doutrina ONU sobre CIMIC possui um enfoque maior em atender os objetivos impostos pelo mandato

.....
⁴Ligação Civil-Militar e compartilhamento de informações: [...] atuar como o primeiro ponto de entrada para o componente militar da missão para a polícia e parceiros civis, se nenhuma relação estiver sido estabelecida anteriormente. [...] garantir que seus componentes militares estejam conscientes de benefícios e sensibilidades quando trabalham com policiais e parceiros civis, especialmente com os atores humanitários (UN-CMCoord) com base em seus conhecimentos e treinamento sobre princípios fundamentais na interação com esses parceiros. [...] a interação com a polícia e os parceiros civis deve basear-se em uma estrutura/processo apropriado e acordado que assegure o fluxo transparente de informações, levando em consideração a confidencialidade e o cuidado no tratamento de informações sensíveis. [...]

Assistência Civil: [...] Fornecer apoio para assegurar uma resposta coordenada da missão aos pedidos de assistência de atores humanitários e de desenvolvimento. [...] Facilitar a interação entre a Missão e a população e autoridades civis locais, em relação aos Projetos de Apoio Comunitário empreendidos pelos componentes militares (tradução nossa).

daquela missão em que estão sendo desdobrados. Portanto, muitas vezes esses objetivos adotarão um caráter mais humanitário.

2.3. Cooperação Civil-Militar da OTAN

No que tange o assunto CIMIC, a OTAN (2003) entende que as operações, além de suas fronteiras, por vezes seriam realizadas em territórios desprovidos de instituições civis que funcionassem plenamente ou de infraestruturas efetivas, apresentando assim desafios diferentes e mais complexos. Este argumento reforça que a interação entre as forças da Aliança e o ambiente civil (governamental e não-governamental) é crucial para o sucesso das operações.

A definição de CIMIC utilizada é a seguinte:

The coordination and cooperation, in support of the mission, between the NATO Commander and civil actors, including national population and local authorities, as well as international, national and non-governmental organizations and agencies⁵ (OTAN, 2013, p. 2-1).

A Organização ainda identifica como objetivo e propósito do CIMIC:

[...] the interaction between military and civil actors within a comprehensive environment to support the military commander's plan. Ideally all actors will work to a common goal, but where this is not possible this interaction will ensure that activities to support each plan are harmonized as far as possible. This will minimize interference or unintended conflict between all actors. This interaction might consist of, but is not limited to, coordination,

.....
⁵A coordenação e cooperação, em apoio à missão, entre os comandantes militares e atores civis, incluindo a população nacional e autoridades locais, bem como agências e organizações internacionais, nacionais e não governamentais (tradução nossa).

cooperation, mutual support, coherent joint planning and information exchange, covering the political mandate. It includes NATO military forces, governance and civil actors⁶ (OTAN, 2013, p. 2-1).

A compreensão da dinâmica do ambiente operacional por meio dessas ligações com os atores não militares presentes se torna cada vez mais necessária e importante, a fim de que informações sejam colhidas e os objetivos militares possam ser atingidos com maior facilidade. Para isso, a OTAN entende como funções-chave do CIMIC: a ligação civil-militar e o apoio tanto à força quanto a atores civis e sua esfera de atuação (OTAN, 2013), conforme apresentado a seguir:

- a. Civil-military liaison: Establish and maintain liaison with civil actors at appropriate levels, facilitating cooperation, harmonization, information sharing, concerted or integrated planning and conduct of operations [...].
- b. Support to the force: Commanders, depend on the circumstances, will require significant support from within their JOA as well as coordination of effort to minimize disruption to military operation. For that reason, CIMIC plays a proactive role by contributing to operations planning and participating in operations [...].

.....
⁶A interação entre militares e atores civis dentro de um ambiente holístico para apoiar o planejamento do comandante militar. Idealmente, todos os atores trabalharão em busca de um objetivo comum, mas onde isso não seja possível essa interação irá assegurar que as atividades para apoiar cada plano sejam harmonizadas o melhor possível. Isso minimizará interferências ou conflitos não intencionais entre todos os atores. Essa interação deverá ser constituída por, mas não limitada a coordenação, cooperação, apoio mútuo, planejamento conjunto coerente e compartilhamento de informação, abordando o mandato político. Isso inclui forças militares da OTAN, o governo e atores civis (tradução nossa).

- c. Support to civil actors and their environment Within a comprehensive approach, military support to civil actors and their environment will generally only be conducted, if it is required to create conditions supportive for the accomplishment of the military mission within the context of the mandate. They may include a wide spectrum of resources such as information, personnel, materiel, equipment, communications facilities, specialist expertise or training [...].⁷ (OTAN, 2013, p. 2-4).

A partir da posição defendida pela OTAN mencionada acima, pode-se observar que o apoio de CIMIC ao comandante tático é bem ressaltado pela doutrina da Organização, sempre tendo como foco principal o objetivo militar.

2.4. Assuntos Cíveis no Exército dos Estados Unidos da América (EUA)

O Exército dos EUA utiliza uma doutrina própria, conhecida como Operações de Assuntos Cíveis, que tem por definição:

.....
⁷a) Ligação Civil-Militar: estabelecer e manter ligação com atores cíveis nos níveis apropriados, facilitando a cooperação, a harmonização, o compartilhamento de informações, o planejamento integrado ou combinado e a condução de operações.

b) Apoio à força: comandantes, dependendo das circunstâncias, irão requerer um apoio expressivo dentro de sua Área Conjunta de Operações, bem como coordenação de esforços para minimizar interrupções às operações militares. Por essa razão, o CIMIC exerce um papel proativo por contribuir para o planejamento de operações e participar em operações.

c) Apoio a atores cíveis e sua esfera de atuação: através de uma abordagem holística, o apoio militar a atores cíveis e sua esfera de atuação, geralmente, só será conduzido se for requerido para criar condições de apoio para o cumprimento de uma missão militar no contexto do mandato. Isso pode incluir um amplo espectro de recursos como informações, pessoal, material, equipamento, comunicações, instalações, expertise de especialistas ou treinamento (tradução nossa).

“[...] activities of a commander performed by designated civil affairs or other military forces that establish, maintain, influence, or exploit relations between military forces, indigenous populations, and institutions, by directly supporting the attainment of objectives relating to the reestablishment or maintenance of stability within a region or host nation.” (EUA, 2014, p. 1-2)⁸.

Os militares possuem uma Arma⁹ específica e estão organizados para apoiarem tanto as operações convencionais quanto as operações especiais. As unidades de Assuntos Cívicos já são previamente constituídas e a dosagem de apoio para cada situação é prevista no manual *FM3-57 Civil Affairs Operations*, variando desde Companhias de Assuntos Cívicos até uma Brigada de Assuntos Cívicos Paraquedista.

Os EUA (2014) entendem que as Operações de Assuntos Cívicos possuem cinco tarefas principais: controle de recursos e da população; assistência humanitária estrangeira; gestão da informação cívica; assistência à nação; e apoio à administração cívica.

Os especialistas de Assuntos Cívicos compõem as 9^{as} Seções nos diversos escalões e são responsáveis por assessorar o comandante tático com uma análise dos componentes cívicos que moldam o ambiente operacional. A essência das Operações de Assuntos Cívicos, no caso dos EUA, é conduzir suas atividades em sincronia e integração com o conceito operacional e a intenção do comandante apoiado.

.....
⁸[...] atividades de um comandante realizada por elementos de assuntos cívicos designados ou outra força militar que estabeleçam, mantenham, influenciem, ou explorem relações entre forças militares, população nativa, e instituições, apoiando diretamente a consecução de objetivos relativos ao reestabelecimento ou manutenção da estabilidade dentro de uma região ou país anfitrião (tradução nossa).

⁹Arma no sentido de especialidade militar. Ex.: Arma de Infantaria.

2.5. Assuntos Cíveis e CIMIC no Exército Brasileiro

O mais próximo de uma doutrina de CIMIC que o EB adota pode ser definida como uma doutrina clássica dos Assuntos Cíveis, que segundo Curro (2008):

“[...] é materializada, no EB, num anteprojeto de manual de campanha, datado da década de 80 do século passado, o qual foi adotado, a título experimental e para fins escolares, pela ECEME, e que se designa como C 41-6 - Assuntos Cíveis, Edição de 1987 [...]”. (CURRO, 2008, p. 45).

É sabido que a Doutrina de Assuntos Cíveis e Cooperação Civil-Militar dentro do EB ainda é bastante embrionária, conforme Curro (2008) observa o fato de: “[...] não existir, ao longo deste manual do EB, qualquer referência a atividades de cooperação e de coordenação com organizações civis [...]” (CURRO, 2008, p. 46). Porém, a Instituição vem realizando ingerências para que tal assunto seja melhor explorado. Uma Nota de Coordenação Doutrinária (NCD) está em desenvolvimento no Centro de Doutrina do Exército (CDoutEx) versando sobre uma Doutrina de CIMIC que deverá ser empregada pelo EB.

Apesar de alguns militares realizarem cursos e estágios fora do Brasil, boa parte da experiência que se adquire, advém da participação brasileira em missões sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), principalmente com os ex-integrantes da 9ª Seção do Batalhão de Infantaria de Força de Paz - Haiti. Tal experiência se norteava basicamente da utilização das diretrizes emanadas pela ONU, da experiência adquirida nos contingentes anteriores e do bom senso dos militares que, de forma empírica, conseguiam realizar suas missões.

2.5.1. Assuntos Cíveis na Força Terrestre Componente (FTC) e CIMIC nas operações

O conceito de FTC utilizado pelo EB preza pela “adoção de estruturas flexíveis, adaptáveis, modulares, elásticas e sustentáveis, que rapidamente possam ser integradas às demais forças” (BRASIL, 2014, p. 1-1). Logo, a estrutura de emprego da FTC será determinada em cima dos fatores da decisão, tais como: inimigo; meios; terreno; etc. Influenciando, assim, em como os apoios serão compostos e empregados.

Dentro do Estado-Maior (EM) da FTC, é previsto a Seção de Assuntos Cíveis (E9) que tem como atribuições:

- a) proceder a Análise de Assuntos Cíveis;
- b) avaliar as implicações, na esfera dos Assuntos Cíveis (As Civ), das LA elaboradas pela Seção de Operações;
- c) planejar e conduzir as ações afetas ao seu campo de atuação, em coordenação com as seções de Inteligência, de Operações, de Com Soc, de Op Info e de Logística, em apoio às operações militares;
- d) estabelecer os procedimentos para as atividades sob sua responsabilidade, verificando as instalações a serem utilizadas e os meios de apoio necessários, bem como as possibilidades de emprego de instalações e pessoal cível, presentes na área de responsabilidade, em apoio à operação;
- e) verificar os serviços públicos e infraestruturas críticas a serem preservados na área de responsabilidade da FTC, adotando as medidas necessárias para sua preservação e prevendo as ações necessárias para o posterior restabelecimento da situação de normalidade naquelas áreas;
- f) verificar a necessidade e possibilidades de ligações com as autoridades cíveis locais, providenciando a redução ou eliminação

dos óbices porventura existentes, tendo sempre como foco o apoio às operações militares;

g) realizar a ligação com agências governamentais, organizações não governamentais e organizações internacionais que atuam na área de responsabilidade da FTC, estabelecendo um Centro de Coordenação Civil-Militar (C3M), se for o caso;

h) confeccionar o Anexo de As Civ ao Plano ou Ordem de Operações;

i) participar, juntamente com a sua seção, da Célula Funcional de Comando e Controle; e

j) estruturar a seção de As Civ do EM/FTC (BRASIL, 2014,p. 3-13).

Entende-se, então, que a FTC se encontra bem suprida quanto ao quesito Assuntos Cíveis no nível operacional. Porém, não há qualquer estrutura que operacionalize as diretrizes emanadas por tal Seção.

O novo manual de operações do EB, publicado em 2017, prevê a Cooperação Civil-Militar como uma ação comum às operações terrestres e estabelece as seguintes definições:

5.6.1 A cooperação civil-militar (CIMIC, sigla em inglês de civil-military cooperation) caracteriza-se por atividades que buscam estabelecer, manter, influenciar ou explorar as relações entre as forças militares, as agências, as autoridades e a população, numa área operacional amigável, neutra ou hostil. Contribui para atingir os objetivos militares e garantir um ambiente seguro e estável, de acordo com a natureza da missão.

5.6.2 As ações de CIMIC ocorrem nos níveis operacional e tático. Decorrem das diretrizes estabelecidas pelos Assuntos Cíveis, que são normatizados nos níveis político e estratégico e destinam-se a atender aos interesses do Estado no TO/A Op, por intermédio de atores civis e militares.

5.6.3 Em algumas situações, devido ao volume das ações, é necessária a ativação de um Centro de Cooperação Civil-Militar (C3M) separado do Centro de Operações. O C3M é o coordenador das ações relacionadas à cooperação civil-militar conduzida em uma área de operações. Este Centro funciona como um coletor de demandas, com a finalidade de compreender as necessidades da área e realizar a coordenação entre os atores envolvidos.

5.6.4 As atividades CIMIC abrangem o apoio à missão e às comunidades, incluindo reparações e reconstrução de infraestruturas, incremento das condições da saúde pública e apoio à administração civil, o que possibilita a conquista da confiança da população.

5.6.5 A contrapartida das atividades CIMIC, efetuadas pela tropa em benefício da população, consiste no apoio desta e das autoridades às operações militares, principalmente no que diz respeito à obtenção de informações e ao uso de áreas, instalações e recursos locais. Esse apoio proporciona legitimidade de atuação e liberdade de ação para as tropas.

5.6.6 A 9ª Seção do EM é responsável por coordenar a aplicação das capacidades civis, adequando-as às necessidades militares (CIMIC). O comandante deve assegurar que as ligações com os atores não militares, referentes a CIMIC, sejam feitas por meio dessa seção (BRASIL, 2017, p. 5-7).

Assim, entende-se que há a necessidade de uma estrutura que possa realizar as tarefas táticas de Assuntos Cívicos, a fim de operacionalizar as diretrizes emanadas pelo EM da FTC. Não há, hoje, uma estrutura que alimente a FTC com informações do nível tático, sendo que a análise do terreno humano é cada vez mais importante no contexto da guerra moderna, como aponta Pinheiro (s.d):

A experiência tem demonstrado que o entendimento da cultura local e o conhecimento dos aspectos políticos, econômicos, psicossociais e religioso é crucial para o planejamento e a execução das operações (PINHEIRO, s.d, p. 1).

2.5.2. Capacitação de militares no contexto CIMIC no EB

O Estágio de Coordenação Civil-Militar (Estg CIMIC), conduzido pelo Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), foi criado para atender demandas objetivas e empíricas de capacitação de pessoal para a Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (MINUSTAH). Apesar de não se caracterizar como uma capacidade orgânica das unidades do Exército Brasileiro, a coordenação civil-militar é encarada como uma das capacidades previstas na composição das unidades desdobradas no Haiti.

Diante da ausência de uma doutrina nacional e de treinamento específico, juntamente com a necessidade de adaptar a capacidade para o contexto das operações de paz da ONU - particularmente da MINUSTAH - o Estg CIMIC foi criado para preencher parte dessa lacuna. A base teórica do Estágio é fundamentada nos *Specialized Training Materials* (STM) para a Coordenação Civil-Militar das Nações Unidas, cujo foco é apresentar as diretrizes gerais, princípios e dinâmicas do UN-CIMIC nos níveis operacional e tático.

O Departamento de Operações de Paz (DPKO) da ONU, no entanto, não define como os países contribuintes de tropa devem conduzir suas responsabilidades durante as missões de paz. Isso significa que raramente as diretrizes oficiais da Organização, incluindo os STM, especificam como e quais técnicas, táticas e procedimentos (TTP) devem ser empregados. Para preencher essa lacuna, o CCOPAB adotou uma abordagem dupla: (1) TTP básicas para a condução

das atividades CIMIC (como negociação, interação com a mídia e utilização de intérpretes, entre outras) foram adicionadas ao currículo do Estágio; e (2) as experiências obtidas empiricamente no Haiti foram incluídas no programa por meio de palestras de lições aprendidas, trocas de experiência e estudos de caso.

Paralelamente, buscou-se uma aproximação com centros de referência na condução de atividades de CIMIC, como o próprio DPKO, o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (UN OCHA), o Centro de Excelência para Cooperação Civil-Militar da OTAN (CCOE) e a 77ª Brigada do Exército Britânico, entre outros. A procura por essas referências mais sólidas em relação ao empirismo anterior, incentivou a reflexão sobre a validade e eficácia das atividades desempenhadas pelas tropas brasileiras no Haiti.

A percepção do autor é que, atualmente, a falta de uma doutrina nacional, de TTP consolidadas, de especialistas nacionais e da difusão do conceito transversalmente, como um assunto comum para todo soldado, distorce significativamente o conceito e a condução de atividades CIMIC em operações. Outras capacidades (como inteligência, comunicação social, operações psicológicas e forças especiais) acabam por ocupar essa vacância deixada pela falta de uma Doutrina CIMIC nacional e por vezes vão de encontro a princípios de emprego da capacidade CIMIC, onde a associação com outras capacidades é desencorajada. Essas distorções e a aplicação indevida da cooperação civil-militar pode causar danos para a população civil, criar dependência na força e prejudicar o processo de construção de confiança.

Finalizando, a decorrência da falta de um entendimento mais amplo dos conceitos e princípios da coordenação civil-militar dentro

do EB – uma lacuna que não se pode preencher em uma ou duas semanas de Estágio – faz com que a capacidade CIMIC venha sendo empregada equivocadamente e, no esforço, de maneira ineficiente.

3. PROPOSTA

Após analisar as respostas obtidas através das entrevistas e de acordo com a experiência do autor no tema; aliado com as necessidades, características e perspectivas da nova forma de emprego adotada pelo EB, segue abaixo uma proposta de apoio da capacidade Cooperação Civil-Militar (CIMIC) para a Força Terrestre Componente (FTC) do EB desdobrada em combate, buscando sugerir o ideal de doutrina; subordinação; composição e características do operador CIMIC; e treinamento.

3.1. Doutrina

Entendido que o EB não possui uma Doutrina consolidada, como apresentado ao longo do trabalho, necessita apoiar-se na adaptabilidade de seus militares quando da necessidade de empregos em ações dessa natureza.

Levando em consideração que a proposta de apoio da capacidade CIMIC para a FTC visa o apoio em combate e após análise das entrevistas, da bibliografia e da experiência do autor, chega-se à conclusão de que, para embasar uma futura elaboração de uma doutrina da capacidade CIMIC da Força Terrestre, a Doutrina da OTAN, a qual tem como foco o apoio ao comandante tático, seria a mais indicada.

3.2. Subordinação

Acompanhando a concepção doutrinária atual do EB apresentada no item 2.5.1 deste trabalho, no que tange a modularidade da

tropa, entende-se como melhor opção a adoção de uma estrutura centralizada ao invés de uma dosagem fixa por peça de manobra empregada no nível tático.

Sendo assim, de acordo com as necessidades de cada operação, devem ser incluídos na composição da FTC um ou mais Dst Op CIMIC. Estes seriam mobiliados a partir de uma Cia CIMIC ou Btl CIMIC do EB e estariam subordinados diretamente ao comando da FTC, estando em condições de serem empregados à medida que fosse necessário. Isso pode ser observado a partir da figura abaixo, representando um exemplo de constituição de FTC:

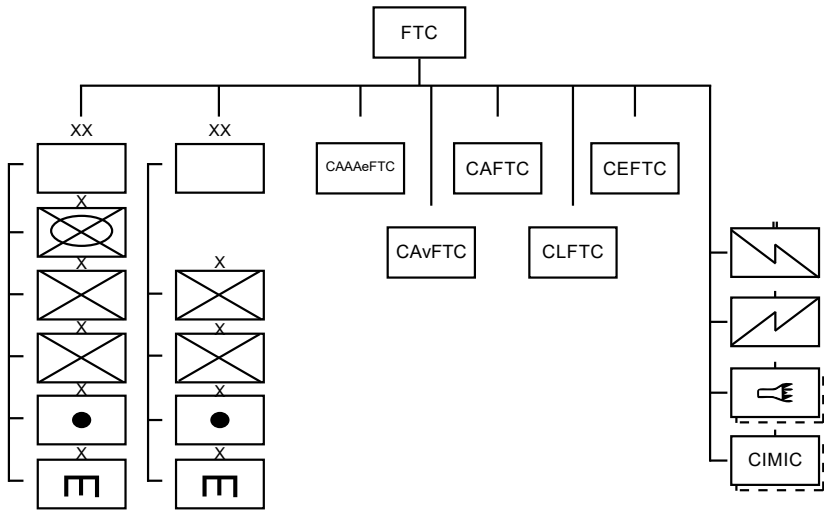


Figura 1: Sugestão de subordinação do Dst Op CIMIC à FTC.

Fonte: O autor.

3.3. Composição

De acordo com as sugestões apresentadas, adicionada a experiência do autor, a constituição abaixo ficou entendida como sendo a ideal para um possível Dst Op CIMIC da FTC do EB.

3.3.1. Dst Op CIMIC

Cada Dst Op CIMIC deverá ser composto por: Comandante (Cmt), Subcomandante (SCmt), elementos de Estado-Maior (EM) e Equipes CIMIC quantas forem necessárias para o cumprimento da missão. A constituição modular deverá obedecer necessidade imposta pela FTC, conforme o esquema abaixo:

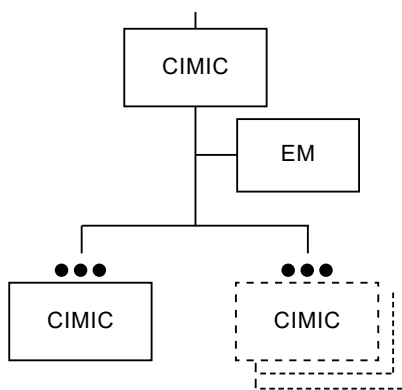


Figura 2: Proposta de um Dst CIMIC da FTC.
Fonte: O autor.

3.3.2. EM

O EM será composto por Oficial de Pessoal, Oficial de Inteligência, Oficial de Operações e Oficial de Logística. Em certos casos, havendo falta de pessoal, o SCmt poderá acumular as funções de Oficial de Pessoal e de Logística. Além disso, caberá ao EM o planejamento e emprego das Equipes CIMIC (Eq CIMIC) de acordo com as demandas da FTC, em apoio a alguma peça de manobra, podendo ser empregado até o escalão Batalhão.



3.3.3. Eq CIMIC

A Eq CIMIC será comandada por 1 (um) Capitão/Tenente e não deverá haver um padrão numérico de composição a ser seguido. Aos moldes do Dst Op CIMIC, as Equipes deverão ser montadas à medida da necessidade apresentada, devendo conter pelo menos 1 (uma) Turma de Reconhecimento/Assessoria; 1 (uma) Turma de Ligação; 1 (uma) Turma de Gerenciamento de Projetos; e quantos mais times forem necessários, inclusive possuindo civis em suas constituições.

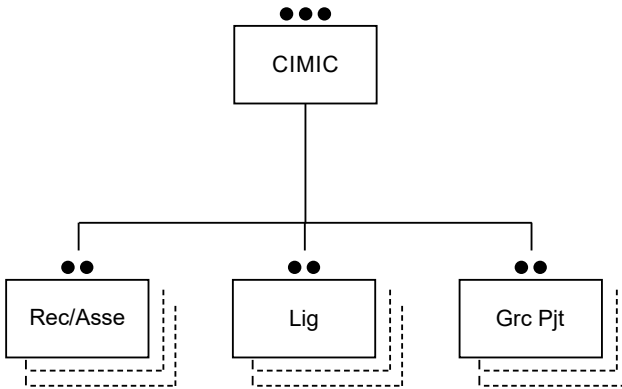


Figura 3: Proposta de uma Eq CIMIC.
Fonte: O autor.

3.3.4. Presença de elementos civis

Os elementos civis são assessores especializados em áreas de interesse para a missão. Cresce de importância suas presenças, uma vez que o EB não terá recursos suficientes para capacitar seus quadros em todas as possíveis áreas as quais os Dst Op CIMIC serão empregados.

Gerenciamento de projetos (engenharia, agricultura, indústria, educação), assessoria às instituições civis (direito, eleitoral, legislativo), entre outras, são alguns exemplos de áreas das quais esses assessores poderão ser utilizados.

A forma como esses civis serão contratados pelo EB não foi objeto desta pesquisa, porém deverá ser levada em consideração para o planejamento do emprego de tais especialistas.

3.4. Características do operador CIMIC

3.4.1. Operador CIMIC

O operador CIMIC deverá ser um militar versátil, especializado e atento aos menores detalhes, de forma a conseguir captar as características mais relevantes daquela sociedade/comunidade a qual estiver trabalhando junto, contribuindo para o êxito da missão da FTC. Características como perfil negociador, bom trato com a imprensa e com a população também serão desejadas para esse militar. Um treinamento específico será necessário.

3.4.2. Agente CIMIC

As equipes CIMIC são distribuídas em número limitado e por isso terão que ser priorizadas em seu emprego. Em algum momento, nos locais onde não se poderá contar com a presença física de uma equipe, será necessário que a tropa presente desempenhe algum papel nesse sentido, mesmo que inicial. Para isso, aos moldes do que é feito com Inteligência, Comunicação Social e algumas outras capacidades, CIMIC deverá fazer parte do treinamento da tropa que será desdobrada, com a finalidade de que essa lacuna possa ser preenchida satisfatoriamente.

A experiência no Haiti demonstrou que concentrar essa função no Subcomandante de SU desdobrada surtiu bons efeitos, pois este militar tinha a capacidade de fazer uma primeira filtragem antes que fosse necessário empreender um esforço maior da célula de Assuntos Cíveis do EM do Batalhão.

3.5. Treinamento

Como explorado neste trabalho, a necessidade de uma tropa específica com essa capacidade se torna cada vez mais evidente. Visando esta finalidade, é necessário que um treinamento seja devidamente implementado e os tópicos a serem abordados englobem os itens mencionados a seguir.

3.5.1. Criação de cursos de especialização

Uma possibilidade seria a criação de cursos específicos para os diversos níveis:

1. Curso Básico de CIMIC, voltado para Cap/Ten/Sgt, com a finalidade a habilitar estes militares a comporem Eq CIMIC em operações.
2. Curso Intermediário de CIMIC para oficiais, voltado para Of Sup/Cap Aperf com a finalidade de comandarem e comporem o EM de um Dst Op CIMIC.
3. Curso Intermediário de CIMIC para ST e Sgt, voltado para ST/SgtAperf com a finalidade de comporem o EM de um Dst CIMIC e 9ª Seções de Bda, DE e FTC.
4. Curso de Assuntos Cíveis, voltados para Of QEMA, com a finalidade de comporem as 9ª Seções dos EM de Bda, DE e FTC.

3.5.2. Treinamento transversal

Como exposto anteriormente, o tema tem uma grande relevância no nível tático. O treinamento transversal seria uma solução para que o assunto fosse difundido e recebesse a devida atenção. Incluí-lo nos pacotes de treinamento de tropas que serão desdobradas em combate (FTC) e/ou Operações de Paz, podendo, também, entrar nos Programas-Padrão (PP) de Instrução como tema transversal, assim como é feito com Comunicação Social, Inteligência, dentre outras.

O militar não especializado será o primeiro contato que os atores não-militares, presentes no Teatro de Operações, irão encontrar e caberá a este militar fazer a primeira filtragem identificando possibilidades de CIMIC.

3.5.3. Intercâmbio com outras Forças Armadas

O intercâmbio com outras Forças Armadas se torna importante a partir do momento em que outros países possuem doutrinas testadas e consolidadas em combate. Sendo assim, o envio de militares brasileiros para realizarem cursos e estágios, participarem de seminários, workshops e atividades na área torna-se relevante como busca do conhecimento, a fim de contribuir para que a doutrina nacional possa ser estabelecida e consolidada.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou tratar de um assunto ainda não consolidado no EB. Alunos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) desenvolvem pesquisas sobre o tema,

inclusive tendo sido utilizados como referência para este estudo. Porém, como proposto, este artigo buscou apresentar uma solução prática à deficiência encontrada na composição de meios do EB, e, por consequência, da FTC, quando acionada para desdobramento em um teatro de operações. Presente cada vez mais em exércitos estrangeiros, a capacidade CIMIC vem a contribuir com o comandante tático, visando assessorá-lo à medida que as considerações civis possam influenciar sobremaneira às operações, facilitando assim a conquista do objetivo militar estabelecido como estado final desejado para aquela campanha.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). **C41-6: Assuntos Civis (Anteprojeto)**. 1987.

_____. Exército. **EB-MC-10.202: Força Terrestre Componente**. 1. Ed. 2014.

_____. Exército. **EB-MC-10.223: Operações**. 5. Ed. 2017.

BUCKNER, Kelly. (2017). Especialista em CIMIC. Entrevista concedida ao autor. Ago. 2017.

BUUR, Lars. (2017). Ex-Chefe do Estado-Maior do Centro de Excelência para a Cooperação Civil-Militar (CCOE) da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Entrevista concedida ao autor. Ago. 2017.

CALVI, Maxwell Norbim. **Cooperação civil-militar de Terceira Geração no Exército Brasileiro: Novos Arranjos de Contraentes para a Defesa**. 92f. Trabalho de Conclusão de Curso – Escola de Comando e Estado Maior do Exército, ECEME. 2014.

CENTRO DE EXCELÊNCIA DE COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR. **CIMIC Field Handbook**. Ed. 3. 2012.

CORBARI CORRÊA, Glauco. (2017). Adjunto da Seção de Assuntos Cíveis do 23º Contingente do Batalhão de Infantaria de Força de Paz desdobrado na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH). Entrevista concedida ao autor. Ago. 2017.

CORRÊA NETTO, Bernardo Romão. **A importância da Coordenação Civil-Militar (CIMIC) para o emprego do Exército Brasileiro em Missão de Paz com Base na Experiência Brasileira no Haiti**. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, ECEME. 2012.

CRUZ, Maurício Valença da. **A preparação do contingente para integrar Força Internacional de Paz: uma proposta de preparo do contingente do Exército Brasileiro, em missões de paz sob a égide da ONU, com enfoque na Coordenação Civil-Militar (CIMIC)**. 270 f. Tese de doutorado - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, ECEME. 2010.

CURRO, Paulo Jorge Varela. **A aplicação do conceito de Cooperação Civil-Militar (CIMIC), da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), no Exército Brasileiro**. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, ECEME. 2008.

DAWSON, Michael. (2017). Instrutor do Centro de Treinamento para Operações de Paz do Canadá. Entrevista concedida ao autor. Ago. 2017.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). **FM3-57 Civil Affairs Operations**. Department of the Army. 2014.

GARBINO, Henrique Siniciato Terra. (2017). Instrutor do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil entre 2015-2017. Entrevista concedida ao autor. Ago. 2017.

HEKKING, Jos. (2017). Oficial de ligação do exército holandês com o Centro de Excelência para a Cooperação Civil-Militar (CCOE) da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Entrevista concedida ao autor. Ago. 2017.

KOOLHOF, Fred. (2017). Instrutor do Centro de Excelência para a Cooperação Civil-Militar (CCOE) da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Entrevista concedida ao autor. Ago. 2017.

LONGHURST, Graham M. **The Evolution of Canadian Civil-Military Cooperation (CIMIC)**. *Canadian Military Journal*, v.7, n.4, p. 55-64, Inverno 2006/2007. Disponível em <<http://www.journal.forces.gc.ca/vo7/no4/longhurst-eng.asp>> Acesso em 09 set. 2017.

O GLIVE, Martin. (2017). Especialista em CIMIC. Entrevista concedida ao autor. Ago. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **United Nations Civil-Military Coordination Specialized Training Materials (UN-CIMIC STM)**. Integrated Training Service, Division of Policy, Evaluation and Training, Department of Peacekeeping Operations & Department of Field Support. 2014.

_____. **Civil-Military Coordination in UN Integrated Peacekeeping Mission (UN-CIMIC)**. Policy. Department of Peacekeeping Operations & Department of Field Support. 2010.

_____. **Handbook on United Nations Multidimensional Peacekeeping Operations**. Peacekeeping Best Practices Unit, Department of Peacekeeping Operations. 2003.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE (OTAN). **AJP-9: NATO Civil-Military Co-Operation (CIMIC) Doctrine**. NATO Standardization Agency. 2003.

_____. **AJP-3.4.9: Allied Joint Doctrine for Civil-Military Cooperation**. NATO Standardization Agency. 2013.

PEABODY, David. **The challenges of doing good work: the development of Canadian Forces CIMIC capability and NGOs**. *Journal of Military and Strategic Studies*, v.8, n.3, Primavera 2006. Disponível em: <<http://jmss.org/jmss/index.php/jmss/article/view/130/146>>. Acesso em: 09set. 2017.

PIIRA, Jari. (2017). Especialista em CIMIC e instrutor do Centro Internacional das Forças de Defesa da Finlândia. Entrevista concedida ao autor. Ago. 2017.

PINHEIRO, Álvaro de Souza. **As considerações civis, o terreno humano e o conflito do séc XXI.** [20--].

RIZZI, Jason. (2017). Especialista em CIMIC. Entrevista concedida ao autor. Ago. 2017.

STESSL, Robert. (2017). Ex-instrutor do Centro de Excelência para a Cooperação Civil-Militar (CCOE) da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Entrevista concedida ao autor. Ago. 2017.

“Operações Psicológicas nas assistências humanitárias pós furacão Matthew”

Cap José Augusto B. Vieira Neto¹
Cap Gustavo do Nascimento Martorelli

RESUMO: Este artigo faz uma análise da atuação de um Destacamento de Operações Psicológicas em apoio a uma operação singular para as Forças Armadas na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti. A *OPERAÇÃO NAP EDÈ AYITI*, que ocorreu após a passagem do furacão Matthew em 2016, exigiu dos integrantes do Contingente Brasileiro a adaptação do *modus operandi* até então empregado para novas condutas que possibilitassem o escoamento da ajuda humanitária ao povo haitiano. Face ao ineditismo dessa operação e à possibilidade de futuros enfrentamentos similares por tropas brasileiras, este trabalho visa abordar e elucidar aspectos relacionados ao apoio de um Destacamento de Operações Psicológicas no contexto supracitado. O trabalho foi realizado com base na experiência vivida por militares integrantes do destacamento e não se aprofunda em aspectos técnicos de interesse único dos especialistas, mas expõe as atividades realizadas de maneira clara e precisa. O artigo contribui para o entendimento do que pode ser realizado por um Destacamento de Operações Psicológicas e serve como base para o aperfeiçoamento do emprego dessa tropa em apoio aos diversos escalões nas Forças Armadas.

PALAVRAS-CHAVE: Operações Psicológicas. Assistência Humanitária. Haiti.

1. INTRODUÇÃO

O Haiti, país mais pobre das Américas, sofreu mais um desastre natural, a passagem do furacão Matthew, nos dias 03 e 04 de outubro

¹Os autores participaram da MINUSTAH com o BRABAT 24 (2016)

de 2016. O furacão chegou à ilha com ventos acima de 250 Km/h, atingindo fortemente a região sudoeste do país: os departamentos de Grand'Anse e Sud.

A passagem do furacão deixou 175 mil pessoas desabrigadas e 546 mortas (dados do governo haitiano), agravando ainda mais a situação de um país que já possuía 80% da população vivendo abaixo da linha de pobreza.

A Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) iniciou um intenso trabalho de assistência humanitária por meio da Operação *Nap Edè Ayiti* (“estamos ajudando o Haiti” em creole). O Batalhão Brasileiro de Infantaria de Força de Paz (BRABAT) mudou seu foco, passando a trabalhar em prol da assistência humanitária.

O BRABAT foi rapidamente desdobrado ainda antes da passagem do Matthew, posicionando tropas na localidade de Miragoâne, local mais próximo possível do olho do furacão e que poderia abrigar a tropa com segurança.

O Batalhão Brasileiro possui em sua composição de meios um Destacamento de Operações Psicológicas (DOP), tropa capacitada e especializada, que possui como missão principal poupar meios e pessoal, por meio de sensibilização de públicos alvos envolvidos nas operações.

O propósito deste trabalho é relatar a importância das Operações Psicológicas (Op Psc) no contexto de ajuda humanitária, citando os exemplos da sua utilização durante a Operação *Nap Edè Ayiti* e particularmente nas missões de distribuição de donativos.



Foto: Arquivo Comunicação Social do BRABAT 24.

2. OP PSC NA OPERAÇÃO *NAP EDÈ AYITI*

O DOP, inicialmente, teve uma turma tática passada em reforço ao Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFN). Essa turma tática recebeu a missão de dissuadir possíveis bloqueios na estrada entre Miragoâne e Les Cayes. A manutenção dessa estrada sem bloqueios era essencial para a chegada da assistência humanitária aos departamentos mais afetados.

Para cumprir essa missão, a turma tática realizou contato pessoal em todas as localidades no trecho citado, buscando estabelecer contato com lideranças locais, rádios e habitantes locais que realizavam os bloqueios. O enfoque sempre era o de sensibilizar a população a não

bloquear as estradas, principalmente por ocasião da passagem de comboios. Foi observado que, nesse primeiro momento, as estradas estavam sendo barradas por pessoas que buscavam cobrar um pedágio pelo serviço de desbloqueá-las. Mesmo antes do furacão já tinha sido observada a cobrança de “pedágios” na região. As ações realizadas pela turma tática tiveram um feedback muito positivo: o responsável pelo comboio que passou na região no dia seguinte relatou que, assim que as viaturas eram reconhecidas, os bloqueios eram desfeitos para suas passagens.

Na cidade de Les Cayes, iniciamos um trabalho de esclarecimento da população sobre a atividade que o BRABAT estava realizando, que naquele momento consistia na desobstrução das estradas afetadas pelo furacão, visando possibilitar a chegada da assistência humanitária. Foram realizados contatos nas rádios locais; no entanto, a cidade não possuía nenhuma estação de rádio em funcionamento (todas tinham sido avariadas pelo Matthew). Com a indisponibilidade das rádios, buscamos outros vetores de influência: as lideranças religiosas.

O esclarecimento para a população por meio das lideranças religiosas foi imprescindível, já que a população via as viaturas circulando, mas sem a ocorrência de distribuições de donativos. Isso evitou desgastes para a tropa como manifestações e barricadas. Esses contatos serviram também para extrair informações sobre as necessidades da população; a primeira constatação foi de que a população precisava mais de materiais de construção para reconstrução de suas casas do que de gêneros alimentícios.

Na localidade de Camp Perrin, onde havia uma equipe destacada do GptOpFN e outra da Companhia Brasileira de Engenharia de Força de Paz, foi levantada a possibilidade de uma manifestação

contra essas tropas. Nossa turma tática, então, foi deslocada de Les Cayes para Camp Perrin com o objetivo de levantar as motivações dos possíveis manifestantes e dissuadir essa atividade. Foi identificado o Padre que cedeu o local para a tropa como eminência parda do grupo. Agimos diretamente sobre esse vetor para dissuadir a realização de manifestações. Com exceção dessa situação pontual citada, a postura da população era pacífica com relação à tropa.

Ao retornar para Les Cayes, a turma tática tomou conhecimento de que haviam ocorrido manifestações possivelmente organizadas por pessoas da região rural de Torbeck. A turma, então, se deslocou alguns dias para essa localidade com o intuito de realizar o trabalho de reconhecimento do ambiente operacional, coletando dados para assessorar o Comando do BRABAT. Foi concluído que as manifestações em Les Cayes não haviam sido organizadas pelos moradores de Torbeck. Além disso, foi novamente constatado que a população possuía como primeira necessidade a aquisição de material de construção, e em segundo lugar o acesso a algum método de purificação de água, já que existe a expectativa de um aumento significativo na incidência de cólera.

Três dias após a ativação da turma tática em Les Cayes, as vias terrestres que davam acesso ao Departamento de Grand Anse e à Comuna de Jeremie foram desobstruídas e permitiram que a outra turma tática fosse designada a essa localidade, juntamente com uma Viatura (Vtr) Alto Falante (AF). A situação em Jeremie estava diferente de Les Cayes. O isolamento geográfico e as avarias causadas pelo furacão (cerca de 80% das casas foram atingidas bruscamente) foram fatores que contribuíram para o surgimento de atitudes mais agressivas da população.

Foi observado que a maior parte dos suprimentos estava chegando por meios aéreos (helicópteros e aviões) e havia uma quantidade diária de comboios bem superior à de Les Cayes, que levava esses suprimentos aos depósitos principais, no centro de Jeremie. A população, principalmente os que viviam mais próximos do aeroporto / base do contingente brasileiro testemunhavam a constante chegada e circulação desses suprimentos. No entanto, não existiam distribuições nessa localidade, o que causava inquietação nos moradores locais e pequenas manifestações em frente ao aeroporto. Foi comum também o surgimento de bloqueios improvisados em alguns pontos dos 8 km de estrada que ligavam o aeroporto ao centro da cidade, o que dificultava o fluxo logístico do BRABAT.

Na ocasião da chegada da turma tática em Jeremie, a base era ocupada pela Força Tarefa Esquadrão a 2 (dois) pelotões e por uma equipe do Destacamento de Operações de Paz (DOPaz). Em coordenação com o DOPaz, foram realizadas distribuições de donativos ao longo dos 8 km de estrada supracitados e assim foi realizada em pontos específicos (escolas, associações de moradores e igrejas). Foram doados itens alimentícios em quantidades razoáveis. Foi o suficiente para que a incidência de bloqueios contra as nossas tropas reduzissem a quase zero nesse trecho. Havia um receio por parte dos moradores locais próximos ao aeroporto de que eles seriam “esquecidos” durante o processo de entrega de donativos.

Outro indicador de impacto foi a redução de moradores exaltados em frente ao aeroporto. Nos primeiros dias houve manifestações no local devido aos motivos supracitados e ao desejo de trabalhar no carregamento de suprimentos em troca de alguma compensação financeira. A decisão de um representante de uma ONG norte-americana em selecionar alguns voluntários para auxiliar no



carregamento de caminhões de suprimentos ajudou a diminuir a exaltação da população naquele momento. A redução de manifestações a longo prazo se deveu mais às distribuições locais realizadas. Quanto à decisão da ONG em oferecer pequenos trabalhos, o DOP indicou a seleção daqueles que estariam liderando o grupo / turba, visando mitigar a oposição dessas lideranças, ação que melhorou o relacionamento com a população.

A doação proposital nos pontos da estrada foi possível após um acerto entre representantes da ONG e elementos do DOPaz, que estavam fazendo a ligação com esses órgãos civis até a chegada de um militar do G9 (Seção de Assuntos Cíveis do Brabat). Em teoria, a decisão dos pontos de distribuição deveria ser tomada pelo COUD (Centro de Operações de Urgência Departamental), a partir da coordenação



Foto: Arquivo Comunicação Social do BRABAT 24.

entre o governo do Haiti, representantes locais, ONGs e a ONU. As reuniões diárias no COUD eram pouco decisivas e produtivas na prática. A sala era palco de discussões entre líderes de associações, que desejavam beneficiar suas localidades primeiramente, a Defesa Civil, que prezava por uma distribuição direta às famílias e não às associações, além de representantes da Polícia Nacional Haitiana (PNH), da ONU e de algumas ONGs, que aguardavam o consenso por parte dos haitianos. Faltava uma autoridade que conduzisse o evento e auxiliasse na obtenção de um consenso.

O DOP passou a trabalhar em conjunto com o representante do G9 nas reuniões do COUD em Jeremie, a fim de levantar as autoridades que possuíam maior poder de decisão e que eram mais “ouvidas” durante as reuniões. O objetivo seria se aproximar dessas autoridades para que tivéssemos maior influência na escolha dos locais de distribuição. Dessa forma, poderíamos elencar alguns pontos específicos, visando à obtenção de um comportamento positivo da população e a diminuição dos índices de violência contra os comboios, economizando meios na segurança.

Foi confeccionado um temário de auxílio ao G9 a fim de pressionar um consenso entre os integrantes da reunião e agilizar o processo de distribuição de suprimentos, que se encontrava quase estagnado devido a discussões inconclusivas. O DOPaz possuía um integrante fluente em francês que foi essencial na aproximação dos integrantes da PNH que compareciam à reunião e realizavam os reconhecimentos dos locais de distribuição.

Paralelamente a isso, a turma tática apoiou os comboios de suprimentos e as distribuições. A prioridade foi apoiar os comboios que saíam para distribuições, para evitar distúrbios da população durante esses eventos. Quando não apoiávamos os comboios,

permanecíamos em condições de atuar contra manifestações em frente ao aeroporto. Os detalhes dessa forma de atuação serão expostos em tópico posterior.

Alguns dias após a distribuição nos pontos específicos do trecho de 8 Km, houve um incidente envolvendo uma ONG que transportava suprimentos sem apoio de segurança em período noturno. No dia seguinte, elementos do DOP realizaram o deslocamento nesse trecho e utilizaram a técnica do contato pessoal com representantes locais. O objetivo psicológico principal foi dissuadi-los de realizarem atos violentos contra comboios. Para isso, foi utilizado um temário com algumas ideias-forças, dentre elas a que “se persistissem os atos violentos, não haveria mais distribuições nos locais dos incidentes”. Durante os contatos também foram levantadas as principais necessidades dos moradores, atualizando os fatores psicossociais do levantamento de área de operações de apoio à informação.

O BRABAT destacou um pelotão para a comunidade de Dame Marie, uma cidade no extremo oeste de Grand-Anse. Durante os diversos apoios realizados, o pelotão enfrentou um ambiente com menos presença de forças de segurança. Esse fator, aliado ao isolamento geográfico da cidade, ocasionou algumas turbas durante as escoltas e distribuições. Essa situação levou o Cmt do DOP a destacar um militar para acompanhar esse pelotão por um dia e esclarecer o motivo das frequentes manifestações. Foi levantado que boa parte dos mantimentos distribuídos na localidade tinham sido desviados para amigos e familiares do prefeito e que isso gerou descontentamento na população. Esse militar teve uma atuação similar aos elementos de assuntos civis, já que não foi destacado nenhum militar dessa seção para a localidade. Ele realizou reuniões com as lideranças locais acertando que os pedidos de escolta deveriam ser realizados no dia

anterior das mesmas para que fosse decido quais atividades seriam apoiadas pelo pelotão, evitando que o excesso de missões reduzisse a segurança nas mesmas. Além disso, foi proibida a entrega de material fora do depósito central da localidade.

Alguns dias após a realização dessas reuniões, houve o descarregamento de um navio em Dame Marie. Durante o evento, ocorreu uma turba e o pelotão do BRABAT estava impedindo o saque do material com o emprego de armamento não letal, quando um policial da Polícia Nacional do Haiti (PNH) disparou sua arma de fogo contra a turba. O disparo feriu 4 pessoas, as quais receberam os primeiros socorros dos militares brasileiros e do pessoal da embarcação; porém um haitiano não resistiu e veio a óbito. Na localidade de Dame Marie, a população tinha o perfeito entendimento de que o responsável pelo disparo tinha sido o policial da PNH. No entanto, em Jeremie, foi veiculada a notícia, em uma rádio local, que o disparo foi realizado pelas tropas do BRABAT, gerando uma certa insatisfação na população de Jeremie. Com o objetivo de contestar essa versão da mídia local e enfraquecer tal discurso, o DOP confeccionou um vídeo com imagens do incidente comprovando que o disparo tinha sido realizado pelo PNH e o disseminou em contato pessoal realizado com o radialista que veiculava a notícia falsa. Os temas abordados durante o contato e a utilização do vídeo foram suficientes para veicular a verdadeira versão dos fatos e modificar a atitude daquele radialista, mantendo o apoio da população local.

Esse fato levou o DOP, na ausência de elementos de comunicação social em Jeremie, a realizar uma série de contatos nas rádios locais, visando manter aberta uma linha de diálogo entre o BRABAT e as estações, evitando a veiculação de informações incorretas das ações realizadas pela tropa brasileira.

3. OP PSC NAS DISTRIBUIÇÕES DE DOAÇÕES DURANTE A OPERAÇÃO NAP EDÊ AYITI

Durante o período de 07 de outubro a 02 de novembro, o destacamento apoiou diversas missões de distribuições na região de Jeremie, sempre com o foco em evitar distúrbios para preservar a tropa.

Após a realização de algumas distribuições, chegou-se ao seguinte *modus operandi*: o BRABAT realizava a segurança aproximada das distribuições e força de reação, a PNH realizava a segurança do perímetro externo, e as ONGs eram responsáveis pela distribuição de senhas e materiais. Com esse formato, a PNH tinha o primeiro contato com a população e o emprego direto do BRABAT só era realizado caso a demanda fosse além da capacidade da PNH, possibilitando maior flexibilidade no emprego de nossas tropas e evitando o desgaste de nossa tropa com a organização das filas e preparação do local/perímetro.

Com o intuito de evitar distúrbios, os operadores psicológicos buscaram entender o comportamento da população nos momentos de distribuição. A primeira observação realizada foi de que os ânimos sempre eram mais exaltados na proximidade de quem entregava as senhas. Desta forma, o destacamento buscava distanciar ao máximo essa pessoa do local da distribuição e solicitava que a entrega das senhas fossem sempre realizadas até o dia anterior ao evento.

O destacamento possuía uma Vtr AF e um megafone civil, além de alguns Spot AF prontos (mensagens fonográficas gravadas). Iniciamos as operações com uma ampla utilização do AF para organizar a distribuição e reduzir a agitação dos populares. Foi observado que a utilização excessiva e repetitiva do AF para o mesmo público

gerava um desinteresse nas mensagens transmitidas, enquanto que a primeira vez que o utilizávamos gerava uma melhor resposta por parte da população. Por vezes, observamos uma liderança local ou integrante de ONG agindo em prol dos mesmos objetivos do BRABAT. Para eles, passávamos o megafone visando potencializar suas ações e aproveitando o poder de referência que possuíam. O AF veicular era operado apenas por Haitianos que possuíam vínculos com o BRABAT ou com a utilização dos SPOTs, evitando que fossem passadas mensagens erradas, o que poderia reduzir a credibilidade das informações.

Durante as distribuições, realizamos contato com os populares sempre visando manter a tranquilidade da distribuição, identificar as motivações, levantar as necessidades, verificar como foram realizadas as distribuições de senhas e verificar a aceitação da tropa brasileira. Sobre esse último item, é muito difícil obter uma resposta fiel, já que estávamos trabalhando sempre ostensivamente e dificilmente alguém vai criticar abertamente o trabalho de um militar armado e equipado, crescendo de importância a utilização da observação de micro e macro expressões. Dentre as Diversas informações que foram coletadas, havia uma constância de que a maior necessidade não era comida (item mais distribuído), mas o maior anseio da população era por materiais de construção para reconstrução das casas e lonas para cobrir as mesmas. Eram comuns relatos de que as senhas eram distribuídas apenas para amigos e familiares de políticos locais. Esses dados eram passados ao representante do G9, que buscava junto ao COUD resolver tais problemas.

Como nossa missão nessa atividade era evitar tumultos, estávamos sempre atentos a possíveis agitadores. Quando os identificávamos, utilizávamos a técnica de contato pessoal e os poderes de influência,

dentre eles o da recompensa, para aproximação com esses indivíduos. Essas técnicas surtiram efeito na mudança de comportamento desse indivíduos, que geralmente deixavam de realizar agitação e passavam a inibir atos hostis.

As últimas distribuições que participamos estavam cada vez menos tumultuadas. Nossa percepção foi de que os principais motivos para isso foram:

- A grande quantidade de comida distribuída na localidade de Jeremie em quase um mês. Foram distribuídas mais de 750 Ton de alimentos para uma população de cerca de 40 mil pessoas. Tais quantitativos tranquilizavam a população e passou a ser normal ver mercados locais com a venda de alimentos doados.
- O *know-how* adquirido pela PNH, fruto das diversas distribuições realizadas e da troca de experiência com os militares brasileiros.

4. CONCLUSÃO

A Operação *Nap Edè Ayiti* foi mais um exemplo da efetividade e importância da atuação de operadores psicológicos.

A ausência de objetivos psicológicos por parte do escalão superior MINUSTAH, poderia restringir a atuação do DOP a “apenas” evitar conflitos. Essa ausência exigiu a maior iniciativa e flexibilidade por parte dos operadores psicológicos.

A impossibilidade de atuar descaracterizado dificulta a obtenção de informações mais precisas, aumentando a importância das técnicas de observação de micro e macro expressões visando suprimir essa dificuldade.

O uso excessivo e/ou prematuro do AF pode diminuir sua efetividade, tendo em vista a diminuição de sua aceitação por parte da população. Assim, seu uso deve ser judicioso no que tange a oportunidade do momento e a dosagem de utilização.

A técnica de contato pessoal foi amplamente utilizada e, associada à proatividade dos operadores, permitiu a antecipação aos problemas, com a economia de meios e dirimindo crises.

As Op Psc se mostrou uma importante ferramenta para ações de assistência humanitária no contexto de missões de paz. Sem dúvidas, o lema “preservar vidas e economizar meios” personaliza as atividades desenvolvidas pelo Destacamento de Operações Psicológicas.



REFERÊNCIAS

BATISTA, João Marcelo G. S. **Ensinos Obtidos da Experiência Brasileira no Haiti: contribuições do emprego de Operações Psicológicas pelos Contingentes Brasileiros na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti**, entre 2007 e 2009. Rio de Janeiro, RJ, 2013.

BRASIL. Estado-Maior do Exército. **Manual de Campanha C-45-4 Operações Psicológicas**. Brasília-DF, 3ª edição, 1999.

_____. Exército Brasileiro. **C 45-4 - Operações Psicológicas**. Brasília, DF, 1999.

_____. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. **EMA-305: Doutrina Básica da Marinha** (Rev. 2). Brasília, DF, 2014.

FRIEDMAN, H. A. **U.S. PsyOp in Haiti (Operation Uphold Democracy)**. Disponível em: <<http://www.psywarrior.com/HerbHaiti.html>>. 3 abr. 2005. Acesso em: 23 setembro 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti. Cartazes motivacionais. Haiti: Batalhão de Infantaria de Força de Paz, 2008a.

_____. Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti. Panfleto distribuído durante o patrulhamento a pé. Haiti: Batalhão de Infantaria de Força de Paz, 2008b.

_____. Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti. Panfleto distribuído no período da Páscoa. Haiti: Batalhão de Infantaria de Força de Paz, 2008c.

_____. Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti. Panfleto distribuído nos pontos de controle. Haiti, 2007.

_____. United Nations Institute for Disarmament Research - UNIDIR. **Managing Arms in Peace Processes: Haiti**. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas, 1996.

AUTOR 
Leonardo Melo Pereira (Capitão de Corveta)

O processo de seleção, preparo, avaliação e certificação do contingente brasileiro (tripulação do navio e Estado-Maior) da Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (FTM-UNIFIL)

Leonardo Melo Pereira – Capitão de Corveta¹

RESUMO: O presente artigo tem o objetivo de informar ao leitor como se encontra, atualmente, o processo de preparo e de avaliação do contingente brasileiro do Estado-Maior da Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (FTM-UNIFIL) e da tripulação do Navio Subordinado e das propostas de ações que visam a aperfeiçoar esse processo e conferir a ele maior confiabilidade, de acordo com os parâmetros do Departamento de Operações de Paz da Organização das Nações Unidas (DPKO-ONU), possibilitando a certificação desses contingentes pelo Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB).

PALAVRAS-CHAVE: UNIFIL. Líbano. Israel. Hezbollah. MIO. Adestramento. Certificação. Contingente. Estado-Maior. Tripulação.

1. INTRODUÇÃO

O Líbano é um país do oeste asiático situado no extremo leste do **mar Mediterrâneo**, limitado ao norte e a leste pela **Síria** e ao sul por **Israel**, situado na região do **Crescente Fértil**, onde surgiram as primeiras grandes **civilizações**. É o berço dos **fenícios**, cuja cultura marítima floresceu na região durante por mais de 2000 anos

¹O autor foi instrutor do CCOPAB no período 2016-2017.

e que criaram o primeiro **alfabeto**, do qual saíram todos os demais, tanto semíticos como indo-europeus.

Foram os fenícios que fundaram **Cartago**, a maior rival de **Roma** na Antiguidade. Outras cidades importantes eram: **Tiro**, **Sídon** e **Bíblis** que mantiveram sua importância durante o domínio romano. Com a conquista de **Alexandre Magno** em **332 a.C.**, a região ficou integrada na **civilização helenística**. Seguiu-se uma curta dominação do **Egito ptolemaico**, seguida pela dominação do **Reino Selêucida**.

No século I a.C., o Líbano passou a ser província do **Império Romano** e, em seguida, do **Império Bizantino**, época em que o **cristianismo** se espalhou pela região. A **conquista árabe do século VII** introduziu a atual língua do país, o árabe, bem como a **religião islâmica**. Durante a **Idade Média**, o território que hoje é o Líbano esteve envolvido nas **cruzadas** quando então foi disputado pelo Ocidente cristão e pelos árabes muçulmanos. No século XII, o sul do Líbano esteve integrado no **Reino Latino de Jerusalém**, por apenas dois séculos, quando foi reconquistado pelos árabes de Saladino.

Posteriormente, os turcos do **Império Otomano** ocuparam a região em 1516. Tal domínio perdurou até o fim da **Primeira Guerra Mundial**, que trouxe consigo o fim do **Império Otomano** e a ocupação da **Mesopotâmia** e da **Palestina** pelas tropas francesas e britânicas, partilhando os antigos domínios otomanos nos Acordos Sykes-Picot, alterados pelos Acordos de San Remo. O Líbano foi colocado sob o mandato francês, confirmado pela **Liga das Nações**. A República Libanesa foi criada em 1926, adotando um sistema de governo peculiar: Parlamentarismo sectário confessionalista, dividindo os principais cargos de acordo com a importância e tamanho das comunidades religiosas existentes: o cargo de Presidente da República é privativo de um Cristão Maronita, o de

Primeiro-Ministro, de um Muçulmano Sunita e o de Presidente do Parlamento, de um Muçulmano Xiita.

A independência foi conquistada em 1943, sendo o país considerado, sob o ponto de vista financeiro, a “Suíça do Oriente”. Por ali eram feitas grandes negociações de **petróleo**. Sob o ponto de vista turístico, era comparado a “**Mônaco** do Oriente”; possuía cassinos e hotéis de luxo.

No entanto, disputas crescentes entre cristãos e muçulmanos, exacerbadas pelo maior crescimento da população muçulmana relativamente à cristã, além do afluxo de refugiados palestinos, minaram a estabilidade da república, aumentando as tensões internas e fermentando o germe da guerra civil. Além disso, a presença dos refugiados palestinos no sul do Líbano e os constantes atentados e ataques por eles perpetrados a Israel levaram ao envolvimento e intervenção militar deste país na Guerra Civil Libanesa.

2. HISTÓRICO RESUMIDO DA UNIFIL E DA FTM-UNIFIL

A UNIFIL tem suas origens nos conflitos entre Israel e a Organização para Libertação da Palestina (OLP).

A OLP estabeleceu bases no sul do Líbano, de onde realizava ataques contra o norte de Israel, em represália à repressão que Israel realizava na Cisjordânia e Faixa de Gaza contra os ataques de lá realizados pela mesma OLP.

Dessa forma, Israel, invadiu o sul do Líbano em 14 de março de 1978, até o rio Litani. Milhares de libaneses foram mortos em poucos dias de combate e a OLP se viu obrigada a se deslocar para o norte.

Frente aos protestos do governo libanês, o Conselho de Segurança da ONU adotou as resoluções 425 e 426, cujo mandato estabelecia:



Fotos: Arquivo pessoal do autor.

- a. A retirada imediata das tropas israelenses do Sul do Líbano;
- b. Apoiar o governo libanês a restaurar efetiva autoridade na área; e
- c. Restaurar a paz internacional e a segurança.

Até essa retirada das tropas israelenses, concretizada apenas em 24 de maio de 2000, o Conceito das Operações (CONOPS) da UNIFIL teve que ser ajustado duas vezes:

- a. Após a Guerra de 1982 entre os dois países, quando as posições da UNIFIL foram invadidas e suas funções foram limitadas para apenas exercer assistência humanitária; e
- b. Após a retirada das tropas israelenses em 2000, permitindo à UNIFIL retomar suas funções e atividades militares.

BLUE LINE

ÁREA DE OPERAÇÕES DA UNIFIL



Área de Operações da UNIFIL (parte terrestre).

Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Foi estabelecida uma Área de Operações para a UNIFIL limitada entre o rio Litani e a *Blue Line* (Linha de Armistício entre os dois países).

Em 12 de julho de 2006, um ataque foi perpetrado pelo Hezbollah ao sul da *Blue Line* e, portanto, em território israelense, dois soldados de Israel foram sequestrados, tendo seus companheiros sido mortos ou feridos.

O Hezbollah é um partido político libanês, majoritariamente xiita, que possui uma grande representação no Parlamento e no Governo, que prega a luta armada de libertação contra a ocupação de Israel de territórios libaneses e palestinos. Apoiado pela Síria e pelo Irã, é visto como um grupo terrorista pelos EUA, União Européia e Israel.



Bandeira do Hezbollah.

Foto: Arquivo pessoal do autor.

No dia 14 de julho, teve início mais uma ofensiva de Israel no sul do Líbano e ao sul de Beirute, combinando bombardeios de artilharia, aéreos e navais contra redutos do Hezbollah, com o objetivo de sufocar a sua cadeia logística, impedindo que armamentos, munições e itens correlatos chegassem ao Líbano. Diante dessa situação de insegurança, o bloqueio naval imposto por Israel estava sufocando também a economia e o abastecimento de itens considerados básicos, visto que todo tráfego marítimo procurou se desviar do Líbano, país que importa praticamente de tudo.

Dessa forma, o governo libanês envia uma carta à ONU, em que reconhece que suas forças armadas não possuem os recursos necessários para patrulhar suas águas jurisdicionais e solicita apoio da UNIFIL para que forneça tais meios e apóie as ações de

inspeção a serem realizadas em águas territoriais (limitadas a 12 milhas náuticas de sua costa), além de ajudar à Marinha do Líbano a incrementar suas capacidades, de forma a possibilitar que o bloqueio aéreo e marítimo realizado por Israel seja suspenso.

Assim, em 11 de agosto de 2006, o Conselho de Segurança da ONU adota a resolução 1701, reafirmando o papel da UNIFIL na região e expandindo seu mandato original para, adicionalmente:

- a. Determinar a cessação imediata das hostilidades e monitorá-la;
- b. Acompanhar e apoiar as Forças Armadas Libanesas (LAF, sigla em inglês) no seu destaque e ocupação do sul do Líbano, bem como a retirada das tropas israelenses do Líbano;
- c. Coordenar essas atividades com os governos do Líbano e de Israel;
- d. Expandir a assistência humanitária à população civil e garantir o retorno voluntário das populações deslocadas pelo conflito;
- e. Auxiliar o governo libanês a impedir a entrada, sem o seu consentimento, de armas e materiais correlatos, por suas fronteiras, águas jurisdicionais e outros pontos de entrada; e
- f. Auxiliar a LAF para estabelecer, entre a *Blue Line* e o rio Litani, uma zona livre de pessoal armado que não sejam do Governo do Líbano e da UNIFIL.

Assim, foi criada, em setembro de 2006, a Força-Tarefa Marítima da UNIFIL (FTM-UNIFIL), com o propósito de cumprir o auxílio à Marinha do Líbano (*LAF Navy*) para realizar uma Operação de Interdição Marítima, cujo objetivo é controlar a Área de Operações Marítimas (AMO), visando a impedir a entrada de armamento e outros

produtos proibidos pelo governo libanês, pelas águas jurisdicionais libanesas. Inicialmente, a FTM-UNIFIL foi composta por navios das Marinhas da Alemanha (o maior contribuinte de navios, até então), Itália, Espanha e Portugal. O Comando da FTM-UNIFIL passou por várias nacionalidades (italiana, alemã, belga, francesa) até que, em fevereiro de 2011, passou a ser exercida por um Contra-Almirante brasileiro e, desde então, tal comando permanece em mãos brasileiras. E em novembro de 2011, atracou em Beirute a Fragata União, o primeiro navio da Marinha do Brasil para compor a FTM-UNIFIL, exercendo a função de seu Capitânia, ou seja, o navio onde o Estado-Maior da FTM-UNIFIL permanece embarcado.

Neste tempo, a FTM-UNIFIL procurou atualizar as suas normas, suas *StamUNOrd* (*Standard Maritime United Nations Orders*), suas *SOP* (*Standard of Procedures*) e suas Regras de Engajamento de acordo com as limitações que cada país contribuinte impõe. Esse árduo trabalho de harmonização e de uniformização das características peculiares de cada país contribuinte só é observada graças às semelhanças entre as Marinhas envolvidas, apesar da diversidade das culturas envolvidas e é considerado algo único no mundo por ser a UNIFIL a única missão de paz sob a égide da ONU a contar com um componente marítimo.

Atualmente, a FTM-UNIFIL é composta por navios da Alemanha, de Bangladesh, da Grécia, da Indonésia, da Turquia e do Brasil, que exerce o papel de Capitânia da FTM-UNIFIL. Desde então, já seguiram para o Líbano quinze contingentes do Estado-Maior da FTM-UNIFIL e treze contingentes de tripulação de navio. Essa dessincronização se deve ao fato de o primeiro contingente brasileiro do Estado-Maior ter chegado nove meses antes do primeiro navio brasileiro a compor a FTM-UNIFIL.



CA Luiz Henrique Caroli assume como o primeiro Comandante e Chegada da Fragata União, primeiro Navio Brasileiro da FTM-UNIFIL (2011).



Área de Operações Marítimas

3. OPERAÇÃO DE BLOQUEIO X OPERAÇÃO DE INTERDIÇÃO MARÍTIMA (MIO)

De acordo com a Doutrina Básica da Marinha (DBM), uma Operação de Bloqueio é “um tipo de Operação de Guerra Naval que consiste, na sua acepção tradicional, o exercício de elevado grau de controle sobre determinada área, com o efeito desejado de impedimento do

trânsito ou o movimento de navios e deve observar os princípios do Direito Internacional”.

Assim, essa operação deve abarcar todo o tráfego marítimo, sem qualquer distinção de bandeira e carga transportada, ser amplamente divulgada junto à Comunidade Internacional e pressupõe que o comandante da operação possua meios que permitam sua eficácia.

Ainda de acordo com a DBM, “Embora, por força da tradição, se classifique o bloqueio como uma operação típica, na verdade ele pode envolver um conjunto de operações, tais como:

- Minagem ofensiva em áreas de maior concentração do trânsito inimigo;
- Ataque por submarinos, nos limites geográficos do bloqueio; e
- Operações de esclarecimento associadas às de ataque por forças capazes de interceptar e de destruir os meios que não respeitem o bloqueio”.

No caso da Guerra entre Líbano e Israel, em 2006, temos conhecimento de que Israel exerceu apenas a terceira característica supracitada. Sabe-se, no entanto, que sua Marinha tem capacidade para aplicar as duas anteriores.

A persistência da Operação de Bloqueio ao longo do tempo depende da capacidade da força permanecer na área de operações.

Também se observou, nesta guerra, um quadro de extrema superioridade naval por parte de Israel, o que facilitou o estabelecimento e a exploração do Controle de Área Marítima (CAM), contribuindo significativamente para o bloqueio das Águas Jurisdicionais e até do Espaço Aéreo libaneses.

A eficácia do bloqueio foi francamente facilitada por uma configuração geográfica favorável - as reduzidas extensões do território e do litoral libanês frente ao número e diversidade de meios navais e aéreos das Forças de Defesa de Israel (IDF, sigla em inglês), que fizeram frente até às movimentações costeiras ou de pequena amplitude, que são os fatores que mais dificultam tal operação.

Assim sendo, mesmo sendo de difícil execução, com o fato de a balança da comparação de poderes combatentes ter favorecido a Israel, de modo esmagador, essa preponderância de forças foi beneficiada pela configuração geográfica do Líbano.

Pode-se, portanto, mensurar os efeitos que tal Operação de Bloqueio estava causando à economia já em frangalhos do Líbano, país que não possui indústria e agricultura capazes de abastecer o mercado interno, ainda que tenha sido observado, durante um curto período, um boom de reconstrução e recuperação de sua economia, infraestrutura e instituições públicas, por outro lado se faziam sentir, ainda, os efeitos das décadas de guerra civil e das guerras com Israel.

Já a Operação de Interdição Marítima (MIO, sigla em inglês), também segundo a DBM, “consiste na **interceptação do movimento de certos tipos de itens** originados ou **destinados às nações (...)** específicas”.

A MIO está normalmente restrita à interceptação e, se necessário, à abordagem de navios para verificar, redirecionar, apreender suas cargas ou apresar o navio em apoio à imposição de sanções econômicas e militares.

Ainda de acordo com a DBM, “*Unidades engajadas (...), normalmente, executam as seguintes atividades:*



- *Interrogar navios por razões como a segurança da navegação;*
- *Enviar Grupo de Visita e Inspeção (GVI) / Guarnição de Presa (GP) para visitar navios no limite ou fora da área definida. Caso o nível de risco seja médio ou elevado, o envio de GVI/GP deverá ser precedido pela visita de um Destacamento de Abordagem especializada;*
- *Examinar os papéis e a carga dos navios;*
- *Procurar evidências de itens proibidos;*
- *Divertir navios que não cumprirem as normas determinadas pelas sanções; e*
- *Apresar navios que recusem a diversão e apreender suas cargas”.*

A ONU, normalmente, estabelece as condições para um embargo e autoriza o uso de força, pautando-se em resolução do seu Conselho de Segurança.

A eficácia de uma MIO é obtida pela obediência às sanções ou embargo, redução do fluxo de itens proibidos e prevenção da escalada das hostilidades.

Verifica-se, portanto, que a MIO gera efeitos menos lesivos à economia do Líbano do que a Operação de Bloqueio, que impede, de forma indiscriminada, a entrada de qualquer bem, por meio da negação do uso das Águas Jurisdicionais libanesas por qualquer país. A MIO, ao contrário, visa a impedir apenas a entrada de armamento, materiais correlatos e outros bens proibidos sem o consentimento do governo libanês. Indo mais além, gera até benefícios à economia libanesa, haja vista a redução dos preços dos fretes de bens importados pelo Líbano, face à redução dos custos de seguro, pois a presença da

FTM-UNIFIL patrulhando as Águas Jurisdicionais libanesas gera a percepção nas companhias de seguro que tais águas se encontram mais seguras.

4. SELEÇÃO E AVALIAÇÃO DOS CONTINGENTES DO NAVIO E DO ESTADO-MAIOR DA FTM-UNIFIL

De acordo com as normas para a preparação dos navios da Marinha do Brasil para uma Missão de Paz no Exterior a cargo da ONU, a participação de meios navais em uma Operação de Manutenção de Paz requer a exploração das características de versatilidade e permanência do Poder Naval. A necessidade de atuação a longas distâncias das bases por um tempo prolongado é uma das características deste tipo de missão e deve nortear a preparação do Navio em todos os aspectos. As ações necessárias para a prontificação do meio designado poderão ocorrer em paralelo ao Processo Decisório Nacional e ao Processo de Planejamento da Marinha do Brasil.

Com a escolha e a indicação do navio que irá participar da FTM-UNIFIL, é realizado um levantamento das necessidades do meio pré e pós-comissão. Nesse planejamento, não se pode descartar a hipótese de uma escalada do conflito, o que pode obrigar o meio a se engajar em combate e, portanto, devem-se levar em consideração os princípios e as normas para uma situação de guerra.

O número máximo da tripulação do navio a ser empregado na UNIFIL, que é considerada tropa em operação de paz, será determinado através de Diretriz Ministerial do Ministério da Defesa (MD). Atualmente, esse número vem sendo reduzido, bem como o número e a classe dos meios empregados na missão, em função de orientações por parte da ONU, que visa reduzir gastos frente à redução

de sua receita, devida aos cortes anunciados pela administração de Donald Trump, dos EUA, maior contribuinte da ONU.

Serão componentes da tripulação do Navio em uma missão de paz os militares que estão previstos em sua Tabela de Lotação (TL) acrescidos dos militares componentes dos destacamentos embarcados (Destacamento Aéreo Embarcado e Destacamento de Fuzileiros Navais).

Após a escolha do Navio, deve-se observar o número total de vagas a bordo para acomodar o pessoal necessário ao cumprimento das tarefas que poderão ser atribuídas a este Navio na Área de Operações.

O Navio escolhido deverá dispor de acomodações suficientes para transportar o pessoal previsto em sua Tabela de Lotação, sendo que as acomodações que excederem este número serão destinadas para os demais militares necessários ao cumprimento da missão, tais como os militares dos Destacamentos e do Estado-Maior da FTM. Além disso, é necessário que esteja com sua Tabela de Lotação completas, tendo em vista estarem indo para uma área de conflito, além de uma tripulação bem adestrada.

Assim, considerando a frequente exiguidade do tempo de preparação para a comissão e que mudanças na tripulação podem ser consideráveis, afetando até o nível e podendo gerar uma queda de fase de adestramento do meio, é necessário, a fim de evitar atrasos e postergações na sua prontificação, criar uma política para o recompletamento/ substituição de pessoal para os navios designados para a UNIFIL. Para tal, busca-se que os militares substitutos atendam aos seguintes requisitos:

- Ser do mesmo posto que o previsto na TL do substituído; e
- Ter experiência nos navios da classe.

No entanto, pela carência de militares na Esquadra brasileira, nem sempre essas condições são atendidas, sendo necessária flexibilidade na seleção do pessoal, aliando o compromisso entre não prejudicar o navio e atender sua necessidade de recompletamento.

As flexibilidades aplicadas aos postos/ graduações são as seguintes:

POSTO/GRADUAÇÃO	
TL	ACEITÁVEL
CC	CC ou CT (com, pelo menos, 4 anos no posto)
CT	CT
1ºTen	1ºTen
2ºTen	2ºTen
SO	SO ou 1ºSG
1ºSG	SO ou 1ºSG
2ºSG	2ºSG ou 3ºSG
3ºSG	2ºSG ou 3ºSG
CB ²	CB (mínimo de 70%)
MN	MN (QPA)

Outra peculiaridade da seleção de pessoal é que há a necessidade de que, além do posto/ graduação, é importante escolher pessoal que tenha experiência na classe de navio para o qual está sendo designado. Assim, são estabelecidos os seguintes critérios adicionais, em ordem de prioridade, em relação à experiência dos novos tripulantes:

²Os MN especializados são contabilizados como CB. Tendo em vista a atual carência de CB na Esquadra, será admitido o quantitativo de 70% de CB, sendo complementado por 2º ou, preferencialmente, por 3º SG.

- Ter servido em navio da classe do navio indicado por, pelo menos, 1 ano e ter realizado mais de 50 dias de mar nesses navios;
- Possuir 50 dias de mar em navios da classe do navio indicado;
- Ter servido por 1 ano em navios da classe do navio indicado em fase III de adestramento, o que será explicado adiante;
- Ter 300 dias de mar em navios escoltas (fragatas, corvetas, contratorpedeiros); e
- Ter 300 dias de mar em navios da Esquadra.

Caso haja empate nos critérios de seleção, a preferência é dada aos voluntários.

Além disso, os militares a serem selecionados para a tripulação ainda passam por inspeções de saúde para missão no exterior e por palestras motivacionais e entrevistas psicossociais, a fim de identificar situações adversas que demandem a intervenção dos médicos e dos técnicos do Núcleo do Serviço de Assistência Integrada do Pessoal da Marinha (N-SAIPM) da Esquadra. Todos os possíveis membros da tripulação serão submetidos à avaliação psicossocial do N-SAIPM e o parecer desse núcleo de referência será levado em consideração, como critério de embarque ou não do militar.

Após a divulgação da designação do navio para a missão, que deve ser feita, idealmente, com 9 meses de antecedência, serão tomadas as providências listadas abaixo, sendo D a data de partida do navio (início do trânsito) para Beirute:

DATA	AÇÃO	RESPONSÁVEL
D - 6 meses	Verificar as necessidades do navio e informar, por mensagem, ao ComForSup (desembarques, substituição ou faltas).	ComImSup ³

continua...

continuação

DATA	ACÃO	RESPONSÁVEL
D - 5 meses e 15 dias	Verificar pessoal do ComForSup que atende os requisitos de posto/ graduação e de experiência.	ComForSup ³
D - 5 meses	Verificar se existem voluntários no ComForSup para atender a missão (caso necessário).	ComForSup
D - 4 meses e 15 dias	Colocar nota em BONO ⁴ solicitando voluntários que atendam os requisitos de posto/ graduação e de experiência.	ComForSup
D - 4 meses	Caso não consiga recompletar o pessoal do navio, enviar mensagem à DPMM ⁵ solicitando o embarque do pessoal necessário.	ComForSup
D - 3 meses	Data-limite para recompletamento/ embarque de toda a tripulação do navio designado para a UNIFIL.	ComForSup/ ComImSup

Da mesma forma, a seleção de pessoal para o contingente do Estado-Maior da FTM-UNIFIL é aberta através de BONO, onde são informados os requisitos a serem cumpridos pelos candidatos. O cadastro dos candidatos a esse contingente, porém, ficam concentrados diretamente no Comando de Operações Navais (ComOpNav), que recebe também os dados oriundos do navio indicado para a missão.

³ComImSup: Comando Imediatamente Superior.

ComForSup: Comando da Força de Superfície.

⁴BONO: Boletim de Ordens e Notícias. Será dada prioridade para voluntários da área Rio. (citados nas figuras)

⁵DPMM: Diretoria de Pessoal Militar da Marinha

5. PREPARO E AVALIAÇÃO DOS CONTINGENTES DO NAVIO E DO ESTADO-MAIOR DA FTM-UNIFIL

O Navio designado para participar da FTM-UNIFIL deve ter seu pessoal instruído e adestrado, com ênfase na qualificação individual, especificamente nos assuntos atinentes à OMP em questão, e contará com o apoio do Ministério da Defesa (MD), do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) e da Escola de Operações de Paz de Caráter Naval (EsOpPazNav).

Cabe ao MD a coordenação desta preparação. Após a realização de Reuniões de Coordenação com o Estado-Maior da Armada (EMA) e o ComOpNav, é estabelecida a Instrução para Coordenação das Atividades de Preparo, Emprego e Desmobilização dos Contingentes Brasileiros na UNIFIL (ICAPED UNIFIL), que é um programa de eventos que apresenta, dentre diversas providências, o processo específico de qualificação e preparação dos militares dos contingentes para a Operação de Manutenção da Paz (OMP) em questão.

Este processo se dá em três etapas, onde algumas das quais acabam, devido à miríade de providências logísticas e operacionais necessárias à prontificação do navio, se desenrolando simultaneamente.

1ª ETAPA: REUNIÕES E ESTÁGIOS INICIAIS

Conta com os seguintes eventos:

- a. Reunião de Coordenação de Comando e Estado-Maior (ReuCmdoEM), no Comando em Chefe da Esquadra (ComemCh), com duração aproximada de cinco dias. Comparecem o Comandante, Imediato e Chefes de Departamento do Navio, designado para a OMP. Os assuntos pertinentes a esta reunião serão:

- do MRE, atendo-se à Política Externa do Brasil para a região da OMP;
 - da ONU, referente à conjuntura da região para implementação da OMP e ao *Core Pre-deployment Training Materials* (CPTM); e
 - do MD, no tocante ao relacionamento do Ministério com os Contingentes;
- b. Curso Especial de Operação de Paz de Caráter Naval (C-Esp-OpPazNAVAL), na EsOpPazNav, localizada no Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo (CIASC) e com duração aproximada de cinco dias letivos, contando com o mesmo público da Reunião de Coordenação;
- c. Estágio de Preparação de Comandantes e Oficialidade da FTM-UNIFIL e dos Navios Subordinados (EPCO-FTM), no CCOPAB, com duração de até cinco dias letivos, sendo voltado também para os militares assinalados acima. No EPCO-FTM, é realizada uma Avaliação Diagnóstica sobre o CPTM, ministrado na ReuCmdoEM; e
- d. Estágio de Preparação do Contingente de Operação de Paz (E-PrepContOpPaz), na EsOpPazNav do CIASC, cujo público alvo é toda a tripulação do Navio, com iguais cinco dias letivos.

Com o término dessa etapa, se conclui o preparo do contingente do Estado-Maior da FTM-UNIFIL. No entanto, o preparo da tripulação do navio continua em mais três etapas:

2ª ETAPA: ADESTRAMENTOS INDIVIDUAIS, POR EQUIPES E DO MEIO

Antes de iniciar a descrição da segunda etapa do processo de preparo da tripulação do navio, é importante que se faça um breve

comentário sobre como a Marinha do Brasil organiza o adestramento de uma unidade naval.

O adestramento é o conjunto de ações realizadas, através de exercícios repetitivos e com níveis de dificuldade progressivos e continuados com o fito de desenvolver os conhecimentos e a habilidade do militar, quer individualmente, quer em equipe, quer em conjunto, possibilitando que ele desempenhe, eficiente e eficazmente, suas funções e respectivas tarefas, para as quais já tenha recebido a adequada instrução militar, naval e técnico-profissional.

Na Marinha, o adestramento é classificado da seguinte forma:

- a. Adestramento Individual - é aquele que corresponde ao preparo isolado de cada militar;
- b. Adestramento de Equipe - é o aplicado a um grupo de militares que trabalham, coordenadamente, sob a mesma chefia; e
- c. Adestramento Conjunto - é o que envolve toda a tripulação de uma ou mais unidades.

Por compreender atividades rotineiras (cíclicas), é dito que o navio possui um Ciclo de Adestramento, que passa, progressivamente, pelas seguintes fases:

- FASE I: Destinada ao adestramento individual e por equipe dos tripulantes de um navio. Esta fase é iniciada quando o navio passa por longo período de imobilização (ex.: períodos de manutenção), superior a 8 meses e se desenvolve a bordo, no Centro de Adestramento Almirante Marques de Leão (CAAML) e demais centros de instrução. Abrange desde o adestramento para os militares que se apresentarem a bordo

para servir pela primeira vez na classe do navio, até a reciclagem dos oficiais e da guarnição, que se encontravam em Fase III. Ao término do período de imobilização ou reparo, o navio é submetido a inspeções e verificações e, sendo aprovado, evolui para a Fase II;

- FASE II: Destinada ao adestramento em conjunto das equipes de um mesmo navio e ao adestramento básico entre navios. O período de duração dessa fase é estabelecido pelo Comandante do mais alto escalão. Esta fase é realizada no porto e no mar, sendo conduzido pelo CAAML. Ao final do período, o navio é submetido à Verificação de Eficiência. O período de duração da Fase II pode ser dilatado por proposta da CAAML ao Comandante do mais alto escalão e, nesta Fase, o navio não deve, normalmente, realizar operações ou exercícios em conjunto com outras unidades.
- FASE III: Destinada ao adestramento em conjunto com várias unidades integrantes de Grupamentos Operativos, sendo realizada no mar. É iniciada após o navio ser aprovado na Verificação de Eficiência e tem o término previsto para o período de manutenção seguinte. Nesta Fase, o navio deverá estar capacitado a realizar exercícios mais avançados e complexos, cumprindo as tarefas inerentes às Operações e Ações de Guerra Naval, específicas para o seu tipo e classe, previstas na Doutrina Básica da Marinha.

O navio a ser designado para missão de paz deverá, obrigatoriamente, estar em fase III de adestramento.

Ainda assim, por força das especificidades de uma Operação de Manutenção de Paz e diante da complexidade da organização do

adestramento de um meio naval, é importante que o navio passe, adicionalmente, por dois Programas de Adestramento (PAD) especiais para a missão de paz em questão, sendo um com o navio atracado – o PAD Porto, que é o Exercício Básico de Operação de Paz (EBOP) - e outro com o navio em navegação – o PAD Mar, que é o Exercício Avançado de Operação de Paz (EAOP).

Desta forma, adestramentos individuais adicionais também devem ser programados, a fim de prover condições para a melhoria do nível de desempenho das equipes de bordo, como os infracitados:

- Adestramento sobre o SAGBD no Comando do Controle de Tráfego Marítimo (COMCONTRAM) para os militares da Divisão de Comunicações e Informática do navio;
- Exercícios de tiro com armamento portátil para os membros da tripulação;
- Adestramento de Suporte Básico de Vida para socorristas no Centro de Medicina Operativa da Marinha (CMOpM);
- Adestramento sobre armamento não letal com a Companhia de Polícia do Corpo de Fuzileiros Navais (CiaPolCFN) para os membros do GVI/GP; e
- Adestramento sobre comunicação satelital na Diretoria de Comunicações e Tecnologia da Informação da Marinha (DCTIM), fundamental para as comunicações nos canais de telefonia e de dados do navio com sua base e Comandos Superiores, no Brasil para os militares da Estação Rádio do navio.

3ª ETAPA: EXERCÍCIO BÁSICO DE OPERAÇÕES DE PAZ (EBOP)

O EBOP, que compreende o PAD Porto e o adestramento das equipes de bordo, é apoiado pelo CAAML em coordenação com CCOPAB, a fim de incrementar o desempenho do Navio, em especial, nos seguintes setores:

- Procedimentos de Operações de Interdição Marítima (MIO) – realizados no Simulador Tático do CAAML e conduzidos pelo CCOPAB (através de oficial da Marinha do Brasil do Corpo da Armada egresso da missão e que serve nesse Centro Conjunto como instrutor);
- Procedimentos do GVI/GP – realizado a bordo do navio e conduzido pelo CAAML;
- Procedimentos do Grupo de Reação contra Ameaças Assimétricas (GRAA) – realizado a bordo do navio e conduzido pelo CAAML; e
- Procedimentos de Controle de Avarias (CAV) e Avarias Operacionais – realizado a bordo do navio e conduzido pelo CAAML.

O EBOP possui uma Comissão de Assessoria de Adestramento formada por oficiais e praças do CAAML e pelo oficial do CCOPAB, sendo chefiada pelo Comandante do CAAML.

Para cada um dos setores supracitados, são realizados adestramentos que, com exceção do primeiro, é avaliado por oficiais e praças do CAAML por meio de Listas de Verificação padronizadas por esse Centro de Adestramento, uma vez que envolvem procedimentos operativos, doutrinas navais e a Organização de Combate para a classe do navio.

A exceção em relação ao primeiro adestramento se dá por ele ser realizado em Simulador genérico do CAAML (ou seja, para qualquer classe de navio) e por esperar que os estagiários, militares que guarnecem os quartos de serviço em regime de viagem nas estações de Manobra (Passadiço) e de Combate (Centro de Operações de Combate – COC) detectem, acompanhem, interroguem e avaliem os contatos de superfície e aéreos, gerados no Simulador pelo oficial do CCOPAB e compilem o quadro tático, cumprindo as etapas do serviço no COC, além de gerarem, como produto final, os seguintes documentos:

- Mensagens de interrogação de contatos de superfície (*Full / Short Hailings*);
- Mensagens de requisição de inspeção de contatos de superfície (*Inspection Request*);
- Mensagens de posicionamento do navio;
- Mensagens de informações sobre atividades aéreas na Área Marítima de Operações (AMO, sigla em inglês) e no Espaço Aéreo Libanês (*Air Activity Message*), com os respectivos slides traçando a trajetória aproximada da aeronave (*Air Activity Picture*); e
- Outros documentos previstos na StaMUNOrd 4, change 2 da FTM-UNIFIL.

Portanto, no adestramento de MIO do EBOP, espera-se que os quartos de serviço da Manobra e do Combate se familiarizem e cumpram os procedimentos necessários para possibilitar ao navio reagir às situações geradas no simulador pelo oficial do CCOPAB e



que cumpra também a rotina de mensagens e documentos atinentes ao cotidiano das atividades de MIO da FTM-UNIFIL (*Battle Rythm*), além das determinações constantes das mensagens OPGEN, OPTASK-MIO e AAW da FTM-UNIFIL. Para tanto, esse adestramento vai evoluindo em níveis de dificuldade, a saber:

- Nível básico, onde o instrutor do CCOPAB gera contatos de superfície e atua como MIO Commander e os quartos de serviço atuam como navios da FTM-UNIFIL, operando na AMO;
- Nível intermediário, onde o mesmo instrutor apenas gera os contatos de superfície e reveza a função de MIO Commander entre os quartos de serviço, que continuam atuando como navios da FTM-UNIFIL operando na AMO. Nesse nível, alguns contatos aéreos começam a ser gerados, mas sempre passando ao largo dos navios; e
- Nível avançado, conduzido de maneira semelhante ao intermediário, só que com mais contatos de superfície e aéreos agindo de forma mais hostil contra os navios da FTM.



Exercício Básico de Operações de Paz, realizado no CAAML.



Exercício Básico de Operações de Paz, realizado no CAAML.

Este adestramento, juntamente com os de GVI/GP e de GRAA, são o *core* da MIO, pois possibilitarão ao navio cumprir todas as etapas desse tipo de operação, quais sejam: detecção, busca, interrogação, parada, diversão e abordagem.

4ª ETAPA: EXERCÍCIO AVANÇADO DE OPERAÇÕES DE PAZ (EAOP)

O EAOP, que compreende o PAD Mar e o adestramento da tripulação do navio, também é realizado com o apoio do CAAML em coordenação com o CCOPAB. Nesse exercício, são executados adestramentos nos mesmos setores do EBOP (MIO, GVI/GP, GRAA e CAV), com a diferença que, por ser um exercício avançado, é realizado com um maior grau de realismo e de dificuldades das ações e também pelo fato de o navio estar operando, no mar.

Assim sendo, os exercícios são levados a cabo utilizando-se os próprios equipamentos e sistemas do navio, procurando aproximar-se ao máximo da realidade que será vivenciada pelo navio, na OMP. Além disso, esses exercícios envolvem a simulação de situações que o navio pode enfrentar na AMO e são verificadas e avaliadas as

respostas e a habilidade demonstrada de cada tripulante, equipe e, por fim, de todo o navio, quanto à rapidez e eficiência na execução das tarefas e utilização dos equipamentos e sistemas do meio naval.

Além dos setores acima, são realizados:

- Exercícios de tiro com as metralhadoras. 50, a fim de elevar o grau de adestramento do Destacamento de Fuzileiros Navais do navio (que compõem o seu GRAA) e de eficácia do armamento;
- Exercícios de tiro com as baterias principal (canhão 4,5" VICKERS) e secundária (canhões 40mm/L70 BOFORS), a fim de elevar o grau de adestramento dos militares da estação de Direção (Armamento) e setores subordinados e de eficácia do sistema de armas (Armamentos e seus consoles e computadores de controles remoto e local); e
- Trânsito sob ameaça aérea, incluindo a operação do sistema lançador ALBATROS, simulando o lançamento de mísseis superfície-ar ASPIDE.

Fruto da crise de refugiados gerada pelas guerras civis na Síria e na África e da experiência que a Corveta Barroso, em seu trânsito para a área da UNIFIL, obteve com uma situação de resgate de refugiados que se dirigiam para a Europa, foi realizado, de forma inédita, um adestramento de Resgate no Mar em Larga Escala, durante o EAOP realizado em julho de 2016 para a Fragata Liberal. Nesse exercício, simulou-se situação em que, durante seu trânsito para a área da missão, o navio brasileiro receberia um chamado de estação costeira da Itália solicitando para socorrer embarcação fictícia que estaria navegando no mar Mediterrâneo superlotada, com risco de afundamento. A partir dessa situação inicial, foram

verificadas as providências que o navio tomou para atender à necessidade, levando-se em conta as normas constantes na minuta de Procedimento Operativo para esse tipo de evento e que se encontra em trâmite para aprovação.



Resgate de refugiados realizado no Mar Mediterrâneo pela Corveta BARROSO.

Outra novidade foi a inclusão de exercícios de Operações Aéreas simulando Evacuação Aeromédica (EVAM), exigindo da equipe de saúde de bordo o cumprimento dos procedimentos de primeiros socorros, estabilização, trânsito a bordo e geração dos documentos necessários para a retirada do paciente de bordo, pela aeronave orgânica do navio.

Após a conclusão das avaliações dos exercícios, baseadas nas respectivas Listas de Verificação e impressões dos assessores, é realizada uma Reunião de Crítica com o Comandante e a oficialidade do navio onde são relatadas as discrepâncias observadas e as

recomendações de ações corretivas para saná-las ou sugestões de melhoria para aprimorar o desempenho da tarefa executada. Ao final, o Assessor-Chefe, o Comandante do CAAML, informa se o navio está ou não aprovado no EAOP. Essa aprovação, da mesma forma que as evoluções de fase de adestramento dos navios, são informadas, via cadeia hierárquica, ao ComOpNav.

Com essa aprovação, o processo de preparação e de avaliação



Exercício Avançado de Operações de Paz, realizado a bordo da Fragata LIBERAL – Grupo de Visita e Inspeção / Guarnição de Presa (GVI/GP).

do navio indicado para a FTM-UNIFIL estaria concluído e, assim, o meio naval estaria pronto para iniciar o trânsito para a área da missão. No entanto, não havia, até então, a entrega, por parte do CCOPAB, de qualquer documento que certifique a realização e a conclusão do processo de preparo e avaliação do contingente, pois, como se viu neste artigo, o CPTM não era ministrado para a totalidade da tripulação, mas apenas para uma pequena parcela dela.



Exercício de tiro com o canhão VICKERS de 4,5 pol.

6. CONCLUSÃO

Este artigo tentou, da maneira mais resumida possível, demonstrar a complexidade existente no processo de preparação de um navio para

uma missão de paz, mostrando que os militares da Marinha do Brasil passam por uma grande série de avaliações e de seleções para compor a tripulação do navio.

Para facilitar a mensuração do tamanho do desafio representado por esse processo, basta lembrar que o navio é o conjunto formado pelo contingente a ser preparado e ser certificado, o próprio equipamento a ser utilizado por esse contingente e também uma organização militar. E que eles se deslocam juntos para a área da missão. Além disso, o adestramento é praticado a partir da fase individual, passando pela fase por equipes até chegar à fase em que o navio está apto a operar em grupamento operativo, como uma Força-Tarefa.

Além disso, durante esse processo, o contingente é responsável também pelas inúmeras atribuições relacionadas com o preparo logístico e administrativo do navio, tais como rotinas de manutenção, solicitação, recebimento e gerenciamento de sobressalentes dos equipamentos próprios do meio naval, gêneros alimentícios, de expediente e outros afins, possibilitando que o meio possa operar de maneira autônoma e independente, na área da missão, muito distante, portanto, das bases logísticas que permanecem aqui no Brasil.

Adicionalmente, o navio permanecerá, durante a sua missão na FTM-UNIFIL, em Beirute, fora da área de operações da UNIFIL e, portanto, fora da área conflagrada da missão. Beirute é uma cidade grande, em processo avançado de reconstrução e com uma população, em geral, com um bom nível de cultura, de escolaridade e de acesso aos serviços públicos básicos. Portanto, todos esses elementos podem contribuir para dar uma percepção de que o país se encontra em uma situação estável, de paz e de tranquilidade internas, mas que não corresponde à verdade. Deve-se lembrar de que o país passou

por várias guerras civis, invasões por parte da Síria e por parte de Israel e que somente agora passa por um processo de reconstrução, mas as divisões internas ainda existem, feridas ainda estão abertas e um pequeno acontecimento pode ser fator de desestabilização do país, fazendo-o voltar a uma situação de conflito. Exemplos desses fatos são vários, como o período de vacância de 2 anos do cargo de Presidente da República e, recentemente, a renúncia do Primeiro-Ministro Saad Hariri, em meio a troca de acusações entre o Hezbollah, aliado da Síria e do Irã, e a Arábia Saudita, arquiinimiga daqueles países, mostram que o equilíbrio e a situação de tranqüilidade são apenas aparentes, voláteis e instáveis.

Por esse motivo e pelas normas para reconhecimento de treinamento e preparo de contingentes de missões de paz da ONU é que o ensino do CPTM para a tripulação do navio se faz tão importante e indispensável, pois além de ser uma situação nova para todos os seus membros, é preciso que eles e, principalmente o Comando do navio tenham ciência das normas das missões de paz, principalmente no tocante às regras de conduta que devem ser cumpridas por um *peacekeeper* e ao relacionamento com a população local, mulheres e crianças e as situações e problemas



Equipe Móvel de Treinamento do CCOPAB a bordo da Fragata LIBERAL.

Fotos: Arquivo pessoal do autor.

tão frequentes em outras missões de paz, mas que podem ocorrer também na UNIFIL, ainda que fora de sua área de operações e numa cidade grande e desenvolvida como Beirute.

Por isso, a partir do preparo da Fragata Liberal para a operação LÍBANO X, o CCOPAB, de maneira inédita, realizou o embarque de quatro instrutores para ministrar, durante a primeira perna realizada pelo navio em seu trânsito para Beirute, instruções dos assuntos do CPTM dirigidas a toda tripulação do navio. Realizar essa instrução durante a navegação do navio se mostrou bastante salutar e proveitoso, uma vez que se consegue atingir à totalidade da tripulação, ainda às voltas com a rotina administrativa e operativa do navio que, mesmo navegando, não pode prescindir de manutenções preventivas, eventualmente corretivas e dos inúmeros adestramentos que são necessários para manter o nível de qualificação de sua tripulação para operá-lo com segurança e de forma autônoma e independente, muito distante de nossas bases. Além disso, é neste momento que se garante que toda a tripulação que irá para a missão de paz estará completa e embarcada no navio, possibilitando, assim, que todos os membros do contingente recebam as instruções de CPTM e, finalmente, possa o CCOPAB certificar que o contingente brasileiro na UNIFIL está apto para participar da missão.

Com a inclusão dessa instrução, nessa oportunidade em que o navio está se dirigindo para a área da missão de paz (pois se revelou a melhor época para realizá-la), sugere-se, no futuro, ampliá-la para que seja realizada também uma avaliação diagnóstica para mensuração do aprendizado de CPTM e, com isso, termos condições de submeter todo o processo preparatório descrito neste artigo ao DPKO/DFS da ONU para obtermos mais este reconhecimento de treinamento e sermos capazes de realizar a certificação do contingente brasileiro indicado para operar na FTM-UNIFIL.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Estado-Maior da Armada. EMA-305. **Doutrina Básica da Marinha (2ª Revisão). 2014;**

BRASIL. Ministério da Defesa. ICAPED UNIFIL 2017. **Instruções de Coordenação das Atividades de Preparação, Emprego e Desmobilização do CONTBRAS UNIFIL - 2017.**

AUTORES 

Daniel Mendes Aguiar Santos
Fábio Gomes Barbosa
Bruna Rohr Reisdorfer
Miguel Fernando Iturralde Maia

In a Larger Freedom: revisitando as perspectivas para reforma da organização das Nações Unidas (ONU) no século XXI

*Daniel Mendes Aguiar Santos¹, Fábio Gomes Barbosa²
Bruna Rohr Reisdorfer³ e Miguel Fernando Iturralde Maia⁴*

RESUMO: Trata-se de uma breve análise que objetiva caracterizar as perspectivas propostas para reforma da ONU, condensadas pelo Relatório *In a Larger Freedom* (2005), e a sua possível relação com o fomento do conceito da Segurança Humana. Neste sentido, o texto instiga o debate acerca dos posicionamentos e da representatividade de uma instituição supranacional que reúne 193 países, em um cenário internacional perpassado pela complexidade característica do Século XXI. Para tanto, o Referencial Teórico mobilizou a discussão acerca do poder e do conceito da Segurança Humana. Metodologicamente, utilizou-se uma perspectiva qualitativa, por meio de um método de procedimento monográfico, operacionalizado em um Estudo de Caso que enfocou a evolução da agenda constante no referido relatório. Como resultado, constatou-se uma relação da agenda proposta com o fomento da

¹Major do Exército Brasileiro, Doutorando do Programa de Pós-graduação em Ciências Militares (PPGCM) do Instituto Meira Mattos (IMM), Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Rio de Janeiro, RJ.

²Major do Exército Brasileiro, Mestrando do Programa de Pós-graduação em Ciências Militares (PPGCM) do Instituto Meira Mattos (IMM), Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Rio de Janeiro, RJ.

³Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Militares (PPGCM) do Instituto Meira Mattos (IMM), Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Rio de Janeiro, RJ.

⁴Tenente Coronel do Exército Equatoriano, Doutorando do Programa de Pós-graduação em Ciências Militares (PPGCM) do Instituto Meira Mattos (IMM), Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Rio de Janeiro, RJ.

Segurança Humana e, por outro lado, verificaram-se limitações no avanço das temáticas elencadas, com destaque à previsão de reforma do Conselho de Segurança.

PALAVRAS-CHAVE: Nações Unidas. Reforma. Segurança Humana.

1. INTRODUÇÃO

A temática das Nações Unidas, remete a uma plêiade de discussões e posicionamentos acerca do papel, da relevância e da credibilidade desta instituição supranacional que reúne 193 países atualmente. Historicamente, sua gênese ocorreu com o término da 2ª Guerra Mundial (1945), à luz do ideal e da demanda pela paz mundial. Por outro lado, seus primórdios remetem à Liga das Nações, configurada ao final da 1ª Guerra Mundial, em 1919, por ocasião do Tratado de Versalhes. Neste sentido, a predecessora da ONU já objetivava a resolução pacífica dos conflitos, contudo a fragilidade consensual dos seus membros e a não adesão dos Estados Unidos da América (EUA), da Alemanha e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) ampliaram suas fragilidades e, em última instância, enfraqueceram o capital político necessário para se evitar a 2ª Guerra Mundial.

A fim de não incidir no mesmo erro, ainda 1944, os países Aliados se reuniram em Washington com o intuito de acordar sobre o cenário internacional visualizado para o pós-guerra. Neste contexto, foi concebida a primeira configuração da ONU como órgão mundial, limitada, entretanto, à presença dos EUA, do Reino Unido, da URSS e da China. Finalmente, em 24 de outubro de 1945, já ao fim do conflito, a ONU teve a sua existência legitimada, totalizando a reunião de 50 estados-membros. Desde então, ampliou os seus

membros e o seu escopo de atuação e, atualmente, conta com 193 países, sendo o Sudão do Sul o estado-membro mais novo, admitido em 09 de julho de 2011, por ocasião da sua independência do Sudão.

Em especial, com o fim da Guerra Fria, o *modus operandi* das Nações Unidas foi profundamente afetado, uma vez que o Conselho de Segurança tem evidenciando-se como o órgão central e mais poderoso da organização (AMORIM, 1988). Neste contexto, a última década Século XX, logo após a queda do Muro de Berlim (1989) e a dissolução do “gigante” soviético, foi palco para Guerra do Golfo (1991), mobilizando uma coalizão internacional, sob um esforço conjunto-combinado que integrou a ONU e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) para a liberação do Kuwait, ocupado pelas forças do regime de Saddam Hussein.

A seguir, o Século XXI iniciou-se com a aceleração do fenômeno da globalização, dispersando, inicialmente, a ameaça de uma guerra atômica e fomentando o ideal de um mundo integrado, sob a égide de uma “Revolução Informacional”⁵. Entretanto, o cenário difuso e ambíguo que se instalou no período Pós-Guerra Fria trouxe novas posturas nas relações de poder, tanto para atores conhecidos (ONU, OTAN, ONGs, etc), quanto para novos *playerstras* nacionais (organizações criminosas, grupos terroristas, movimentos separatistas, etc). Este contexto foi volatilizado com os atentados de 11 de setembro nos EUA (2001) e pela consequente deflagração das Guerras, no Afeganistão (2001) e no Iraque (2003).

.....
⁵A Revolução Informacional se alastrou a partir dos anos 70 e 80, ganhando intensidade nos anos 90 com a propagação da Internet, ou seja, da comunicação em rede por meio do computador. Também é chamada de Terceira Revolução Industrial ou Revolução Técnico-Científica-Informacional.

Na alvorada deste cenário, a ONU conduziu a Declaração do Milênio (2000), onde os líderes mundiais estabeleceram objetivos para guiar avanços: na paz; na segurança; no desarmamento; nos Direitos Humanos; na democracia; e na governança. Tal estamento buscou a parceria global pelo desenvolvimento, estabelecendo metas a serem obtidas até 2015. Assim, foram sintetizados oito objetivos precípuos: erradicar a pobreza extrema e a fome; atingir a educação primária universal; promover igualdade de gênero e fortalecer a mulher; reduzir a mortalidade infantil; incrementar a saúde materna; combater o HIV/AIDS, malária e outras doenças; assegurar a sustentabilidade ambiental; e finalmente, desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento (UNITED NATIONS, 2005).

Na operacionalização deste esforço, Kofi Annan⁶, alçado à Secretaria Geral da ONU em 1997, por iniciativa dos EUA, não perdeu tempo em apresentar um plano de reforma capaz de atender ao mais amplo espectro de opiniões e, ainda, de observar as exigências de Washington (AMORIM, 1998). Cabe evidenciar que quando o processo de reforma teve a seu debate iniciado, em meados de 2003, a ONU enfrentava uma crise política entre os seus estados-membros, deflagrada com a discussão a respeito do uso da força no Iraque (LUCK, 2005).

Avançando, Kofi Annan apresentou um Plano de Reforma para a ONU, apresentado na 59ª Sessão da Assembleia Geral, realizada em 21 de março de 2005, consolidado no relatório intitulado “In Larger Freedom: towards development, security and Human Rights for all”. A construção do relatório foi conduzida por: um painel de alto nível que analisou a temática “Ameaças, desafios e mudanças”, visando

.....
⁶Kofi Atta Annan é um diplomata ganês que exerceu o cargo de Secretário-Geral das Nações Unidas, de janeiro de 1997 a dezembro de 2006.

o fortalecimento do sistema de segurança coletiva da ONU; e um grupo de trabalho para o “Projeto do Milênio”, que configurou uma agenda para a obtenção dos objetivos propostos na Declaração do Milênio (UNITED NATIONS, 2005).

Em síntese, o relatório sustentava que, no mundo atual, nenhum Estado poderia proteger-se estando sozinho. Da mesma forma, nenhum país, poderoso ou não, poderia aspirar por prosperidade no isolacionismo. Neste sentido, Kofi Annan afirmava que: “nós não desfrutaremos de desenvolvimento sem segurança, nós não desfrutaremos de segurança sem desenvolvimento e nós não desfrutaremos de ambos, sem respeito aos Direitos Humanos” (UN NEWS CENTRE, 2005). Logo, seria necessário remodelar a ONU de uma forma e com uma velocidade inéditas, atentando para as novas dinâmicas do poder que se desenhavam e para o fato do indivíduo tornar-se cada vez mais frágil em face das ameaças presentes neste cenário.

Sob este prisma, o objetivo deste estudo é caracterizar as perspectivas propostas para reforma da ONU, condensadas pelo Relatório *In a Larger Freedom* (2005), e a sua possível relação com o fomento do conceito da Segurança Humana. Neste contexto, a pesquisa incidiu sobre o recorte temporal formado pela última década do Século XX e pelo Século XXI, observando, especialmente, a ONU e seus estados-membros. Para isso, o esforço de investigação foi estruturado nas seguintes seções: 1. Introdução; 2. A segurança coletiva e a prevenção do terrorismo; 3. Armamentos químicos, biológicos e nucleares; 4. Redução dos riscos de conflito e a gestão do uso da força; 5. Uma nova configuração para o Conselho de Segurança; e 6. Considerações Finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO

No âmbito do Referencial Teórico, mobilizando a Teoria do Poder a partir da Idade Contemporânea, observam-se duas correntes principais: a corrente que entende o poder como uma dominação (*Power over*), assentada em Weber (1948), Dahl (1957) e Bachrach & Baratz (1962); e a corrente do poder que entende o poder como capacidade (*Power to*), tendo Arendt (1970) como defensor precípuo. Protagonizando a possível interseção das correntes anteriores, Foucault (1980) argumenta que o poder moderno está em tudo e se manifesta de todas as maneiras. Assim, propõe a existência de uma relação entre poder e conhecimento, ressaltando a consequente relação entre o conhecimento social que os atores usam para reproduzir a estrutura social e as relações de dominação estabelecidas.

No que tange ao Poder do Estado, Morgenthau (1948) introduz o conceito realista do Poder Nacional, superando a visão do poder como objetivo e, assim, avançando à visão do poder como os meios para alcançar os objetivos. A seguir, já no seio da Guerra Fria, as relações de poder entre os Estados tiveram a sua dinâmica ampliada por instrumentos próprios: as relações internacionais, a política externa, a estratégia de defesa, etc (ARON, 1962).

Fruto deste entendimento, a política pode ser percebida como instrumento que dirige o *State Power*⁷, tanto no que tange ao poder como recursos, quanto como comportamento, visando a obtenção de resultados preferidos (NYE, 2012). Adicionalmente, a guerra surge como instrumento de contingência do poder, a continuação da política por outros meios, permitindo ao Estado legitimar o emprego da violência e, portanto, usar a força (CLAUSEWITZ, 1832). Consequentemente, as teorias do poder estariam conectadas

⁷Tradução do autor: Poder do Estado.

às teorias da guerra, uma vez que no conflito, a hostilidade não se manifesta apenas pela violência física, podendo ser econômica, psicológica e diplomática” (BOBBIO, 1987).

À luz deste encadeamento, com o fim da Guerra Fria, a complexidade das questões globais e os novos tipos de conflito instigaram a discussão acerca da segurança, com ênfase na relação indivíduo-Estado, ampliando a percepção de segurança para *“the alleviation of threats to cherished values; especially those which, if left unchecked, threaten the survival of a particular referent object in the near future”* (WILLIAMS, 2008, p.05). Neste sentido, Buzan & Hansen (2009), sob a lente do subcampo das Relações Internacionais denominado *International Security Studies* destacam a tensão entre: uma visão objetiva da segurança, percebida pela ausência ou pela presença de ameaças concretas; e uma visão subjetiva, assentada pelo sentimento de sentir-se ameaçado ou não.

Neste sentido, Jackson-Preeze (2011) sistematiza três aproximações para segurança. Primeiramente, os proponentes do paradigma da “Segurança Nacional”, assumindo que vivem em um mundo no qual os Estados são, ao mesmo tempo, fontes da segurança e das principais ameaças à segurança. Em segundo lugar, os proponentes do paradigma da “Segurança Internacional”, percebendo um mundo caracterizado pela mistura de conflito e cooperação. Por fim, os proponentes do paradigma da “Segurança Humana”, considerando a segurança do indivíduo como questão central à segurança mundial e não como tema meramente doméstico.

Com destaque, o conceito da Segurança Humana foi apresentado pelo Relatório de Desenvolvimento Global da ONU, em 1994, destacando duas premissas: *freedom from fear* e *freedom from want*, já evidenciadas no preâmbulo da Declaração Universal

dos Direitos Humanos. Neste sentido, a Segurança Humana foi delineada em sete dimensões essenciais - pessoal, alimentar, saúde, econômica, comunitária, política e ambiental - construindo uma visão integral *“beyond territorial defence, national interests and nuclear deterrence to include universal concerns and the prevention of conflicts [...] crucially a cooperative global effort to eradicate poverty and underdevelopment”* (UNITED NATIONS, 1994, p. 22).

Em especial, a Segurança Humana vai além da segurança contra violência e contra o crime, demandando respostas: centradas nas pessoas; integradas; específicas à dimensão tratada; e orientadas à prevenção. Logo, a sua análise deve ser focada nas ameaças, visando a devida implementação de medidas preventivas, conforme a Figura 1. Adicionalmente, muitos aspectos da Segurança Humana relacionam-se com o Desenvolvimento Humano, contudo, os conceitos não são idênticos. Enquanto o segundo é um conceito holístico, que objetiva a ampliação das liberdades e das possibilidades de escolha das pessoas, a Segurança Humana trata em garantir liberdades prioritárias para que as pessoas possam exercer suas escolhas de forma segura e livre.

Assim, já em 2012, a Assembleia Geral da ONU destacou o papel dos estados-membros em abordar os desafios à sobrevivência, à subsistência e à dignidade das pessoas. Neste sentido, enfatizou o fato de que a Segurança Humana *“recognizes the interlinkages between peace, development and human rights, and equally considers civil, political, economic, social and cultural rights”* (GÓMEZ e GASPER, 2013, p. 03), conforme a Figura 1.

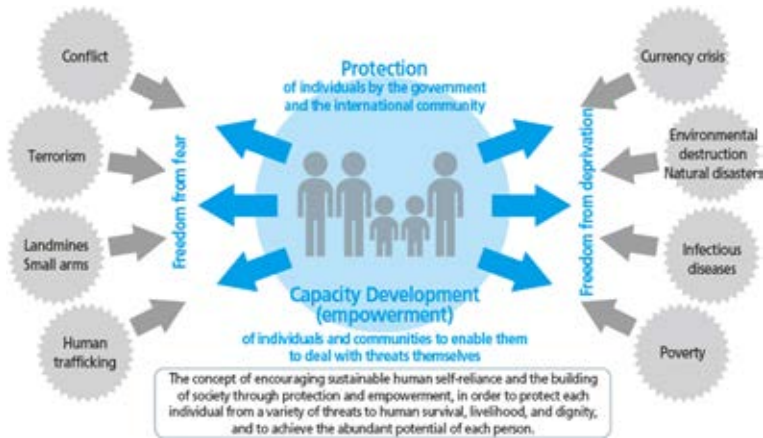


Figura 1: Ameaças que incidem sobre a perspectiva da Segurança Humana.
Fonte: HUMAN-CENTRIC SOCIAL ENTERPRISE, 2015.

Já adentrando ao Referencial Metodológico, destaca-se que a perspectiva empregada no estudo foi precipuamente qualitativa. Assim, para substantivar a temática, o procedimento de coleta se baseou nas técnicas de pesquisa documental e bibliográfica, a fim de obter as múltiplas impressões necessárias à análise da agenda de reforma da ONU implementada no Século XXI. Adicionalmente, combinou-se uma abordagem indutiva e um procedimento monográfico, envidando esforços descritivos e analíticos, apoiados pela técnica do Estudo de Caso.

Para tanto, os documentos foram coletados nos seguintes sítios eletrônicos da ONU: *United Nations Documents*⁸; e *United Nations Development Programme*⁹. Da mesma forma, foi realizada a busca por fontes secundárias, reunindo periódicos e artigos indexados

⁸Disponível em: <http://www.un.org/en/documents/index.html>

⁹Disponível em: <http://www.undp.org/content/undp/en/home/library.html>

nas seguintes bases de dados: *Scielo Scientific Electronic Library Online*¹⁰, Portal de Periódicos CAPES/MEC¹¹ e *Providing for Peacekeeping*¹². Para tanto, a estratégia de busca utilizou os descritores - Nações Unidas; Segurança Humana; Desenvolvimento; Kofi Annan; Reforma; *In a Larger Freedom* - respeitando as nuances de cada base de dados. Na sequência, foi realizada uma revisão dos documentos e artigos colhidos, viabilizando a decisão acerca da sua absorção ao escopo do trabalho. Como critérios de inclusão, foram considerados os estudos publicados em inglês, espanhol e português, do ano de 1994 até os dias atuais, tendo 1994 como marco inicial, uma vez que baliza o ano de criação do conceito de Segurança Humana.

2. A SEGURANÇA COLETIVA E A PREVENÇÃO DO TERRORISMO

Para o entendimento da temática da segurança coletiva cabe recorrer à perspectiva da Segurança Humana, assentada pelos *International Security Studies*, destacando que Buzan & Hansen (2009) identificam cinco “forças” que dirigem o escopo da segurança: as grandes potências políticas; os eventos; a tecnologia; a institucionalização; e a dinâmica interna do debate acadêmico. Neste contexto, em 1999, pela primeira vez, o Conselho de Segurança da ONU reconheceu a importância da segurança coletiva para paz internacional, à luz das atrocidades cometidas contra civis em Ruanda (1994) e nos Balcãs (1995). Conseqüentemente, no mesmo ano, a Missão das Nações Unidas na Serra Leoa recebeu o mandato contendo a tarefa de proteger civis da ameaça iminente de violência física.

.....
¹⁰Disponível em: <http://www.scielo.org>

¹¹Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br/>

¹²Disponível em: <https://www.providingforpeacekeeping.org/>



Foto: Pleno. news (2017). Atentado terrorista perpetrado contra o World Trade Center (Torres Gêmeas) nos EUA, em 11 de setembro de 2001. Disponível em: <https://pleno.news/mundo/cerimonia-relembra-16-anos-do-atentado-as-torres-gemeas>.

Avançando, Kofi Annan, então Secretário Geral da ONU, ampliou este debate no âmbito da Declaração do Milênio (2000) e, a seguir no escopo do relatório *In a Larger Freedom*. A proposição trabalhada evidenciava que os Estados deveriam acordar em um novo consenso securitário “por meio do qual se comprometem a tratar qualquer ameaça a um deles como uma ameaça para todos e a trabalhar em conjunto para prevenir o terrorismo catastrófico, parar a proliferação de armas mortais, acabar com guerras civis e construir uma paz duradoura em países devastados pela guerra”¹³ (ANNAN, 2005 *apud* UN NEWS CENTRE, 2005).

.....
¹³Do original em inglês: “*by which they commit themselves to treat any threat to one of them as a threat to all, and to work together to prevent catastrophic terrorism, stop proliferation of deadly weapons, end civil wars and build lasting peace in war-torn countries*”(ANNAN, 2005 *apud* UN NEWS CENTRE, 2005).

Adicionalmente, Kofi Annan destacou a ascensão de novas ameaças securitárias, como: epidemias, guerras civis, armas de destruição em massa, a corrupção e, em especial, o terrorismo. Neste sentido, defendeu que seria necessário desenvolver um conceito conjunto sobre terrorismo, visando construir um mecanismo de defesa coletiva e uma Estratégia Global Contraterrorismo (UNITED NATIONS, 2005, p. 24-27).

Após esse esforço, Annan desenvolveu outro relatório para a Assembleia Geral, em maio de 2006, intitulado *Uniting against Terrorism: Recommendations for a Global Counter-Terrorism Strategy*. O relatório enfatizava a necessidade de uma estratégia contra o terrorismo que englobasse elementos operacionais de: dissuasão, negação, desenvolvimento da capacidade estatal de defesa e Direitos Humanos. Além disso, evidenciou a necessidade de construir um esforço coletivo entre as Nações Unidas, os governos nacionais, a sociedade civil, o setor privado e outras organizações internacionais. Neste contexto, a Estratégia Global Contraterrorismo deveria estar estruturada em torno de cinco pilares: dissuadir pessoas a recorrer e dar suporte ao terrorismo; negar aos terroristas os meios de lançar um ataque; impedir Estados de dar suporte a grupos terroristas; desenvolver a capacidade estatal de conter o terrorismo; e defender os Direitos Humanos (UNITED NATIONS, 2006a).

À luz destas recomendações, em 8 de setembro de 2006, a Assembleia Geral adotou por unanimidade a “Estratégia Global Contraterrorismo”. Desta forma, por meio de um plano de ação, ela propunha o desenvolvimento de um conceito único de terrorismo, postulando que o terrorismo é sempre um ato criminoso e nunca justificável, independente de por quem e onde ele é feito. Assim, englobando os cinco pilares defendidos por Kofi Annan, a Estratégia Global apresentou quatro objetivos principais: abordar as condições

propícias à propagação do terrorismo; desenvolver mecanismos para prevenir e combater o terrorismo; adotar medidas para fortalecer a capacidade dos Estados de prevenir e combater o terrorismo, ampliando o papel das Nações Unidas; e adotar medidas para assegurar o respeito aos Direitos Humanos para todos e ao estado de direito na luta contra o terrorismo (UNITED NATIONS, 2016c).

Para concreção de tais perspectivas, foi prefigurada, ainda em 2005, a Força-Tarefa de Implementação da Luta Contra o Terrorismo (CTITF, na sigla em inglês) e aprovada por consenso em 2006 pela Assembleia Geral. A Força Tarefa foi configurada por 38 entidades internacionais¹⁴ que tem como função apoiar a coordenação e a coerência dos esforços de combate ao terrorismo do Sistema das Nações Unidas. Para tanto, a Força-Tarefa presta apoio aos Estados ao difundir o conhecimento técnico necessário para alcançar os objetivos da Estratégia Global (UNITED NATIONS, 2016a).

Desde então, a Estratégia Global Contraterrorismo tem sido revista a cada dois anos, a fim de se manter adequada às necessidades dos Estados. A sua última revisão foi feita em 01 de julho de 2016. Após analisar o relatório do Secretário Geral sobre a implementação da estratégia nos últimos 10 anos, a Assembleia Geral adotou por consenso a resolução A/RES/70/291 (UNITED NATIONS, 2016 b). Tal resolução reafirma a necessidade de combater o terrorismo através de ações coletivas e que atos terroristas não devem ser associados à religião, nacionalidade, civilização ou grupo étnico (UNITED NATIONS, 2016e, p. 01). Além disso, o documento reafirma o respeito à soberania, à integridade territorial, à independência e à unidade de todos os Estados, ademais declara a Assembléia Geral como órgão competente para abordar a questão do terrorismo internacional.

.....
¹⁴Para saber quais são as 38 entidades, ver UNITED NATIONS, 2016b.

Desta forma, a Força-Tarefa de Implementação da Luta Contra o Terrorismo tem tido seu papel garantido e reconhecido. Complementarmente, os Estados têm reafirmado que o combate ao terrorismo deve ser feito de forma coletiva, primando pelas ações de: suprimir o financiamento aos atos terroristas; criminalizar o financiamento intencional de governos a atos terroristas; erradicar o uso ilícito de armas leves pelos terroristas; e reconhecer o papel de organizações regionais no combate ao terrorismo (UNITED NATIONS, 2016e, p. 02).

De especial atenção é o fato de que o documento enfatiza a necessidade da discussão de gênero para o combate ao terrorismo, ressaltando a necessidade de se debater os impactos da estratégia de contraterrorismo nos Direitos Humanos das mulheres. O documento aponta a necessidade do fomento de consultas às mulheres para o desenvolvimento de estratégias para combater o extremismo próprio ao terrorismo. Além disso, o documento encoraja os estados-membros a instituírem mecanismos de inclusão de jovens aos programas de promoção da paz, pois somente com políticas inclusivas é que se evitará a cooptação por parte dos grupos terroristas. Complementarmente, o documento clama: pelo respeito ao pluralismo; pelo respeito à diversidade; contra a xenofobia; e pela necessidade de empoderar os jovens por meio de sua inclusão nos processos decisórios (UNITED NATIONS, 2016e, p. 06).

Portanto, da análise da evolução dos esforços de segurança coletiva das Nações Unidas, percebem-se avanços na construção de um consenso sobre a condenação de atos terroristas e sobre a necessidade de impedir o seu financiamento. Todavia, a estratégia adotada permanece com pouca efetividade e coordenação, configurando-se mais como um documento diplomático do que operacionalizador



de ações efetivas. Esse fato reflete a estrutura da Assembleia Geral que não possui poder vinculante, tornando o Conselho de Segurança o órgão que efetivamente desenvolve as ações de combate ao terrorismo. Ademais, como defendeu Carlos Sergio Sobral Duarte (representante brasileiro na resolução A/RES/70/291), ainda não há uma definição acordada de terrorismo entre os estados-membros, tornando menos efetiva as ações conjuntas de combate ao terrorismo (UNITED NATIONS, 2016d).

4. ARMAMENTOS QUÍMICOS, BIOLÓGICOS E NUCLEARES

Ao abordar o emprego de armamentos químicos, biológicos e nucleares (QBN), cabe lembrar que o foco de discussão da primeira Assembleia Geral da ONU, em 1946, foi acerca dos usos pacíficos da energia atômica e da eliminação das armas atômicas e de outras armas de destruição em massa. Tal discussão perpassou o período da



Foto: Revista Época (2012). Disponível em: colunas.revistaepoca.globo.com/ofiltro/2012/05/24/quais-sao-os-paises-que-tem-armas-nucleares.

Guerra Fria e adentrou o Século XXI, sendo ampliada para a visão de que segurança seria um ato de posicionamento. Consequentemente, em busca da manutenção do status de segurança, um Estado, em face de uma condição de emergência, buscaria o direito de utilizar quaisquer meios para neutralizar determinada ameaça (BUZAN e HANSEN, 2009)

Neste contexto, o Direito Internacional Humanitário (DIH)¹⁵ tem sido utilizado como conjunto de normas internacionais, de origem convencional ou consuetudinária, especificamente destinado a ser aplicado nos conflitos armados, internacionais ou não-internacionais. Seu objetivo é limitar, por razões humanitárias, o direito das partes em conflito de escolher, livremente, os métodos e os meios utilizados na guerra, além de o proteger as pessoas e os bens afetados, ou que possam ser afetados pelo conflito (SWINARSKI, 1991).

Sob este prisma, o relatório *In a Larger Freedom* (2005), ressaltou aspectos a serem observados no mérito da temática QBN: a motivação para os ataques com tais agentes pode ser variada; a prevenção é complexa e cara; e o baixo custo de produção do agente biológico, que somado ao controle limitado dos centros de pesquisa, ao pânico provocado e à detecção tardia, aumentam a sua letalidade (UNITED NATIONS, 2005).

Dada esta realidade, Kofi Annan fomentou medidas preventivas e repressivas para mitigar a produção e o uso de armamentos QBN, sob a premissa do *Freedom from fear*. Assim, a primeira proposição foi a revitalização dos quadros de trabalho multilaterais para lidar com a detecção de armas QBN, considerando não só a utilização, mas a proliferação e a produção. Para isso, propôs a utilização eficaz de instrumentos para garantir a manutenção da paz e da

¹⁵Também chamado de Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA).

segurança internacional, instigando os tratados de não-proliferação. Em particular, tais mecanismos têm sido bem sucedidos, mas enfrentam uma crise de confiança pela dificuldade em verificar a sua implementação e, portanto, demandam protocolos de fiscalização mais funcionais (UNITED NATIONS, 2005).

Avançando, com relação aos Estados que possuem armas nucleares, propôs que as tratativas e as negociações não fossem limitadas à redução dos arsenais nucleares não-estratégicos, mas alcançassem a destruição das armas nucleares estratégicas, garantindo que as mesmas não viessem a ser reativadas. Em especial, quanto ao mísseis nucleares de grande alcance (estratégicos), bem como os mísseis de médio e curto alcance (táticos), o relatório aponta a sensibilidade de tais artefatos fruto da volatilidade da geopolítica atual. Assim, a proposição apresentada foi de que os Estados detentores de tais tecnologias deveriam ser condicionados a controlar as exportações e a proibir as vendas à atores não-estatais.

Em particular, cabe enfatizar que a disseminação da tecnologia atômica tem viabilizado o combustível nuclear para uso civil, contudo deve-se atentar para a possibilidade de desvio de finalidade, instigada por meio de um mercado ilegal de comércio nuclear. Logo, foi estabelecida a proposta de reforçar a autoridade da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), para que promovesse protocolos que motivassem os Estados a renunciar voluntariamente ao desenvolvimento da sua capacidade de enriquecimento de urânio e separação de plutônio, garantindo o emprego pacífico da energia nuclear (UNITED NATIONS, 2005).

Complementarmente, houve a deliberação para que os estados-membros da Convenção sobre Armas Químicas fossem instigados a renovar seu compromisso com a destruição dos estoques de armas

químicas, bem como os Estados ainda não integrantes, tivessem a sua adesão fomentada. Avançando, os estados-membros deveriam consolidar os resultados alcançados com a implementação da Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção e Estocagem de Armas Bacteriológicas e Tóxicas, sob a demanda de reforçar a segurança biológica, nos espectros nacionais, regionais e mundial. Em particular alertou acerca das biotecnologias que tem sido desenvolvidas e aplicadas para a paz, mas que podem ser desviadas para o emprego como possíveis vetores de pânico e instabilidade (UNITED NATIONS, 2005).

Em suma, a evolução dos esforços das Nações Unidas para mitigar a proliferação e o emprego de armamentos QBN foi capaz de estabelecer uma agenda positiva para a referida temática. As negociações, os tratados e a atuação da AIEA tornaram-se instrumentos para o diálogo e para a fiscalização da utilização das armas QBN, exemplificados no acompanhamento do Programa Nuclear Iraniano. Por outro lado, casos como o da Coreia do Norte demandam cuidados políticos na sua resolução, a fim de implementar a fiscalização, sem deteriorar o frágil equilíbrio geopolítico do leste asiático, evitando uma escalada de uma crise irreversível. Em última instância, tal esforço permite “[...] *tentar fazer ouvir a voz da razão em situações em que as armas obscurecem a consciência dos homens* [...]” (SWINARSKI, 1991).

5. REDUÇÃO DOS RISCOS DE CONFLITOS E A GESTÃO DO USO DA FORÇA

Diniz (2007) sustenta que a segurança, historicamente, é observada como temática central nas relações internacionais, uma vez que que os Estados, ao contrário dos cidadãos, não contam

com uma autoridade superior que, pela força, possa garantir sua sobrevivência. Neste sentido, o fim da 1ª Guerra Mundial reconfigurou o mapa global e, a seguir, volatilizou o cenário para a eclosão da 2ª Guerra Mundial. Já na cena da Guerra Fria, os países interagiram na balança de poder, distendendo e escalando crises, que muitas vezes implicaram em conflitos regionais. O fim deste período, viabilizou a soberania de diversos Estados, antes subordinados à antiga URSS e, finalmente, deu cabo à fricção bipolar. Atualmente os conflitos tem se apresentado sob diversas formas - conflitos de baixa intensidade; guerras por procuração; guerra contra o terror; guerra cibernética; guerras híbridas, etc - ratificando o entendimento Clausewitziano (1832) de que “a guerra é mais do que um verdadeiro camaleão, que adapta um pouco as suas características a uma determinada situação” (CLAUSEWITZ, 1984, p.93).

Sob este enfoque, Melander (2015), relata que mais de 100.000 pessoas foram mortas em face da violência organizada no mundo em 2014, atingindo o pico de fatalidades nas duas últimas décadas. Neste contexto, desde 1994, ano da ocorrência do genocídio de Ruanda, o número de mortes provenientes da violência organizada não tinha ultrapassado os 100.000. Com destaque, atualmente, o Oriente Médio é a região mais violenta, em face dos conflitos na Síria e no Iraque ampliam a total de fatalidades.

Visando o enfrentamento deste tipo de cenário, o relatório *In Larger Freedom* (2005), apontou uma série de premissas para a redução dos riscos de conflitos, com destaque para o papel do Conselho de Segurança, por meio de uma abordagem multidimensional das missões de paz e para o controle do comércio de armas (UNITED NATIONS, 2005).

Contudo, observa-se que os “princípios que regem a redução dos riscos e dos conflitos”¹⁶ têm se mostrado utópicos e contraditórios, uma vez que a invasão ao Iraque (2002), a desestabilização do Líbano e o jogo de poder no conflito sírio, por exemplo, evidenciam uma dialética para intervir em locais de interesse, gerando desestabilizações com reflexos negativos para todo planeta. Neste contexto, o papel mediador do Conselho de Segurança é importante, mas não tem sido determinante, uma vez que tem prevalecido o resultado advindo do equilíbrio de forças entre os seus cinco membros permanentes: Estados Unidos da América, Reino Unido, França, Rússia e China.

No que tange ao controle da venda de armas, a pauta torna-se mais controversa, cabendo à reflexão de que comércio ilegal de armas tem se tornado selvagem e depende da vontade das grandes potências de controlar efetivamente uma atividade altamente lucrativa. Neste contexto, evidencia-se a complexidade de um sistema onde o livre comércio fala mais alto e dificulta os esforços de paz, fortalecendo estruturas clandestinas e desestabilizando Estados.

Quando se observa a gestão do uso da força, cabe perceber que o Século XXI tornou-se uma era de conflitos ambíguos e complexos, evidenciando, segundo Clausewitz (1832) que contrariamente às realidades eternas e universais da guerra (sua primeira natureza), a natureza subjetiva da guerra (sua segunda) sempre muda, embora em diferentes ritmos e diferentes épocas. Assim, na assimetria dos conflitos atuais “os combates podem travar-se contra grupos de

¹⁶Combate à pobreza e desenvolvimento sustentável; fortalecimento das capacidades nacionais para gerenciar os conflitos; promoção da democracia e do papel da lei; redução do fluxo de armas leves e de pequeno calibre; adoção de atividades operacionais preventivas uso das agências da ONU e do Conselho de Segurança; e o emprego de tropas em ações preventivas.

inimigos formados e reconhecíveis que se movimentam entre civis, contra inimigos disfarçados de civis e - com e sem intenção - contra civis” (SMITH, 2008).

À luz deste cenário, no escopo do relatório *In Larger Freedom* (2005), a temática do uso da força foi deliberada pelos estados-membros em suas nuances mais polêmicas: o direito de usar a força preemptivamente para a defesa contra ameaças iminentes; o direito para usar a força preventivamente para a defesa contra ameaças latentes ou não iminentes; e o direito ou a obrigação para o uso da força para proteger cidadãos de outros Estados contra atrocidades em massa (UNITED NATIONS, 2005).

Neste contexto, verificou-se que o uso da força contra ameaças iminentes é amparado pelo Artigo 51 da Carta da ONU (1945), resguardando aos Estados soberanos, o direito para defenderem-se de ataques armados. No caso das ameaças latentes, mas não iminentes, a Carta da ONU concede autoridade ao Conselho de Segurança para empregar a força militar, inclusive preventivamente, com intuito de preservar a paz e a segurança internacionais. Já no que se refere às atrocidades em massa (THAKUR, 2006), caso de -genocídios, limpezas étnicas, crimes contra humanidade e crimes de guerra- foi deliberado que, à luz da “responsabilidade de proteger”, deve haver uma visão consensual do Conselho de Segurança sobre os seguintes aspectos: como avaliar a gravidade da ameaça; o propósito da ação militar proposta; se os meios do uso da força podem obter êxito frente à ameaça; se a opção militar é proporcional à ameaça; e, ainda, se há uma chance razoável de sucesso (UNITED NATIONS, 2005).

À luz desta dinâmica do uso da força, as Operações Manutenção da Paz, inicialmente, caracterizavam-se por três premissas: o consentimento das partes envolvidas; a imparcialidade entre as

forças; e o mínimo uso da força (KENKEL, 2013). A seguir, em uma segunda geração, as missões de paz passaram a ser estabelecidas por mandatos complexos, integrando o uso limitado da força e medidas multidisciplinares de apoio às populações das áreas em conflito. Evoluindo a uma terceira geração de missões de paz, destacam-se aquelas configuradas pela demanda de restabelecer o funcionamento do próprio Estado, por meio do estabelecimento de uma administração internacional interina (FEDOZZI, 2006).

No escopo de uma quarta geração, a partir de 1999, colimado à Segurança Humana, o Conselho de Segurança tem empregado o Capítulo VII¹⁷ da Carta da ONU para configurar mandatos de proteção. Avançando neste sentido, já em 2012, de todas as missões de paz da ONU, oito detinham o mandato para proteger civis contra iminente ameaça de violência física, com destaque para as missões: em Darfur, no Sudão do Sul, em Abyei, na Libéria, na Costa do Marfim, na República Democrática do Congo, no Líbano e no Haiti (LILLY, 2012). Assim, a Proteção de Civis é um conceito em evolução, com destaque à Resolução 1894 do Conselho de Segurança, ao enfatizar, “that mandated protection activities must be given priority in decisions about the use of available capacity and resources, including information and intelligence resources, in the implementation of mandates” (UNITED NATIONS, 2009).

Portanto, a gestão do Uso da Força teve seu debate atrelado à Política de Proteção de Civis das Nações Unidas. Para tanto, as chamadas missões multidimensionais têm sido configuradas com componentes e meios que viabilizem a execução da tarefa de Proteção de Civis, de forma integral, sob três abordagens - a proteção por

.....
¹⁷Trata das ações relativas às ameaças à paz, as violações da paz e aos atos de agressão.



meio do diálogo e do engajamento político; a provisão de proteção física; e o estabelecimento de um ambiente protetor – corroborando para ampliação da Segurança Humana (UNITED NATIONS, 2015)



Foto: United Nations (2017). UN Peacekeepers protect civilians in Central African Republic. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch>.

6. UMA NOVA CONFIGURAÇÃO PARA O CONSELHO DE SEGURANÇA

Para uma abordagem precisa da discussão sobre uma nova configuração para o Conselho de Segurança, cabe destacar que os Estados configuram suas políticas externas tomando por base seus interesses materiais e ideias que, em última instância, se constituem nas ferramentas para construção das relações com os atores relevantes no ambiente internacional (DAHL, 1988). Adicionalmente, é mister considerar que a Guerra é a continuação da política por outros meios, sendo um ato de força para obrigar o inimigo a dobrar-se à nossa vontade, permitindo ao Estado legitimar o uso da violência (CLAUSEWITZ, 1832).

No rol das reformas propostas pelo relatório *In a Larger Freedom* (2005), destacou-se o debate acerca do Conselho de Segurança, órgão reconhecido por todos os estados-membros como detentor da responsabilidade primária pela manutenção da paz e da segurança internacional, sendo portador de uma prerrogativa decisória ao representar todos os estados-membros. Neste sentido, na “Declaração do Milênio” (200) todos os Estados convergiram os esforços visando a obtenção de uma reforma ampla do Conselho, em todos os seus aspectos. O consenso está no fato de que a mudança na composição do Conselho de Segurança seria necessária para torná-lo mais representativo à luz da comunidade internacional e da geopolítica contemporânea e, assim, atualizar a sua legitimidade no concerto das nações.

Para Amorim (1998), a temática ilustra, em parte, a uma questão de representatividade parlamentar. Neste sentido, quando a ONU foi criada em 1945, o Conselho de Segurança era integrado por 11 países, sendo 5 permanentes (EUA, Reino Unido, França, União Soviética e República da China), no escopo de 51 estados-membros. Já em 1965, por ocasião da primeira e única ampliação do Conselho, o grupo passou a ser constituído por 15 membros, sendo 10 não permanentes, considerando um total de 113 países integrando ONU. Atualmente, a ONU reúne 193 estados-membros. Portanto, “se em 1945 a composição do Conselho representava cerca de 20% da composição da ONU, esta proporção se situava em cerca de 15% após a ampliação de 1965, e hoje caiu para 8%” (AMORIM, 1998).

Neste sentido, foram propostos dois modelos pelo relatório *In a Larger Freedom* (2005). O Modelo “A” propôs seis novos assentos para membros permanentes, sem poder de veto. Além disso, estabeleceu a proposta para mais três assentos não permanentes rotativos (a cada dois anos), divididos entre as regiões mais relevantes do

planeta. Logo, o Conselho de Segurança passaria a ser composto por onze membros permanentes e treze membros não permanentes, totalizando vinte e quatro membros (UNITED NATIONS, 2005).

O Modelo “B” não contemplou novos assentos para membros permanentes, mas propôs a criação de uma nova categoria de oito assentos não permanentes rotativos (a cada quatro anos) e de mais um assento não permanente rotativo (a cada dois anos), divididos entre as regiões mais relevantes do planeta. Logo, o Conselho de Segurança manteria os seus cinco membros permanentes e passaria a contar com dezenove membros não permanentes, totalizando vinte e quatro membros (UNITED NATIONS, 2005).

Cabe refletir que a participação permanente de cinco grandes potências e o respectivo direito de veto tem se constituído como o aspecto mais controverso, configurando-se como um impasse para o processo de reforma do Conselho. Neste sentido, por exemplo, “o conflito Israel-Palestina o qual a ONU tem sido incapaz de resolver, mesmo depois de décadas, tem no poder de veto dos Estados Unidos a razão para a sua ineficiência (MAHMOOD, 2013). Assim, de forma geral, o relatório parece reclamar que o Conselho de Segurança tem sido muito assertivo e tem desfrutado de muita unidade entre os seus membros permanentes. Logo, com a adição de seis novos membros permanentes o Conselho seria reequilibrado (LUCK, 2005).

Finalmente, cabe destacar que, embora controversa, a pauta da Reforma do Conselho de Segurança não tem retardado o progresso em outras áreas. Contudo, a sua concreção torna-se pouco provável no curto e no médio prazo, uma vez que os cinco membros permanentes parecem não estar dispostos a abrir mão da sua prerrogativa de poder, especialmente em face da complexidade que tem caracterizado a cena internacional no Século XXI.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo incidiu sobre a temática do Plano de Reforma da ONU, intitulado *In a Larger Freedom: towards development, security and human rights for all*, proposto por Kofi Annan em 2005, na 59ª Sessão da Assembleia Geral, à luz do entendimento construído na Reunião do Milênio no ano 2000. O objetivo do texto foi de caracterizar as perspectivas propostas pelo Plano de Reforma da ONU e a sua possível relação com a Segurança Humana.

Quanto a pauta da segurança coletiva e da prevenção do terrorismo, verificaram-se avanços, tanto na concreção de consenso, quanto na condenação de atos terroristas e na neutralização do seu financiamento. Por outro lado, constatou-se uma falta de consenso acerca da definição precisa do terrorismo, impactando na efetividade e na coordenação de ações práticas. Além disso, foi possível evidenciar a limitação estrutural da Assembleia Geral em demandar ações, uma vez que Conselho de Segurança é o órgão que reúne as prerrogativas para decidir acerca da operacionalização do tema.

No que tange ao debate sobre os armamentos químicos, biológicos e nucleares, constatou-se o fomento de uma agenda positiva para conter a proliferação e o emprego de armamentos QBN, por meio da operacionalização de negociações, de tratados e da atuação da AIEA, como instrumento de diálogo e de fiscalização.

No que se refere à redução dos riscos de conflito, verificou-se que os desafios para ONU e para a Comunidade Internacional tem excedido a sua capacidade de gestão. Assim, a atual geopolítica tem evidenciando a ambiguidade a volatilidade dos atores e dos cenários conflitivos, incidindo recorrentemente no limite do conceito da soberania dos Estados, dificultando a gestão do risco de conflito e ampliando a possibilidade de atrito.

Por seu turno, o debate acerca do uso da força evoluiu na configuração de premissas para: o uso da força preemptivo em face de ameaça direta; o uso da força preventivo em face de ameaça latente; e o direito/obrigação de usar a força em face da “responsabilidade de proteger”. Simultaneamente, foram constatados avanços na Proteção de Civis no âmbito das Missões de Paz, que tiveram ampliadas tal demanda à luz da proteção via dimensão política, física e social.

Finalmente, a temática sobre uma nova configuração para o Conselho de Segurança, mostrou-se pouco promissora. Neste sentido, observou-se que os cinco membros permanentes apresentam condicionantes limitadoras para franquear a entrada de novos membros permanentes e uma fricção quanto ao debate do poder de veto. Logo, a atual complexidade nas relações internacionais induz tais membros à adoção de uma postura conservadora.

Em síntese, verificou-se a ocorrência de uma busca pelo atingimento da condição da segurança coletiva, colimada à abordagem da Segurança Humana, por meio da operacionalização de uma agenda baseada no fato de que não há paz sem desenvolvimento e não há desenvolvimento sem paz. Neste sentido, a sinergia entre o combate ao terrorismo, aliado a redução dos armamentos QBN e ampliado pela gestão do uso da força tem possibilitado avanços na redução do risco de conflitos e na proteção de civis, ampliando as condições para obtenção da Segurança Humana e do consequente desenvolvimento.

Por fim, em que pesem os avanços acima descritos e sua consequente relação com o a perspectiva da Segurança Humana, verifica-se que a reforma do Conselho de Segurança representa um ponto limitador para a efetividade das proposições no seu alcance desejado. Logo, há espaço e há necessidade para uma maior reflexão

acerca dos posicionamentos e da representatividade da ONU e do seu Conselho de Segurança no Século XXI, clarificando a sua responsabilidade em face de um cenário internacional cada vez mais multipolarizado.



REFERÊNCIAS

AMORIM, Celso L. N. **A Reforma da ONU**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. 1998. Texto disponível em www.iea.usp.br/artigos. Acesso em: 10 dez. 2016

ARENDDT, H. **On Violence**, Harmondsworth: Penguin, 1970.

BACHRACH, P. & BARATZ, M. S. Two faces of Power. **American Political Science Review**, v. 56, n. 4, p. 947-952, 1962.

BOBBIO, N. **Estado, Governo, Sociedade: para uma Teoria Geral da Política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BUZAN, Barry & HANSEN, Lane. **The evolution of International Security Studies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

CLAUSEWITZ, Carl V. **Da Guerra (1832)**. London: Oxford University Press, (versão traduzida pela EGN), 1984.

DAHL, Robert. The Concept of Power. **Behavioural Science**, v. 02, n. 03, p. 201-215, 1957.

DAHL, Robert. **Análise política moderna**. Brasília: UnB, 1988.

DINIZ, E. P. **Política internacional**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2007.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Manual Básico: Assuntos Específicos**. Rio de Janeiro: ESG, 2009.

FEDOZZI, M. C. G. Operações de paz. **Caderno de Estudos Estratégicos**, Rio de Janeiro, Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra, n. 04, 2006.

FOUCAULT, M. **Power/Knowledge: Selected interviews and other writings, 1972-1977**. Pantheon, 1980.

GÓMEZ, Oscar A. & GASPER, Des. **Human Security: A Thematic Guidance Note for Regional and National Human Development Report Teams**. United Nations Development Programme. Human Development Report Office, p. 01-16, 2013.

GRAY, C. S. **Introduction in Strategy and History: essays on Theory and Practice**. Oxon: Routledge, 2006.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo. Coleção Os Pensadores, 1974.

HUMAN-CENTRIC SOCIAL ENTERPRISE. **Human Security as modern security**. 2015. Disponível em: <http://indonesiasesiliencefoundation.weebly.com/human-security-united-nations-version>. **Acesso em: 10 set. 17**.

JACKSON-PREECE, Jennifer. **Security in International Relations**. London School of Economics and Political Science. London: University of London, 2011.

KENKEL, Kai M. Five generations of peace operations: from the “thin blue line” to “painting a country blue”. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 56, n. 01, p. 122-143, 2013.

KISSINGER, Henry. **A Nova Ordem Mundial**. Editora Objetiva, 2015.

LILLY, Damian. The Changing Nature of the Protection of Civilians in International Peace Operations. **International Peacekeeping**, v. 19, n. 05, p. 628-639, 2012.

LUCK, Edward C. How not to Reform the United Nations. **Global Insights**, n. 11, p. 407-414, 2005.

AUTOR 
Marcus de Andrade Monteiro de Barros

A comunicação social como facilitadora da paz

Marcus de Andrade Monteiro de Barros¹

RESUMO: A comunicação social enquanto ciência social aplicada pode ser utilizada como facilitadora de processos de paz em áreas de conflito. E é justamente este o tema do presente artigo. As informações aqui apresentadas foram obtidas em fontes primárias e secundárias, especialmente, por meio de documentos oficiais das Nações Unidas, do Ministério da Defesa do Brasil e do Exército Brasileiro, produtos comunicacionais e entrevistas com jornalistas. A Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) é utilizada como exemplo por ter sido uma missão de paz multidimensional e com a participação das Forças Armadas do Brasil. Ao final do trabalho, é apresentada uma análise das informações e uma conclusão com recomendações para o melhor aproveitamento da comunicação social como ferramenta facilitadora da paz.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação social. Operações de paz. MINUSTAH. Nações Unidas. Exército Brasileiro.

.....
¹O autor é Oficial do Exército Brasileiro, comunicólogo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e pós-graduado em Aplicações Complementares às Ciências Militares pela Escola de Formação Complementar do Exército e em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Participou como chefe da comunicação social da Companhia de Engenharia de Força de Paz em 2014, e como adjunto de comunicação social do Batalhão de Infantaria de Força de Paz em 2015, ambos na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti. Atualmente serve no Centro de Comunicação Social do Exército. E-mail: monteirodebarros.marcus@eb.mil.br.



Foto: Arquivo BRABAT 22.

1. INTRODUÇÃO

A comunicação social (Com Soc) vem em um constante processo de transformação, que por intermédio das mídias tradicionais ou da internet, das mídias sociais e do incremento da realidade virtual ou aumentada registra e divulga a história e influencia a rotina diária e as relações pessoais e de trabalho. Ela informa, persuade, entretém as pessoas, além de ter a capacidade de mediar e criar entendimentos.

O presente artigo pretende abordar a comunicação social enquanto ciência social aplicada e busca explicar como ela pode ser facilitadora do processo de paz em áreas de conflito. Para tal, as

informações aqui apresentadas foram obtidas em fontes primárias e secundárias, especialmente, por meio de documentos oficiais das Nações Unidas (ONU), do Ministério da Defesa do Brasil (MD) e do Exército Brasileiro (EB), produtos comunicacionais e entrevistas com jornalistas.

Como exemplo, utilizarei a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) por ter sido uma missão de paz multidimensional, onde a atuação das Forças Armadas do Brasil foi considerada um sucesso pelas Nações Unidas – como explicitado pelo coordenador-residente do sistema ONU no Brasil, Niky Fabiancic em matéria publicada no site das Nações Unidas no Brasil no dia 23 de outubro de 2017.

A experiência brasileira no Haiti contribuiu para a solidificação do multilateralismo, tanto nacional quanto internacionalmente, demonstrando que “uma nação emergente pode e deve colaborar para que o desenvolvimento, a paz e os direitos humanos estejam sempre interligados e convergentes” (UN, 2017a).

Para alcançar o objetivo proposto, este trabalho está estruturado em cinco partes, além da introdução e conclusão. A primeira seção apresenta um panorama geral ao abordar a relevância da comunicação social para as operações de paz. A segunda e a terceira seções direcionam-se para o específico, tratando da comunicação social no Haiti e da experiência brasileira. A quarta seção realiza uma análise das informações apresentadas e a conclusão propõe recomendações para o melhor aproveitamento da comunicação social como ferramenta facilitadora da paz.

2. A RELEVÂNCIA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL PARA AS OPERAÇÕES DE PAZ

Para as Nações Unidas, “as comunicações estratégicas e a informação pública são uma necessidade política e operacional que influencia diretamente a capacidade das operações de manutenção da paz da ONU para cumprir seus mandatos com sucesso.” (UN, 2017b, p.3, tradução sugerida).

Segundo a Estratégia Nacional de Defesa do Ministério da Defesa do Brasil, “[a] Comunicação Social revela-se como imprescindível instrumento de apoio à decisão nos diversos níveis de planejamento político, estratégico, operacional e tático.” (BRASIL, 2012). Tais afirmativas vão ao encontro do que dizem Toffler e Toffler: “As pessoas que mais pensam nos conflitos armados do futuro sabem que uma parte do mais importante combate do amanhã terá lugar no campo de batalha dos meios de comunicação” (1994, p. 195).

Segundo o General Don Morelli, dos Estados Unidos (EUA), o maior problema para as democracias em relação às forças armadas é que “os exércitos democráticos não podem ganhar guerras sem apoio popular, sem consenso por trás deles” (TOFFLER; TOFFLER, 1994, p. 25). Podemos perceber a importância da comunicação social como fomentadora de uma opinião pública favorável para operações de paz e de guerra.

A livre cobertura da Guerra do Vietnã² (a primeira guerra da televisão) e espetacularização da Guerra do Golfo³, a primeira com transmissão ao vivo, 24h por dia, somam-se à estas declarações, reforçando a importância da comunicação social, Atento à este

²Apesar da Guerra do Vietnã tem durado de 1959 a 1975, os EUA entraram diretamente no conflito a partir de 1964.

³Guerra do Golfo ou primeira Guerra do Iraque, de 1990 a 1991.

cenário, o Exército Brasileiro acrescentou aos cinco fatores do processo decisório de qualquer operação militar do passado (a missão, o inimigo, o terreno e condições meteorológicas, os meios disponíveis e o tempo) um sexto fator: as considerações civis (BRASIL, 2014a).

Segundo o Manual de Operações do Exército Brasileiro:

As Considerações Civis são, enfim, traduzidas pela influência das instituições civis, das atitudes e atividades das lideranças civis, da população, da opinião pública, do meio ambiente, de infraestruturas construídas pelo homem, das agências civis, com capacidade de influir e formar opiniões entre os nacionais ou internacionais, no Espaço de Batalha (BRASIL, 2014a. p. 53).

Neste contexto, o jornalista e os meios de comunicação ganham destaque como influenciadores e formadores de opinião. Mas o que pode atrair os jornalistas em uma missão de paz ou em um conflito armado? Os jornalistas são profissionais com responsabilidade editorial para com os órgãos de comunicação social dos quais são funcionários e tais órgãos necessitam de público para que possam vender e/ou obter anunciantes. Deste modo, os jornalistas precisam trabalhar fatos, acontecimentos e conhecimentos do interesse do ser humano, dos seus públicos sob a forma de mensagens (notícias) para que os órgãos de comunicação social as divulguem e possam obter lucro.

Dentre os interesses do ser humano podemos destacar: morte, catástrofes, sexo, conflito, dinheiro, tempo (meteorologia), generosidade, sofrimento e personalidades. Talvez, retirando o interesse em meteorologia, todos os outros interesses podem estar presentes em uma missão de paz.

Não só as atividades operacionais, as atividades militares convencionais podem contribuir para a formação de uma notícia, mas as atividades de Coordenação Civil-Militar (CIMIC)⁴ também. A atividade CIMIC pode colaborar para a construção da dimensão humana de uma notícia, pois ela fornece ao jornalista diversos interesses do ser humano, como a morte, catástrofes, conflito, dinheiro, generosidade, sofrimento e até personalidades através do seu engajamento social.

Para Paulo Manso, jornalista e editor da Folha Metropolitana e do Jornal Metrô News (São Paulo - SP) que esteve no Haiti em 2014:

Relatar fatos sobre a atuação de soldados em combate ou na construção de ruas e pontes é até simples, é a parte, digamos, mais quadrada do trabalho jornalístico. Mas ao relatar um sofrimento de um povo é preciso algo a mais. E sem espetacularizar esse sofrimento, as chamadas atividades CIMIC desenvolvidas pelo Exército Brasileiro foram as responsáveis por contribuir com o lado emocional do nosso trabalho, do nosso material (MANSO, 2015).

A Coordenação Civil-Militar são atividades militares que visam facilitar a interação entre o componente militar e os componentes civil e policial, as agências, fundos e programas das Nações Unidas e instituições locais, para facilitar o cumprimento dos objetivos da missão.

A coordenação civil-militar fornece a interface entre os objetivos políticos e de segurança, por um lado, e os objetivos humanitários, de desenvolvimento e de consolidação da paz, por outro. O nexo civil-militar está no local de qualquer operação de paz complexa, e é fundamental para a capacidade da missão ter um impacto holístico sobre o conflito. (UN, 2014, p. 16, tradução sugerida).

.....
⁴Este artigo adota o conceito de UN-CIMIC empregado pelo Departamento de Operações de Manutenção da Paz da ONU.

Na MINUSTAH, além de transporte, proteção e segurança, as organizações militares brasileiras construíram e reformaram escolas, hospitais, centros de saúde, quadras esportivas, mercados, unidades de polícia, pontes e estradas, realizaram limpeza de ruas, coleta de lixo, terraplanagens e asfaltamentos, perfuraram poços, trataram água, distribuíram alimentos, roupas, brinquedos e água potável e proporcionaram cursos profissionalizantes para a população haitiana, como de pedreiro, marceneiro, soldador, operador de máquinas e técnico em refrigeração. (BRASIL, 2014b).

3. A COMUNICAÇÃO SOCIAL NA MINUSTAH

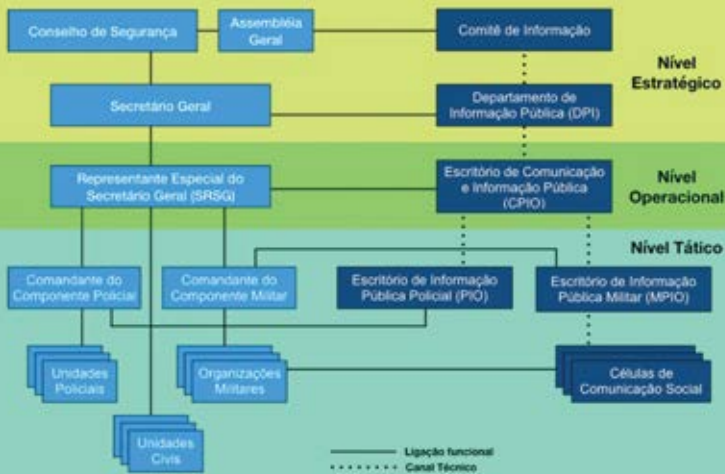


Figura 1: Níveis de autoridade e comando e organização da Comunicação Social da MINUSTAH.

A comunicação social de uma missão de paz da ONU permeia desde o nível estratégico passando pelo operacional até chegar no tático. E não poderia ter sido diferente com a MINUSTAH. A tabela abaixo revela como a comunicação social permeou todos os níveis da MINUSTAH.

O Conselho de Segurança, a Assembléia Geral e o Secretariado encontram-se no nível estratégico (POTI, 2014), portanto, neste nível também encontram-se o Comitê de Informação da Assembléia Geral da ONU e o Departamento de Informação Pública (DPI).

O Comitê de Informação da Assembléia Geral, que se reúne uma vez por ano, examina as políticas e atividades de informação pública das Nações Unidas. (UN, 2017c). Já o Departamento de Informação Pública, criado em 1946, tem o objetivo de promover a conscientização e o entendimento global do trabalho das Nações Unidas, dedicando-se a comunicar os ideais e o trabalho da ONU, interagir e fazer parcerias com diversos públicos e construir o apoio para a paz, o desenvolvimento e os direitos humanos (UN, 2017d).

No nível operacional, tendo como exemplo a MINUSTAH, a ONU contava com o Representante Especial do Secretário-Geral da ONU (SRSG, sigla em inglês), que chefiava todos os componentes da missão. Diretamente subordinado à ele existiam seções, como de Conduta e Disciplina, Segurança, Assuntos Legais, Assuntos Políticos, Logística e o Escritório de Comunicação e Informação Pública (CPIO, sigla em inglês).

O CPIO estabelecia um canal técnico com as células (seções) de comunicação social dos componentes militar e policial, dispensando a ligação funcional (ver figura 1). Apesar de ser o mais alto nível de comunicação social da MINUSTAH, segundo o Relatório de Comunicação Social do 20º Contingente do Batalhão de Infantaria de Força de Paz, o CPIO não apresentou, seja diretamente ou por intermédio do MPIO, nenhum plano de comunicação social que devesse ser seguido por todos (orientando os trabalhos) e encarregava-

se somente da divulgação dos assuntos de interesse do componente civil, particularmente as atividades CIMIC, não se interessando pelas operações militares realizadas, porém todo o contato com a mídia deveria passar pelo crivo do CPIO (BRASIL, 2014c).

No nível tático, o Componente Militar da MINUSTAH contava com o Escritório de Informação Pública Militar (MPIO, sigla em inglês) e com as células de comunicação social das organizações militares. O MPIO sendo subordinado diretamente ao Comando do Componente Militar trabalhava em conjunto com o CPIO através do canal técnico e servia de elemento de ligação entre o CPIO e as células de comunicação social das organizações militares e desenvolvia atividades de comunicação social afetas exclusivamente ao referido Componente. Dentre tais atividades podemos destacar a divulgação de matérias em seu informativo. (BRASIL, 2014c).

Neste nível, o Componente Policial também contava com o seu Escritório de Informações Públicas que, assim como o MPIO, trabalhava em conjunto com o CPIO através do canal técnico e desenvolvia atividades de comunicação social afetas exclusivamente ao seu Componente.

Os oficiais de comunicação social, chefes das células de comunicação social das organizações militares (integrantes do Contingente Militar) eram os G10. Tais células pertenciam ao Estado-Maior das organizações militares, sendo diretamente subordinadas ao comando destas organizações. Como proposto, inicialmente, o trabalho das células de comunicação social das organizações militares do Brasil, desde o preparo até o emprego, será abordado a seguir.

4. A COM SOC DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES DO BRASIL NA MINUSTAH

a. Preparo

O Manual de Campanha de Comunicação Social do Exército Brasileiro prevê que todos os participantes da missão recebam orientações, ainda no preparo, com relação ao trato com a mídia e com a população, captação e difusão de imagens (fotos e vídeos), correspondência com familiares, apoio à população local e o comportamento pessoal que reflete e representa a força de paz como um todo (BRASIL, 2009).

De acordo com as Diretrizes de Preparação Específica de Tropa para Missão de Paz, no que concerne à preparação de comunicação social, integrantes do BRABAT e da BRAENGCYOY participavam de reuniões e estágios ministrados no CCOPAB e no Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEX) (BRASIL, 2016a).

Durante cinco dias, os G10 do BRABAT e da BRAENGCYOY participavam de uma reunião com os oficiais, chefes de outras células, e os comandantes e subcomandantes do BRABAT e da BRAENGCYOY no Ministério da Defesa, na Cidade de Brasília (DF), a fim de receberem orientações sobre as rotinas e procedimentos referentes à atuação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e da Missão de Paz no Haiti.

No CCOPAB, os G10 recebiam instruções importantes acerca do Haiti, da missão e do funcionamento da ONU, além de assistirem a palestras ministradas pelos integrantes do contingente mais recente que retornava do Haiti e realizarem estudos de caso. Deste modo, os G10 obtinham informações atualizadas de suas missões específicas e tinham a oportunidade de sanar qualquer tipo de dúvida.

Durante o preparo era realizado no CCOMSEx um estágio para integrantes das células de comunicação social, CIMIC, Operações Psicológicas e de Inteligência. Esse estágio era ministrado por militares pertencentes ao CCOMSEx que haviam participado da missão e visava difundir e nivelar conhecimentos, principalmente relacionados à confecção de produtos de interesse do Exército Brasileiro (como vídeos, informativos, revistas, livros e folders), às técnicas de fotografia e filmagem, às técnicas de redação e tratamento de imagens, à atividade de relações públicas e ao relacionamento com a mídia.

b. Emprego

Na BRAENGCOPY, em alguns contingentes (como o 20º), o G10 não exerceu apenas a função de comunicação social. Ele acumulou funções de G9 (responsável pelas atividades de CIMIC) e administrador do Hotel de Trânsito da Companhia⁵, por exemplo (BRASIL, 2014b). Já no caso do BRABAT a Célula de Comunicação Social realizava apenas atividades de comunicação social.

Para o Exército Brasileiro, “o emprego da Com Soc em operações de paz segue, em princípio, as mesmas normas e diretrizes estabelecidas para o desenvolvimento das atividades em operações convencionais.” (BRASIL, 2009, p.71). Sendo assim, a comunicação social de uma organização militar de força de paz do Exército Brasileiro deve, com base no Manual de Campanha de Comunicação Social (BRASIL, 2009):

- Realizar um estudo, levantamento de área, levando em consideração características históricas, sociais, políticas, culturais, econômicas, religiosas, idiomas e dialetos, datas e

.....
⁵O Hotel de Trânsito da BRAENGCOPY destinava-se a alojar os integrantes das diversas comitivas e jornalistas que estavam à trabalho na Companhia ou no BRABAT.

efemérides de destaque, assim como dados sobre os meios de comunicação (rádio, TV, jornal), peculiaridades com relação ao trato com a imprensa, articulistas, personalidades, líderes e formadores de opinião.

- Elaborar de produtos para o público interno e externo com identidade visual para dar unidade ao processo comunicativo.
- Elaborar medidas voltadas para o lazer e para facilitar a comunicação interna entre o comandante e a tropa e entre as bases desdobradas no terreno, como a edição de jornal ou periódico com notícias sobre a tropa e seu desempenho operacional, organização de comemorações oficiais, datas festivas, efemérides, cumprimentos de aniversário e outras que visem à manutenção do moral da tropa.

As ações de comunicação social do BRABAT e da BRAENGCOY eram divididas em três vertentes: relações públicas, produção e divulgação e relações com a mídia (assessoria de imprensa), trabalhando assim atividades de relações públicas, jornalismo e de publicidade (BRASIL, 2014b; 2014c) e respeitando a doutrina de comunicação social do Exército Brasileiro e a divisão de trabalho do Centro de Comunicação Social do Exército, órgão central da comunicação social do Exército Brasileiro (BRASIL, 2016b).

Dentre as atividades de relações públicas podemos citar o planejamento e execução de cerimonial e protocolo, a aquisição de artesanato do Haiti para ser ofertado à autoridades e confecção de cartões, convites e certificados diversos. Com relação recepção e acompanhamento de comitivas, podemos destacar autoridades da ONU, do Brasil e de nações amigas, como Canadá e Estados Unidos, por exemplo (BRASIL, 2014b; 2014c).

A vertente de produção e divulgação era responsável pelas matérias jornalísticas, pelos produtos gráficos, pela cobertura vídeo-fotográfica de eventos, formaturas e missões, pelos produtos eletrônicos, pelas mídias sociais e por fornecer matérias jornalísticas ao Centro de Comunicação Social do Exército. Tudo com o objetivo de realizar a divulgação institucional da atuação dos militares brasileiros e apoiar outras seções. As matérias jornalísticas eram confeccionadas e utilizadas tanto nos informativos, quanto enviadas ao CCOMSEx para publicação no site do Exército, aproveitamento na Rádio Verde-Oliva ou *posts* nas mídias sociais.

Com relação aos produtos gráficos, o 22º Contingente do BRABAT, por exemplo, produziu um informativo por semana (com algumas edições pontuais na versão em inglês), um livro (em português, inglês e espanhol) e uma revista sobre o contingente. Os produtos gráficos, *folders* explicativos sobre a atuação do Batalhão foram distribuídos para as comitativas, autoridades e jornalistas e outdoors, painéis e cartazes foram produzidos, desde o preparo, para a divulgação institucional e em apoio à outras seções.

Os contingentes também produziam vídeos com conteúdos jornalísticos e alguns destes vídeos ainda podem ser conferidos no Youtube. Inicialmente, no BRABAT 22 houve uma reação negativa à produção destes vídeos (não do comando - o qual apoiou a atividade desde o início), pois havia o receio de que pudessem atrapalhar as operações. Ainda nos primeiros trabalhos, ao perceber que as produções dos vídeos, além de não atrapalhar, procuravam estar integradas às operações e divulgavam a atuação da tropa, tal reação mudou completamente. Toda operação mais complexa passou a prever em seu planejamento inicial o trabalho da comunicação social.

Além dos vídeos no YouTube, as mídias sociais foram exploradas por intermédio de publicações diárias no Facebook, fotos no Flickr e Instagram e informativos no Calameo. As mídias sociais serviam para informar os mais diferentes públicos sobre a atuação dos militares brasileiros, pautando jornalistas e tranquilizando os familiares que ficaram no Brasil, ou seja serviram como importantes veículos de divulgação institucional, de informações públicas, de relações públicas e como fator motivador da tropa (BRASIL, 2015).

Já a vertente da assessoria de imprensa abrangia o atendimento e o acompanhamento da imprensa, incluindo a confecção de notas e releases, sugestão de pautas, *media training* e entrevistas. Como visto anteriormente, haviam restrições ao contato com a imprensa, que deveria passar pelo crivo do CPIO. Porém, com relação à mídia brasileira havia uma flexibilização para que as atividades fossem divulgadas no Brasil. Como, normalmente, o MD solicitava junto à MINUSTAH a documentação necessária para o trabalho dos jornalistas, ficava entendido que a MINUSTAH estava ciente da atuação da imprensa brasileira (BRASIL, 2014c).

Pode ser que a divisão das vertentes trabalhadas dê a impressão de que cada uma funcionava independentemente das outras, mas na realidade trabalhavam juntas, completando-se e as vezes utilizando os mesmos produtos ou fontes. Uma cobertura vídeo-fotográfica de um determinado evento ou acontecimento poderia ser utilizada tanto na confecção de informativos, quanto para ser ofertada como lembrança para alguma autoridade ou comitiva e ainda poderia enriquecer o material de algum jornalista que estivesse elaborando uma matéria sobre a participação brasileira na MINUSTAH, por exemplo. Todas as três vertentes visavam informar tanto o público interno do Exército, quanto o externo (sociedade brasileira e internacional) sobre as

atividades das organizações militares do Brasil em prol do Haiti e de seu povo, buscando assim o apoio para a missão.

No tocante à motivação da tropa, especificamente, a comunicação social deve atuar como multiplicadora do poder de combate e incentivadora da coesão (BRASIL, 2009). Para tal, as células de comunicação social buscavam criar um meio de comunicação entre o comandante e a tropa e informá-la (por intermédio de informativos, cartilhas e vídeos, por exemplo) com o intuito de evitar o surgimento de boatos ou desinformações; informar os familiares e o público externo em geral sobre a atuação e importância dos militares (por intermédio de postagens em mídias sociais, informativos, relacionamento com a mídia, por exemplo); realizar eventos que destacassem aniversariantes, promoções e que comemorassem datas significativas, como Natal, Dia dos Pais, das Mães e das Crianças.

Vale destacar que, no BRABAT, havia também o Destacamento de Operações de Apoio à Informação (DOAI)⁶, que dentre outras atribuições era responsável por trabalhar a motivação da tropa. Na BRAENGCOY, o trabalho de motivação era concentrado na Célula de Comunicação Social. Nesse sentido, o 20º Contingente da BRAENGCOY, por exemplo, foi além das ações mencionadas acima e buscou o apoio de personalidades brasileiras⁷, que enviaram mensagens de motivação para os militares da Companhia (BRASIL, 2014b).

.....
⁶Em alguns contingentes, o Destacamento recebeu a nomenclatura de Destacamento de Operações Psicológicas.

⁷Dentre as personalidades podemos destacar a banda Paralamas do Sucesso, o cantor Diogo Nogueira, o campeão mundial de boxe Popó de Freitas, o jogador Fred e o técnico Luiz Felipe Scolari da seleção brasileira (durante a Copa do Mundo de Futebol de 2014), o lutador Júnior Cigano, o apresentador Luciano Huck e o ex-jogador de basquete, Oscar Schimidt.

Outros contingentes buscaram mensagens em vídeo de familiares dos militares por ocasião dos Dias dos Pais, por exemplo (BRASIL, 2014c). Já a Célula de Comunicação Social do BRABAT 22, buscou uma maior participação e interação com familiares ao promover uma campanha intitulada “Sou 22”, que consistia no envio de fotos de familiares de militares do contingente mostrando dois dedos de cada mão - o que significaria que todos eram integrantes da Família BRABAT 22 e apoiavam os seus militares.

Tanto o BRABAT, quanto a BRAENGCOY utilizavam slogans. A diferença é que cada contingente do BRABAT utilizou um slogan diferente (o 20º Contingente utilizou o “Tudo pela Paz”, o 21º Contingente o “Sempre pela Paz”, o 22º Contingente o “Tudo por Um Ideal” e o 23º Contingente o “Guerreiros da Paz”, por exemplo), já a BRAENGCOY, a partir de seu 19º Contingente passou a utilizar o slogan “Construímos a Paz” para todos os contingentes.

Com relação aos recursos humanos, as vagas de G10 e de um auxiliar da célula de comunicação social do BRABAT eram preenchidas por militares indicados pelo CCOMSEx. Uma outra vaga de adjunto era preenchida por indicação da Marinha do Brasil (cujo a principal missão era apoiar a atividade do navio logístico) e as outras a cargo do Comando Militar de Área contribuinte com tropa para a missão. Já na BRAENGCOY, o DEC era o responsável pela seleção dos voluntários para compor a Companhia (BRASIL, 2016a).

As três tabelas a seguir revelam os efetivos⁸ das células de comunicação social de diferentes contingentes tanto do BRABAT, quanto da BRAENGCOY e os contingentes que utilizaram oficiais

.....
⁸Devido à dificuldade de obtenção de dados consolidados, as informações apresentadas sobre os efetivos das células de comunicação social referem-se apenas aos últimos sete contingentes do BRABAT e da BRAENGCOY.



Efetivos das Células de Comunicação Social do BRABAT.

	BRABAT 20	BRABAT 21	BRABAT 22	BRABAT 23	BRABAT 24	BRABAT 25	BRABAT 26
Chefe (G10)	Coronel de Artilharia, servindo no CCOMSEX e indicado por esse Centro	Tenente Coronel de Infantaria, servindo no CCOMSEX e indicado por esse Centro	Tenente Coronel de Artilharia, servindo no CCOMSEX e indicado por esse Centro	Coronel de Infantaria, servindo no CCOMSEX e indicado por esse Centro	Coronel de Cavalaria, servindo no CCOMSEX e indicado por esse Centro	Coronel de Infantaria, servindo no CCOMSEX e indicado por esse Centro	Coronel de Infantaria, servindo no CCOMSEX e indicado por esse Centro
Adjunto 1	Oficial superior da Armada, indicado pela Marinha do Brasil	Oficial superior da Armada, indicado pela Marinha do Brasil	Oficial superior da Armada, indicado pela Marinha do Brasil	Oficial superior da Armada, indicado pela Marinha do Brasil	Tenente Coronel de Infantaria	Oficial superior da Armada, indicado pela Marinha do Brasil	Oficial superior da Armada, indicado pela Marinha do Brasil
Adjunto 2	Capitão de Letras/ Espanhol do QCO, servindo como revisora no CCOMSEX	1º Tenente de Com Soc do QCO	Capitão de Com Soc do QCO	Major de Com Soc do QCO	Oficial superior da Armada, indicado pela Marinha do Brasil	2º Tenente Temporária de Administração	

continua...



continuação

	BRABAT 20	BRABAT 21	BRABAT 22	BRABAT 23	BRABAT 24	BRABAT 25	BRABAT 26
Efetivo							
Adjunto 3	1º Tenente do QAO, oriundo de Infantaria	1º Tenente do QAO, oriundo de Infantaria	Capitão do QAO, oriundo de Infantaria	1º Tenente de Com Soc do QCO	1º Tenente do QAO, oriundo de Manutenção de Comunicações		
Adjunto 4		2º Tenente do QAO, oriundo de Infantaria		2º Tenente do QAO, oriundo de Artilharia	1º Tenente do QAO, oriundo de Cavalaria		
Adjunto 5					1º Tenente do QAO, oriundo de Artilharia		
Auxiliar 1	Subtenente de Artilharia, servindo no CCOMSEX e indicado por esse Centro	1º Sargento de Artilharia	Subtenente de Comunicações, servindo no CCOMSEX e indicado por esse Centro	1º Sargento de Cavalaria, servindo no CCOMSEX e indicado por esse Centro	2º Sargento do QE, da Arma de Comunicações	Subtenente de Infantaria, servindo no CCOMSEX e indicado por esse Centro	Subtenente de Infantaria, servindo no CCOMSEX e indicado por esse Centro

continua...



continuação

	BRABAT 20	BRABAT 21	BRABAT 22	BRABAT 23	BRABAT 24	BRABAT 25	BRABAT 26
Efetivo							
Auxiliar 2	1º Sargento da Arma de Infantaria	1º Sargento de Cavalaria, servindo no CCOMSEX e indicado por esse Centro	3º Sargento de Saúde do Exército	2º Sargento QE, de Infantaria	2º Sargento QE, de Infantaria	Subtenente de Infantaria	2º Sargento QE, de Infantaria
Auxiliar 3			3º Sargento do Exército, Temporário de Administração			Soldado de Infantaria	2º Sargento QE, de Infantaria

Tabela 1: Comparativo dos efetivos das Células de Comunicação Social dos últimos sete contingentes do BRABAT.



Efetivos das Células de Comunicação Social da BRAENGGCOY.

	BRAENGGCOY 20	BRAENGGCOY 21	BRAENGGCOY 22	BRAENGGCOY 23	BRAENGGCOY 24	BRAENGGCOY 25	BRAENGGCOY 26
Efetivo							
Chefe (G10)	Capitão de Com Soc do QCO	1º Tenente de Com Soc do QCO	1º Tenente de Com Soc do QCO	Capitão de Com Soc do QCO	Maior da Arma de Engenharia	Capitão de Engenharia	Capitão de Artilharia
Adjunto 1	2º Tenente do QAO, oriundo de Infantaria						1º Ten de Engenharia
Adjunto 2							2º Tenente do QAO, oriundo de Comunicações
Auxiliar 1	Subtenente de Infantaria	1º sargento de Engenharia	1º sargento de Artilharia, servindo no CCOMSEX	Subtenente de Infantaria, servindo no CCOMSEX	Subtenente de Infantaria	Subtenente de Comunicações, servindo no CCOMSEX	1º Sargento Topógrafo
Auxiliar 2	2º Sargento QE, de Comunicações	2º sargento de Comunicações	2º sargento de Comunicações	2º Sargento QE, de Comunicações	1º Sgt de Comunicações		2º Sargento QE, de Infantaria

Tabela 2: Comparativo dos efetivos das Células de Comunicação Social dos últimos sete contingentes da BRAENGGCOY.

Oficiais QCO especialistas em Comunicação Social por Contingente Brasileiro.

Contingente	Oficiais QCO especialistas em Comunicação Social	Total
15º	1º Tenente (BRAENGCOY)	1
17º	Capitão QCO (BRAENGCOY)	1
19º	Major QCO e Capitão QCO (BRAENGCOY)	2
20º	Capitão QCO (BRAENGCOY)	1
21º	1º Tenente QCO (BRAENGCOY) / 1º Tenente QCO (BRABAT)	2
22º	1º Tenente QCO (BRAENGCOY) / Capitão QCO (BRABAT)	2
23º	Capitão QCO (BRAENGCOY) / Major QCO e 1º Tenente QCO (BRABAT)	3
Total: 7 Contingentes	2 Majores / 5 Capitães / 5 Tenentes	Total geral: 12

Tabela 3: Efetivos de Oficiais do QCO especialistas em Comunicação Social por contingente brasileiro.

do Quadro Complementar de Oficiais⁹ (QCO) especialistas em comunicação social.

Segundo Alexandre de Paulo, jornalista e repórter fotográfico da Folha Metropolitana e do Jornal Metrô News (São Paulo - SP), que esteve no Haiti em 2005 e 2014:

⁹Os oficiais do QCO são formados em estabelecimentos de ensino superior civis, em diversas especialidades importantes para o Exército Brasileiro e ao prestar concurso público, serem aprovados e classificados dentro do número de vagas estabelecidos, cursam a Escola de Formação Complementar do Exército, sediada na Cidade de Salvador (BA). As áreas e a quantidade de vagas para cada área são definidas segundo estudos do Estado-Maior do Exército e podem ser diferentes de concurso para concurso.

Ter um profissional de comunicação social na fileira do Exército é importantíssimo para fazer essa interface, para poder traduzir o universo de vocês [militares] para nós com conhecimento de causa, conhecendo nossas demandas, as nossas dificuldades. Esse trabalho, essa parceria que nós realizamos nas reportagens que fazemos juntos com vocês deixa o material muito melhor, muito melhor apurado, muito mais refinado, fazendo com que a gente consiga traduzir de fato o que acontece nas missões numa linguagem clara, objetiva e que pode transmitir emoção e verdade naquilo que a gente reporta (DE PAULO, 2015).

5. ANÁLISE

Partindo da definição da abordagem do presente artigo, foram expostos documentos da ONU, do MD e do Exército Brasileiro, além de publicações de diferentes autores e entrevistas que revelam a importância dada à comunicação social como facilitadora das operações militares e dos processos de paz.

Para formar uma opinião pública favorável o trabalho dos jornalistas e os meio de comunicação tem papel fundamental. Nesse sentido, podemos perceber que há uma relação de tríplice cooperação e efeito entre as possíveis atividades exercidas pelos militares, as células de comunicação social desdobradas no terreno e a mídia/jornalistas.

No que tange a relações públicas, vale destacar que ela pode ser melhor trabalhada no sentido de cooperar com as atividades diplomáticas. As relações públicas podem buscar entendimentos institucionais necessários, por intermédio de eventos, apresentações e visitas às instalações, por exemplo, para melhorar cada vez mais a imagem das tropas brasileiras, e por consequência do Brasil, no cenário internacional.

Relação de Tríplice Cooperação e Efeito



Figura 2: Relação de cooperação e efeito entre atividades militares, comunicação social e a mídia/jornalistas.

Os militares que participam de operações internacionais representam não só o Exército, mas também o Brasil (BRASIL, 2005). Indo ao encontro desta afirmativa, o Sr. Fernando de Mello Vidal, embaixador do Brasil no Haiti, em 2015, afirmou que:

Todos nós estamos de olho em vocês [militares brasileiros]. O mundo inteiro está de olho no Haiti...isso quer dizer que o mundo inteiro está de olho no 22º Contingente, que tem essa responsabilidade enorme de manter a paz, a estabilidade e a tranquilidade nesse dia das eleições...Vocês são os verdadeiros embaixadores do Brasil aqui no Haiti (BRASIL, 2015c).

A partir das informações no artigo é possível perceber que a comunicação permeia todos os níveis de uma operação de paz. Desde o nível estratégico (Comitê de Informação da Assembléia Geral da ONU) e DPI, passando pelo operacional (CPIO) e, por fim, o tático (MPIO e as células de comunicação social das organizações militares). Porém, é possível perceber que falta uma integração e coordenação maior entre o CPIO, MPIO e as células de comunicação social das organizações militares. Em 2014, por exemplo, o CPIO não apresentou nenhum plano de comunicação social que orientasse os trabalhos e não se interessou pelas operações militares realizadas (BRASIL, 2014c).A divulgação das operações poderiam evitar transtornos e obter o apoio da opinião pública.

Em agosto de 2015, por exemplo, o BRABAT realizou a “Operação Jibóia”, que envolveu 67 viaturas (inclusive blindadas) e 328 militares e teve o objetivo de ser uma grande operação presença e de demonstração de força antes da divulgação dos resultados das eleições, para evitar manifestações violentas e mortes. Apesar da operação ter sido determinada pela MINUSTAH, o CPIO não realizou

nenhum tipo de informação à população, seja por intermédio de sua rádio ou de outros meios de comunicação, uma vez que todo o contato com os meios de comunicação haitianos eram de responsabilidades do CPIO. Como resultado, vários haitianos perguntaram, preocupados, se a tropa brasileira estava saindo do Haiti.

Este não foi um fato isolado. Ao analisar o site oficial da MINUSTAH, é possível perceber que a divulgação do contingente militar foi deficiente. Na seção de notícias do site, a veiculação de notícias sobre a atuação dos militares, especialmente sobre as operações, é inexistente se comparado ao universo total de notícias veiculadas (UN, 2017e).

Mesmo com a falta de interesse do CPIO em divulgar as atividades militares, as Forças Armadas do Brasil, especialmente o Exército saíram fortalecidas da Missão. Reflexo disso foram os depoimentos de personalidades brasileiras, para a tropa no Haiti, como forma de incentivo (BRASIL, 2014b). Tal fato, também, pode ser percebido nas declarações do coordenador-residente do sistema ONU no Brasil (Niky Fabianic), explicitada na introdução do presente trabalho.

Com relação aos militares empregados na comunicação social das OM brasileiras no Haiti, apesar de toda a relevância que a comunicação social ganhou nos últimos anos, o Exército Brasileiro ainda utiliza pouca mão de obra de militares do QCO com formação universitária específica de comunicação social – o que tende a gerar perda de qualidade no trabalho desenvolvido.

Dos 26 Contingentes Brasileiros apenas sete dispunham de militares do Quadro Complementar de Oficiais especialistas em comunicação social. Os primeiros 14 contingentes não contaram com nenhum QCO de comunicação social e até oficiais e sargentos

temporários sem formação universitária específica de comunicação social integraram as seções.

Com relação à vertente de Relações Públicas, ao relacionar-se com os mais diversos públicos, inclusive autoridades, ela atua de forma à buscar entendimentos institucionais necessários para produzir a melhor imagem da tropa brasileira no cenário internacional, tendo papel importante na diplomacia do país. Já a Assessoria de Imprensa, ao atuar pró-ativamente, atender e acompanhar jornalistas, tem a capacidade de pautar positivamente a imprensa, dirimir problemas e formar uma opinião pública favorável. E a Divulgação Institucional, além de divulgar, registra os acontecimentos da atuação da tropa brasileira – tal fato pode ser comprovado por intermédio das matérias, informativos, revistas, livros, postagens em mídias sociais, fotos e vídeos produzidos.

Porém, a atuação da comunicação social foi dificultada pela utilização de slogans diferentes para cada contingente do BRABAT. Não é possível enraizar um slogan, uma comunicação na mente do público se este slogan muda a cada seis meses. Até a memorização do slogan único da BRAENGCOY competia com a utilização de todos os outros slogans.

6. CONCLUSÃO

O caminho percorrido por este trabalho partiu do geral para o específico, iniciando pela relevância da comunicação social para as operações de paz, passando pela comunicação social na MINUSTAH e a experiência brasileira, chegando à análise das informações apresentadas e, finalmente, à presente conclusão com algumas recomendações para o melhor aproveitamento da comunicação social como ferramenta facilitadora da paz.

A comunicação social, enquanto formadora da opinião pública, deve ser considerada como fator do processo decisório dentro de operações militares. Para isso, há a necessidade dos esforços comunicacionais serem coordenados entre os diversos níveis (seja ele político, estratégico, operacional ou tático) e entre as possíveis dimensões (civil, militar e policial) de uma missão, pois o que é divulgado pode ter um impacto positivo ou negativo no próprio processo de paz. Nesse sentido, escritórios como o CPIO devem elaborar e divulgar documentos que orientem os trabalhos da comunicação social dos níveis operacional e tático de uma missão, definindo responsabilidades, procedimentos e restrições, por exemplo.

É necessário, também, que as células de comunicação social tenham um relacionamento melhor com o CPIO e outros níveis de comunicação social de uma determinada missão. Todos os níveis precisam entender a necessidade de se divulgar as operações como forma de informar a população local, prestar contas do trabalho executado pelos militares, evitar boatos e mal-entendidos e conquistar o apoio para a missão em si. Esta aproximação pode ser realizada por intermédio de eventos sociais, por exemplo.

Procurando evitar a falta de informação e a opinião pública contrária à participação brasileira em missões de paz, é interessante que o CCOMSEx também forneça diretrizes que orientem a atuação da comunicação social das organizações militares desdobradas em uma determinada missão em função de cada público de interesse. Para o público local do país onde ocorre a missão e o público internacional, por exemplo, é preciso que a mensagem a ser transmitida foque sempre a busca pela paz pelos militares brasileiros (respeitando as nações, seus povos, os direitos humanos e as leis) e

os resultados obtidos. Já para a sociedade brasileira, além da questão da colaboração para a paz, é preciso que a comunicação associe as atividades realizadas com algum legado que ficará para o Exército e para o país, como o intercâmbio profissional, adestramento, projeção de poder e dissuasão. É preciso entender que diferentes públicos podem apresentar diferentes características e anseios e, por isso, deve-se comunicar de forma adequada com cada um deles. para conquistar sua confiança e apoio.

Uma apresentação para militares com funções chave de uma determinada missão sobre a importância da comunicação social e como a célula de com soc pretende trabalhar pode conquistar o público interno e gerar os entendimentos necessários para a execução de um trabalho adequado.

Os comandantes militares também devem estar cientes da importância das atividades e do comportamento dos militares no contexto diplomático e por isso as células de comunicação social devem buscar trabalhar as atividades de relações públicas como potencializadoras da diplomacia. As células de comunicação social podem buscar um relacionamento mais aproximado com a embaixada brasileira e promover eventos em conjunto e com o propósito de estreitar laços entre o Brasil e o país sede da missão, buscar apoio para missão e cooperar para o cumprimento de outros objetivos diplomáticos.

Em função da distância dos familiares, das atividades e do confinamento, a motivação da tropa deve ser sempre trabalhada - de preferência em conjunto (comandantes, células de comunicação social, DOAI, psicólogo, capelão e outros militares que porventura apresentem uma liderança positiva sobre a tropa. Atividades como o envio de vídeos de familiares em datas especiais, a campanha

“Sou 22” do BRABAT 22, a gravação de mensagens de incentivo por personalidades ou qualquer outra ação criativa e motivadora devem ser implementadas.

Com relação aos recursos humanos, A criação do Quadro Complementar de Oficiais veio a acarretar um melhor aproveitamento do material humano do Exército e, por consequência, um incremento no profissionalismo da Instituição. Oficiais do Quadro Complementar com formação acadêmica e experiência profissional em comunicação social devem ser mais utilizados para que as oportunidades comunicacionais sejam potencializadas e as possíveis crises dirimidas sem comprometer a missão.

O atendimento às necessidades complementares em pessoal de nível superior, com o aproveitamento de oficiais [...] vem acarretando crescentes prejuízos à atividades-fim da Força. Com o objetivo de se obter um melhor aproveitamento dos efetivos, preservando-se os Quadros existentes, em especial aqueles de natureza combatente, conclui-se pela necessidade imprescindível de se criar, neste Ministério, um Quadro Complementar de Oficiais que, integrado por pessoal habilitado em distintas áreas do conhecimento do interesse do Exército, elimine a deficiência acima assinalada”...”criando o Quadro Complementar de Oficiais do Exército (QCO), configurará medida da mais alta conveniência para o prosseguimento dos programas de modernização administrativa, ora conduzidos por este ministério, bem como para uma constante ampliação dos padrões de adestramento e operacionalidade da Força Terrestre. (BRASIL, 1988).

A atuação dos militares do QCO de comunicação social aumenta o grau de profissionalismo, gera credibilidade, transparência, coerência, rapidez nas respostas, dinamismo, pró-atividade, além de

preservar e fortalecer a imagem das instituições envolvidas, sabendo equilibrar todos estes fatores com a confidencialidade, a fim de proteger as operações e os processos diplomáticos.

No que concerne aos produtos comunicacionais, deve-se produzir matérias, publicações (como livros e revistas), vídeos e fotos não só como divulgação, mas também como registro histórico. E como tal, toda a produção da comunicação social deve ser armazenada e transmitida aos escalões superiores – no caso do Exército Brasileiro ao CCOMSEx.

É importantíssimo buscar a unidade comunicacional durante todo o período de uma determinada missão. Falando, especificamente, da MINUSTAH, os anos passaram, contingentes mudaram, os militares foram substituídos, mas a tropa continuou a ser brasileira e a Missão a mesma. É fundamental a criação e utilização de um único slogan, que deve ser repetido sempre que possível – em todos os produtos comunicacionais, discursos, eventos, etc.

Por fim, a comunicação pode facilitar a aceitação das tropas, a segurança das atividades civis, as operações militares, a formação de uma opinião pública favorável e, por consequência, o cumprimento dos objetivos da missão. A comunicação social torna-se, então, fundamental como facilitadora da paz, mas é preciso profissionalismo, utilizar pessoal especializado, unidade comunicacional, definir responsabilidades e procedimentos em todos os níveis, atentar para o relacionamento com os diferentes públicos e confeccionar produtos que divulguem a missão (de maneira específica, com a mensagem correta para cada público) e que registrem a história.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2012. Disponível no endereço eletrônico <http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf>. Acesso em 30 de maio de 2016.

_____. _____. Exército Brasileiro. **Plano de Comunicação Social do Exército 2017**. Brasília. 2016b.

_____. _____. _____. **Manual de Campanha C 45-1 - Comunicação Social**. 1 ed. Brasília. 2009.

_____. _____. _____. **Manual de Fundamentos EB20-MF-10.103 - Operações**. 4 ed. Brasília. 2014a.

_____. _____. _____. **Relatório de Coordenação Civil Militar e de Comunicação Social do 20º Contingente Companhia de Engenharia de Força de Paz**. 2014b.

_____. _____. _____. **Relatório de Comunicação Social do 20º Contingente do Batalhão de Infantaria de Força de Paz**. 2014c.

_____. _____. _____. **Manual de Campanha C 95-1 - Operações de Manutenção da Paz**. 2 ed. Brasília. 1998.

_____. _____. _____. Comando de Operações Terrestres. **Diretriz de Preparação Específica de Tropa para Missão de Paz (BRABAT 25 e BRAENGCOY 25)**. Brasília 2016a.

_____. _____. _____. _____. **Diretriz de Preparação Específica de Tropa para Missão de Paz (BRABAT 22)**. Brasília 2014.

_____. _____. _____. _____. **Diretriz de Preparação Específica de Tropa para Missão de Paz (BRAENGCOY 22)**. Brasília 2014.

_____. _____. _____. _____. **Diretriz de Preparação Específica de Tropa para Missão de Paz (BRAENGC0Y 20)**. Brasília 2013.

_____. _____. _____. _____. **A Comunicação Social em Apoio às Operações Militares**. 1 ed. Brasília. 2005.

_____. _____. _____. _____. 22º Contingente do Batalhão de Infantaria de Força de Paz. 2015a. Disponível no endereço eletrônico <https://www.youtube.com/channel/UCv_cvD4c4tNjF7zqbUOqmOw/feed>. Acesso em: 14 de novembro de 2017.

_____. _____. _____. _____. 2015b. Disponível no endereço eletrônico <https://www.facebook.com/pg/familiabrat22oficial/posts/?ref=page_internal>. Acesso em: 14 de novembro de 2017.

_____. _____. _____. _____. 2015c. Disponível no endereço eletrônico <<https://youtu.be/38R3C6eG0fo>>. Acesso em: 14 de novembro de 2017.

_____. _____. _____. _____. **BRABAT 22 Tudo Por Um Ideal**. Brasília. 2014.

_____. _____. _____. _____. **BRABAT 22 em Revista**. Brasília. 2014.

_____. Câmara dos Deputados. **Exposição de Motivos Nº 36, de 2 de maio de 1988, do Senhor Ministro de Estado do Exército**, Disponível no endereço eletrônico <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1154301&filename=Dossie+-PL+772/1988>. Acesso em 10 dez 2017.

DE PAULO, ALEXANDRE. **Alexandre De Paulo**: depoimento [jan. 2015]. Entrevistador: M. Monteiro de Barros. Entrevista concedida para a confecção da palestra CIMIC, Comunicação Social e Relacionamento com a Mídia, ministrada no CCOPAB por M. Monteiro de Barros.

HÂRLEMAN, C. **An introduction to the UN System: Orientation for Serving on a UN Field Mission**. 3 ed. Williamsburg. Peace Operations Training Institute, 2011.

MANSO, PAULO. **Paulo Manso**: depoimento [jan. 2015]. Entrevistador: M. Monteiro de Barros. Entrevista concedida para a confecção da palestra CIMIC, Comunicação Social e Relacionamento com a Mídia, ministrada no CCOPAB por M. Monteiro de Barros.

POTI. Peace Operations Training Institute. **Core Pre-Deployment Training Materials**. 1 ed. Williamsburg. PDTI, 2014.

TOFFLER, Alvin; TOFFER, Heidi. **Guerra e Antiguerra: Sobrevivência na Aurora do Terceiro Milênio**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1994.

UN. United Nations. **Committee on Information**. Disponível no endereço eletrônico <<http://www.un.org/en/ga/coi/about/bg.shtml>>. Acesso em 16 de dezembro de 2017c.

_____. _____. **Department of Public Information**. Disponível no endereço eletrônico <<http://www.un.org/en/sections/department-public-information/department-public-information/about-dpi/index.html>>. Acesso em 16 de dezembro de 2017d.



CCOPAB

Centro Conjunto de
Operações de Paz do Brasil
SERGIO VIEIRA DE MELLO



CCOPAB

Centro Conjunto para
Operaciones de Paz de Brasil
SERGIO VIEIRA DE MELLO

Av Duque de Caxias, 700 - Vila Militar - Rio de Janeiro - RJ
Cep: 21615-220 - Tel.: +55 (21) 2457-0515 / +55 (21) 2457-0787
Fax: +55 (21) 2457-4950 - comsoc@ccopab.eb.mil.br